



Universidade Estadual do Ceará – UECE
Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade

**TRADIÇÃO E MODERNIDADE: TEORIA E PRÁTICA DOS
CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO
FUNDEF – UM ESTUDO DE CASO**

Augusto César Porto da Silva

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Augusto César Porto da Silva

**TRADIÇÃO E MODERNIDADE: TEÓRIA E PRÁTICA DOS
CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO
FUNDEF – UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará para obtenção de título correspondente, sob a orientação do Professor Dr. Francisco Horácio da Silva Frota.

Fortaleza, Ceará
2003

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade

Título do Trabalho: Tradição e Modernidade: Teoria e Prática dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF – Um Estudo de Caso

Autor: Augusto César Porto da Silva

Defesa em: 17/12/2003
Conceito Obtido: Satisfatório

Banca Examinadora

Prof^o. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Orientador

Prof^a. Dra. Maria Socorro Lucena Lima
Ribeiro

Prof^o. Dr. Luís Távora Furtado

Dedicatória

À lesse, por sempre renovar a minha autoconfiança, estimulando sempre o meu potencial.

Aos meus filhos, Levi e Marina, de quem tenho a graça de tê-los como meus pães do espírito.

Aos meus pais, Antonio Luiz e Consuelo, a quem sempre serei eternamente grato.

À Zeneida, pela extrema compreensão e bondade humana, o meu reconhecimento.

Agradecimentos

Aos professores Francisco Horácio da Silva Frota, Francisco Jocênio Camelo Parente e Gisafran Nazareno Mota Jucá, que me proporcionaram as pistas necessárias ao conhecimento dos caminhos da tradição e modernidade no Brasil.

Aos conselheiros titulares do Conselho de Acompanhamento e controle social do FUNDEF em Maracanaú – Glaucia Maria Mena Barreto Viana (Secude), Alexandra Macedo da Silva (CME), José Alfrânio Rocha (R. Professores), Silvane Mary Gomes Bezerra (R. Diretores), Francisca Isabel de V. Oliveira (R. Servidora), Francisca Francimar Gomes (R. Pais de alunos) e Paula Andréia Moraes Miranda (R. Sociedade Civil, FEDAMA) sem os quais este trabalho não poderia ser realizado.

À FUNCAP, pelo apoio financeiro em forma de bolsa.

Ao Mestrado Acadêmico de Políticas Públicas e Sociedade da UECE, na pessoa do seu coordenador, Professor Francisco Horácio da Silva Frota, pelo excelente ambiente intelectual e pelo constante estímulo à produção.

Resumo

O Brasil vive desde os seus primórdios uma luta constante entre a modernidade e a tradição. As relações sociais foram, desde o início, baseadas no mandonismo, no clientelismo, no compadrio e na relação promíscua entre o público e o privado.

Na modernidade, a sociedade brasileira vai tornando-se mais complexa, mas a democracia sempre encontra barreiras oriundas da permanência da tradição. Centramos nosso objeto de estudo em um município do nordeste brasileiro – Maracanaú-Ce – buscando apreender como uma política pública de educação, o FUNDEF e os atores sociais envolvidos no Conselho de Acompanhamento desse Fundo, pode contribuir para a construção da democracia e do controle da coisa pública no Brasil.

Palavras-chave: modernidade – tradição – democracia – Conselho.

Abstract

Since its first years, Brazil has gone through a constant conflict between modernity and tradition. Relations among societies have been, since the beginning, based on authoritarianism, protectionism, unfair agreements and a promiscuous relation between the public and the private affairs.

During modernity the Brazilian society becomes more complex, but democracy always finds barriers derived from tradition permanence. Our object of study was centered on a Brazilian Northeastern town - Maracanaú, Ceará - trying to apprehend how a public education policy, the FUNDEF and the social performers involved in the Council of Accompaniment of this fund can contribute to the construction of democracy and the control of public affairs in Brazil.

Key words: modernity, tradition, democracy, council.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – O olhar da pesquisa	
1.1 – O Olhar da Pesquisa	10
1.2 - O Delineamento da Pesquisa	19
1.3 - A Organização do Texto	22
CAPÍTULO 2 – Processo Colonizador e Permanência da Tradição	
2.1 – Processo Colonizador e Permanência da Tradição	25
CAPÍTULO 3 – Olhares sobre o Brasil: Tradição X Modernidade	
3.1 – Olhares sobre o Brasil: Tradição X Modernidade	54
CAPÍTULO 4 – Democracia e Educação	
4.1 – Democracia e Educação	71
4.2 – Participação, Cidadania e Educação	84
4.3 – Modernidade e Partido Político	102
CAPÍTULO 5 – O Financiamento da Educação no Brasil	
5.1 – Histórico do Funcionamento	109
5.2 – O FUNDEF	122

CAPÍTULO 6 – A Pesquisa de Campo

6.1 – Contexto Histórico de Maracanaú	133
6.2 – Teoria e Prática dos Atores Sociais Envolvidos com o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF em Maracanaú	138
6.3 – Criação e Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI do FUNDEF	153
6.4 – Entrevista com o Relator da CPI – Deputado Artur Bruno (PT) .	164

CAPÍTULO 7 – Algumas conclusões

7.1- Algumas conclusões	172
-------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178
---	------------

INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro é caracterizado pelas relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de gênese patrimonial e do oligarquismo. Mas a permanência da tradição e do atraso em estruturas modernas de sociedade é funcional a amplos setores da população, antes de tudo porque este atraso é um instrumento de poder. A modernização do Brasil vem se dando de forma avassaladora, a ponto de há pouco tempo termos sido a oitava economia do mundo capitalista. Esta modernidade convive com uma população, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2000), de 43.019.854 de excluídos, ou seja 25,3% dos brasileiros não têm condições dignas de sobrevivência. Esta exclusão é, antes de tudo, de cidadania. Ela compreende sujeitos históricos, críticos, escolarizados e não objetos, presas fáceis de manipuladores, mantenedores de estruturas do atraso visando ao poder pessoal e aos privilégios.

A emergência desses sujeitos históricos faz parte de um processo vivido pela sociedade brasileira em seu percurso. Há, assim, um debate permanente no Brasil entre a tradição e a modernidade. Essa compreende o agir consciente dos homens em formas associativas, como partidos políticos, associações classistas, imprensa livre etc., órgãos os mais variados que concorram para a criação, enraizamento e alargamento da democracia, tendo papel vital a universalização do ensino fundamental.

Este estudo tem como objetivo à compreensão de mecanismos que concorrem para a permanência da tradição na modernidade, da sua difícil superação, deste embate travado desde os primórdios de nossa formação histórica aos dias de hoje. Através de uma política educacional que concorre para a modernização do país – o FUNDEF e a CPI que o investigou, e a atuação dos atores sociais envolvidos com o seu Conselho de Acompanhamento e Controle Social no Município de Maracanaú – busca-se dar conta dessa especificidade bem

brasileira, a permanência do atraso em uma sociedade moderna e cada vez mais complexa como a nossa.

Para tanto, adotou-se como linha metodológica aquilo que Burke (1992) caracteriza como história política, sendo aquela que, ampliando e revigorando-se, não mais se restringe aos grandes personagens, às grandes batalhas, mas que investe no que poderia ser chamado de “história política da sociedade civil”, mas, principalmente, pela história “vista de baixo” (ou do ponto de vista daqueles que antes eram considerados meros espectadores dos grandes espetáculos da história dos vencedores).

CAPÍTULO 1 – O OLHAR DA PESQUISA

Tendo como marco histórico o ano de 1930, período em que o Brasil impulsiona o seu processo de industrialização e urbanização, e a partir dos anos 50, com a política de substituição de importações, o país acelera o processo de complexificação e diferenciação da estrutura social que vai levá-lo, definitivamente, à modernização. O desenvolvimento econômico gerou profundas transformações nas estruturas tradicionais em que o Brasil se organizava. O avanço da industrialização e da urbanização deflagrou um processo crescente de monetarização, de assalariamento, de escolarização e de especialização profissional, com a população dando início à sofisticação de suas demandas, ao mesmo tempo em que começou a se mobilizar e a se organizar social e politicamente.

Consolidado durante os anos do chamado “milagre econômico” - década de 70-, o processo de modernização caracterizou-se por um desenvolvimento industrial acelerado que, não obstante, tinha se concentrado na região sudeste, atingiu também, ainda que com intensidade menor, áreas do nordeste e do norte do país. Voltado para a produção de bens de consumo duráveis e, em menor escala, de bens de capital e de bens do setor de ponta da economia internacional, esse desenvolvimento provocou uma expansão acentuada do número de trabalhadores do setor secundário, principalmente nas indústrias modernas. Santos (1985: 234) mostra que:

Enquanto os produtos primários respondiam por 79% das exportações, em 1968, e os industrializados, por 20% em 1980 encontramos que a participação dos primeiros baixou para 42% e a dos segundos evoluiu para 56,5%, sendo que cerca de 45% dos produtos industrializados exportados são manufaturados”. Também o percentual de trabalhadores ocupados nas indústrias de transformação tradicionais (têxtil, couro, vestuário, madeira e móveis, alimentos e bebidas, cerâmica e vidro) passou de 81,86% em 1960 para 41,78% em 1980, enquanto nas indústrias modernas este percentual passou de 18,14% para 58,22%. Com respeito à

complexidade da sociedade, como conseqüências da ampliação das funções do Estado, do processo de concentração do capital e da gravitação crescente das grandes empresas privadas e públicas, observa-se, entre as ocupações administrativas, um declínio na participação relativa dos proprietários e um crescimento muito rápido do grupo dos administradores, cuja participação proporcional no período 1960 – 1980 mais do que triplica. Por sua vez, as ocupações burocráticas de rotina e as ocupações técnicas e científicas crescem rapidamente, mais do que duplicando sua participação proporcional no período 60 – 80. Para se ter uma idéia precisa da expansão técnico-científicas, basta registrar que o número de seus ocupantes eleva-se de 2,5 milhões em 1960 para 8,2 milhões em 1980.

A par dessa modernidade, a sociedade brasileira não cumpriu ainda a exigência de inclusão social e política das mais amplas parcelas de sua população, não abrindo a possibilidade de interação dos segmentos colocados à margem do mercado econômico formal e dos benefícios da modernidade, aliados de direitos sociais básicos. De acordo com o IBGE – dados de 1995:

Houve no Brasil aumento da porcentagem de famílias abaixo da linha de pobreza (definida como 75% de um salário mínimo per capita) de 17% em 1980 para 31,7% em 1990. Os pobres e indigentes somavam em 1990, no Brasil, 58.547.492, ou seja, quase 40% da população de 147 milhões de habitantes. O nordeste é a região que concentra maior pobreza, principalmente na área rural, onde 50% da população vive em situação de penúria. Os pobres somam 42 milhões de indivíduos, ou pouco menos de 30% dos habitantes do país e se caracterizam por não disporem de renda suficiente para suprir o conjunto de suas necessidades básicas. Já os indigentes não têm o rendimento necessário sequer para a alimentação, e formam um contingente de 16,6 milhões, ou seja, mais de 11% da população brasileira. As periferias das capitais apresentam a maior concentração de pobreza. Mais de 50% dos pobres metropolitanos, que somam 12

milhões, estão no Rio de Janeiro e em São Paulo.” (boletim de conjuntura, IBGE).

Como se vê, são as desigualdades sociais que caracterizam o país desde seus primórdios. O Brasil é hoje o oitavo país do mundo em termos de produto interno bruto. Segundo a publicação Estatísticas do Século XX, do mesmo IBGE (2003), em cem anos, o PIB per capita multiplicou-se por 12 vezes, com crescimento geométrico médio de 2,5% ao ano, um feito que poucas economias conseguiram superar, destacando-se Japão, Taiwan, Finlândia, Noruega e Coréia. No entanto, em termos de renda per capita, é o 34%.

Segundo relatório do Banco Mundial (Carvalho, 2002), o Brasil era o país mais desigual do mundo, em 1990, medida a desigualdade pelo índice de Gini. Em 1997, o índice permanecia inalterado (0,6%). Em 1990, os 50% mais pobres detinham 12,7 da renda nacional. Em 1998, 11,2%, do outro lado os 20% mais ricos tiveram sua parcela da renda aumentada de 62,8% para 63,8% no mesmo período. A desigualdade é, sobretudo, de natureza regional e educacional. Em 1997, a taxa de analfabetismo no Sudoeste era 8,6%. No Nordeste, de 29,4%, o analfabetismo funcional no Sudeste era de 24,5%; no Nordeste era 51%, e no Nordeste rural, de 72%; a mortalidade infantil era de 25% no Sudeste em 1997 e de 59% no Nordeste. A escandalosa desigualdade que concentra nas mãos de poucos a riqueza nacional tem como conseqüência níveis dolorosos de pobreza e miséria. Tomando-se a renda de 70 dólares – que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera ser o mínimo necessário para a sobrevivência – como a linha divisória da pobreza, o Brasil tinha, em 1997, 54% de pobres. A porcentagem correspondia a 85 milhões de pessoas, numa população total de 160 milhões. Como vimos nas estatísticas do IBGE, o Brasil cresceu enormemente, mas permanece desigual.

Mix de modernidade e de arcaísmo, o desenvolvimento econômico brasileiro recente produziu uma sociedade original: dependente, mas de uma dependência associada aos grandes centros econômicos, espaço onde convivem, num processo contínuo de transformações recíprocas, o desenvolvimento de padrão avançado internacional, pós-industrial, o arcaísmo e a miséria das nações

pré-industrial e pré-modernas. Nem Nação plenamente desenvolvida, nem país atrasado, nem, ainda, sociedade dual (os dois Brasis). É, na verdade, um novo mix: síntese incompleta do moderno e do arcaico, sob o comando do primeiro.

Assim, temos, portanto, a permanência do atraso em uma sociedade moderna, complexa, industrializada e urbana. Os indicadores sociais gravíssimos apontam para uma similitude com a imagem criada pelo economista Edmar Bacha, da Índia, na qual estaríamos convivendo neste país em uma sociedade com padrão de vida igual a da Bélgica e outra parte (imensa) de brasileiros vivendo na mesma situação de pobreza e miséria da Índia. O nosso atraso político, cultural, social e econômico seria entendido a partir de nossa formação social. É em nossa formação em que vivemos a gênese do Estado autoritário brasileiro e de uma burguesia que não se tornou liberal, pois não teve, historicamente, uma contrapartida por parte dos movimentos populares que a levasse a uma efetiva concepção democrática da sociedade.

Em O' Donnell (1998: 76) vemos que a burguesia brasileira é um caso ímpar

No sentido de ser tão pouco desafiada social e politicamente, quase sem outro interlocutor que não o aparato estatal, com o qual mantém relações simbólicas, ela se construiu historicamente como um sujeito sócio-político profundamente autoritário. Essa particular presença da burguesia tem como contrapartida a relativa "ausência" do setor popular.

Fica enormemente prejudicada a democracia, a cidadania e a participação tão necessárias à modernidade no quadro histórico acima descrito. A escravidão, como herança maldita, vai estender para a toda sociedade, seus tentáculos de negatividade, caracterizados pelo mandonismo, pelo autoritarismo e pelo poder pessoal. A burguesia, que teve historicamente um papel revolucionário, evoluiu qualitativamente a partir de quando teve que enfrentar seu contrário uma classe trabalhadora que foi forjando-se politicamente na luta e no conflito. Nestes trópicos, como isso não aconteceu seu poder tornou-se imensurável e ela passa,

por isso mesmo, a não reconhecer, em todas as esferas, a diversidade do outro, o seu antagônico.

Dessa forma, são as condições concretas da nossa formação histórica que apontam para o entendimento da modernização no Brasil configurar-se como conservadora. No Brasil o Estado se formou à margem da revolução burguesa, pois esta foi a forma das estruturas tradicionais sobreviverem nas sociedades contemporâneas. Desde os nossos primórdios firmou-se uma extrema individualização e esta tornou possível a incompletude dos mecanismos modernos de dinamismos na sociedade. E não poderia ser diferente, pois o país foi desenvolvendo-se absorvido em um “caldo de cultura” onde prevalecia a força da grande propriedade, do autoritarismo e da exclusão social.

Na ausência desta independência das classes populares o tema da participação parece inseparável da ênfase do esvaziamento dos movimentos sociais pelo Estado.

Rouquié (op. cit.: 74) aponta a democracia plural como antídoto a este amorfismo, e, naquela, as estruturas intermediárias e a multiplicidade de associações livres e voluntárias que são sua coluna vertebral. Para ele,

a macrodemocracia supõe o substrato da micro democracia que prepara o autogoverno de uma sociedade e enraíza no “espírito público” o gosto pelo diálogo e a capacidade de negociar.

Para entender a permanência do atraso em uma sociedade complexa como a brasileira, é imprescindível que se entenda o conceito de neo-patrimonialismo cunhado por Schwartman, (1988: 23). Destacando que a questão fundamental não é de “maturidade” do povo, mas “a da natureza das instituições sociais, governamentais e partidárias existentes”, este autor afirma que

O problema principal com os Estados de base neopatrimonial não é que eles mantenham o povo em situação dependente e alienada, mas, principalmente, que todas as formas de organização social que eles geram tendem a ser dependentes do poder público e orientados para a obtenção de seus valores.

Neste contexto, pode emergir, em vez de relações impessoais modernas, relações clientelistas que surgem e se espalham pelo tecido social. Isso aconteceria porque a burocracia e a classe política, incapazes de distinguir a esfera pública e privada, levariam o Estado a se tornar o centro do qual emana o clientelismo político.

Cordeiro (2000:23) aponta cinco fatores presentes na nossa formação social que, interligados, dificultariam enormemente a nossa passagem para uma sociedade mais justa, solidária e democrática. São eles:

- i) A absorção da esfera pública pela esfera privada.
- ii) Ausência de cultura associativa, articulada a uma atitude de passividade em relação aos governos que adquirem, assim, um espaço supermencionado em nossa dinâmica política.
- iii) Passado escravocrata marcado pelo isolamento e pela auto-suficiência da grande propriedade rural, pelo patriarcalismo e pela relevância da família.
- iv) Dificuldades com o municipalismo.
- v) Falta de experiência democrática.

Frente a estes imensos desafios, só a defesa intransigente e a prática da democracia – enquanto construção coletiva dos mais variados atores sociais – pode levar-nos à educação política necessária a uma concepção de cidadania plena. Concordamos, assim, com a referida autora quando diz que

É preciso reinventar a política e esta reinvenção necessita partir de uma nova dialética entre democracia formal e democracia social, potencializando a síntese de novas formas de organização e decisão, levando a sociedade para dentro da vida política, a fim de que se consiga governar processando demandas e fixando políticas voltadas para colocar o Estado a serviço e sob o controle da sociedade .

Para a consecução destes objetivos - reforma democrática do Estado e fortalecimento da esfera pública – só poderá ter pleno êxito se “aclopado” ao

contexto educativo das classes populares. A educação tem, portanto, um importantíssimo papel na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. A escola pública de qualidade torna-se vital para as massas desprovidas de cidadania. É através da educação, ou seja, de uma escola de qualidade, que as classes populares poderão adquirir suporte crítico capaz de levá-las à construção de uma sociedade democrática que vá de encontro aos seus interesses.

Ramos (2001: 197, apud. Melchior) esclarece os motivos que justificam os investimentos públicos em educação pública para as classes populares. De seus quinze itens, apontamos nove que são mais significativos para nosso tema:

Porque é por meio, principalmente da educação, que os homens são transformados em seres humanos.

Porque o valor de uma sociedade, em que pese todo o desenvolvimento material e tecnológico, está na qualidade dos seus cidadãos e não na sua riqueza acumulada.

Porque o domínio da riqueza produzida só pode ser conseguida e usufruída no sentido ético quando baseado em valores que contribuam para desenvolver as potencialidades humanas, entre os quais está a educação.

Porque tem contribuído, decisivamente, para o desenvolvimento da crítica e da ciência, despertando a curiosidade intelectual, o autodidatismo e a vontade de aprender permanente, condições indispensáveis ao crescimento do ser humano.

Porque, mesmo refletindo as contradições da sociedade onde está inserida a educação, por isso mesmo, contém dentro de si os germes que podem levar à evolução e ao aperfeiçoamento dos diferentes sistemas ideológicos.

Porque através da educação, e apesar das condições impostas pelas classes sociais, as pessoas podem superar obstáculos, vencendo, ainda que parcialmente, a miséria, o sofrimento e a exploração.

Porque é na escola que os professores entram em contato com as mazelas da sociedade e com base na crítica fundamentada, lançam os germes do inconformismo, em conseqüência, passam a ser agentes potenciais do processo de transformação social.

Porque possibilitando também a convivência entre indivíduos de classes distintas e o debate sobre idéias diferentes, contribui para que surja a resistência ao poder e ao Estado, contribuindo para a criação de uma sociedade democrática e livre.

Porque, no Brasil, particularmente “a representação popular” elege a educação como prioridade, devendo esta ser colocada a serviço do homem, da ciência, da pesquisa, da criação, da sociedade e da democracia.

Portanto, compete à educação formar cidadãos capazes de participar da vida política, social e econômica, tríplice conseqüente da busca pela realização de homens e mulheres: o exercício pleno da condição de ser humano, do desempenho de sua “vocação para ser mais, enquanto expressão da natureza humana, fazendo-se história”. (Freire, 1995: 11). Este ser histórico, crítico e participante é que vai mudar a sociedade, torná-la democrática, ou seja, aberta para a modernidade e não para a tradição.

Este trabalho visa à compreensão de como estão sendo gestadas na sociedade civil formas novas de participação com vistas ao controle da coisa pública e do controle dos recursos em poder do Estado pelas organizações civis. O pano de fundo é a relação, historicamente promíscua, entre o público e o privado no Brasil.

Trabalha-se na perspectiva de Martins (1999: 14) o qual denominou de sociologia da história lenta

Aquela que permite fazer uma leitura dos fatos e acontecimentos orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado. De modo que os fatos de hoje acabam se mostrando como fatos densamente constituídos pela persistência de limitações e constrangimentos históricos que definem o alcance restrito das condutas transformadoras. Permite também descobrir e integrar na interpretação, estruturas, instituições, concepções e valores enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado, e que, de certo modo, e só de certo modo, ganhariam vida própria.

Depois de duas décadas de ditadura militar (1964-1984) o Brasil reencontrou-se com a democracia (ou com sua construção?). Na década de 80 vivemos exuberantes manifestações de organização da sociedade civil que resultaram na criação de demandas as mais variadas, estas historicamente reprimidas e /ou postergadas. O Locus da formalização destas demandas foi a constituição de 1988, apropriadamente chamada de Constituição Cidadã. A educação, entendida como mola propulsora necessária ao processo de emancipação e autonomia das pessoas e vital para a construção de uma sociedade social, política, cultural e economicamente democrática, ganha, com a promulgação da nova carta magna, um espaço privilegiado.

Gohn (1998; 36) apresenta as demandas de educação formuladas pela sociedade brasileira nesta década como sendo de dois tipos:

Em educação ambiental, sobre o patrimônio histórico, para a cidadania, para a saúde pública, para a educação popular, para os menores e adolescentes, de minorias étnicas, contra discriminações (sexo, cor, idade, nacionalidade) para deficientes de trânsito, sobre drogas, educação sexual, contra a violência e pela segurança pública.

Demandas por educação escolar, que seriam:

- a) Educação infantil: creches e escolas.
- b) Ensino de 1º e 2º Graus.
- c) *As demandas por leis educacionais* (grifo nosso).
- d) Ensino noturno.

A partir das demandas por novas leis educacionais tivemos, na década de 90, a criação do Fundo de Manutenção E Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Pareceu-nos pertinente, então, estudar este mecanismo de política educacional do Estado em um município brasileiro, no caso Maracanaú – CE. Mais especificamente o seu Conselho de Acompanhamento e Controle Social previsto em sua lei, a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI que investigou, no Estado do Ceará, o desvio de recursos do Fundo por parte de dezenas de prefeituras e o papel do Partido dos Trabalhadores – PT, de cuja iniciativa nasceu e concretizou-se a CPI, e como

estes elementos reunidos relacionam-se com a luta histórica do povo brasileiro pela construção de uma sociedade democrática política, cultural social e economicamente, ou, dito de outra forma, em que a tradição está sendo, cada vez mais, superada pela modernidade.

1.1 O delineamento da pesquisa

Analisar a experiência em um Município do Estado do Ceará do Fundo Constitucional de Apoio ao Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) através do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do Fundo foi importante para que conhecêssemos questões gerais de suma importância para a construção de um país democrático, onde o poder seja exercido de forma transparente, com controle social e onde exista participação verdadeira e autônoma dos cidadãos envolvidos.

Partindo desses pressupostos, alguns questionamentos nortearam nossa investigação:

A atuação do conselho proporcionou no município enfocado o alargamento e a prática dos conceitos de cidadania e democracia?

Qual a relação entre o público e o privado por parte do gestor municipal no uso dos recursos do FUNDEF?

Qual a relação entre a Secretaria de Educação do Município de Maracanaú e o Conselho?

Qual a importância da capacitação para o Conselho desempenhar sua função de forma eficaz?

Como se deu a escolha dos conselheiros, de forma democrática ou a partir de indicação do Prefeito?

Quais os limites e deficiências desses Conselhos?

A participação dos membros no Conselho visa alcançar o bem comum a partir dos interesses das classes populares ou favorecer minorias já privilegiadas?

Como se originou a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará para investigar irregularidades na aplicação do FUNDEF por dezenas de administrações municipais?

Qual foi o papel dos Conselhos nessas denúncias?

Como os conselheiros refletem sobre sua prática?

Qual foi o papel do criador da CPI – o Partido dos Trabalhadores?

Que forças políticas compuseram a CPI?

Através da CPI, a prática do PT contribuiu para a democratização da sociedade brasileira?

Houve uma prática educativa por parte do Partido dos Trabalhadores no episódio das denúncias, transcurso e resultados da CPI?

Qual o papel da imprensa na CPI?

Como se deu a atuação do Judiciário?

Qual a atuação das entidades da sociedade civil durante a CPI?

Houve ganhos salariais para o magistério nos municípios com o advento do FUNDEF?

A pesquisa empírica se estendeu de abril a junho de 2003 com visitas aos entrevistados no próprio local de trabalho para a realização das entrevistas. Os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social foram muitos solícitos e prestativos, exceção apenas do Vereador José Firmo Camurça Neto que comunicou, em contato rápido em seu escritório político, que não estava participando das reuniões do Conselho e que “iria pedir ao prefeito seu desligamento”. Sem contar com este titular, foram sete entrevistas realizadas pessoalmente com os titulares, além de termos entrevistado, por telefone, quatro titulares para esclarecimentos adicionais à entrevista ou para aclarar questões que achei pertinentes.

No Município de Maracanaú, além dos membros do Conselho, entrevistamos o Secretário de Educação do Município, professor José Marcelo de Farias Lima. Em Fortaleza, as entrevistas realizadas foram com o Deputado pelo Partido dos Trabalhadores, Artur Bruno, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – que investigou irregularidades no uso dos recursos do FUNDEF, e com o professor Anísio Melo, secretário geral do Sindicato APEOC e membro da executiva municipal do Partido dos Trabalhadores – PT.

O registro das entrevistas realizadas foi feito com utilização de fitas-cassetes, sendo transcritas e analisadas posteriormente por mim. Um diário de campo possibilitou o registro de observações que considerei articuladas com o referencial teórico. Basicamente as entrevistas foram realizadas de dois modos:

Entrevista semi-estruturada, com série de perguntas abertas, “feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”. (Laville e Dionne, 1998: 78)

Entrevista parcialmente estruturada, “entrevistas cujos temas são particularizados e as questões (abertas) preparadas antecipadamente, mas com plena liberdade quanto a retiradas eventuais de algumas perguntas então colocadas e ao acréscimo de perguntas improvisadas”. (op. cit.: 88). Seguindo com os mesmos autores, os ganhos na pesquisa foram evidentes, pois “sua flexibilidade possibilita um contato mais íntimo com o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores”. (op. cit.: 189).

Os dados secundários foram coletados para análise junto à Secretaria de Educação do Município de Maracanaú, relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do FUNDEF, de responsabilidade da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, artigos e editoriais sobre a CPI e sobre os Conselhos publicados em um jornal de grande circulação: O Povo.

Procurei observar o sujeito em sua individualidade, numa articulação com o sujeito social, registrando seu discurso para compará-lo com a prática realmente existente. Por fim, busquei interpretar os dados colhidos, estabelecendo possíveis relações entre as categorias identificadas na pesquisa empírica e as categorias teóricas utilizadas, buscando identificar possíveis articulações entre a teoria e a prática referida em nosso objeto de pesquisa.

1.2. A Organização do Texto

Delineadas as questões que orientaram a investigação, no capítulo seguinte, (2) iniciamos com a análise de Viana (1999), de capital importância para se entender a gênese e o enraizamento da tradição desde os tempos do Brasil-colônia, como ela se caracteriza e se corporifica nas relações sociais construídas pelos diversos atores sociais. É no grande domínio, que se obstaculiza as instituições de auto-governo, a prática democrática, o poder partilhado entre cidadãos iguais em direitos e deveres, a participação na gestão da coisa pública, a presença viva e consciente do povo na construção de seu destino.

Também no capítulo 2 procuramos elementos para entender a relação promíscua entre o público e o privado existente no Brasil, como foi construída historicamente, quem são seus beneficiários; qual a natureza dessa relação e suas conseqüências. Para isso recorro a três autores que trataram do tema em momentos históricos diferenciados: Duarte (1939); Nabuco (1883) e Chauí (2000).

No capítulo 3 tratamos do fato de que os sentidos dos processos e eventos humanos, que são temporais, não são conhecidos imediatamente, total e absolutamente. Assim, a história precisa ser reescrita, porque como afirma Reis (2001: 34) “novas fontes, novas técnicas, novos conceitos e teorias, novos pontos de vista levam a reavaliação do passado e das suas interpretações estabelecidas”. Neste movimento, criam-se visões da história regressivas, conservadoras e modernizadoras. Só a concepção do progresso do conhecimento histórico na visão dialética vai dar conta da complexidade da tradição e da modernização brasileira. Para isso centramos nosso foco no excelente trabalho de Reis (op. cit.) no qual o autor agrupa várias personalidades que tentaram estudar o Brasil na perspectiva, segundo este teórico, da mudança e da continuidade. No aspecto da tradição ou continuidade teríamos aqueles autores que Reis (op. cit.) notifica como os descobridores do Brasil – Varnhagen e Gilberto Freire. Na corrente da mudança, ele lista Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodr e, Caio Prado Jr. Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso; mudança entendida como significando a identificação das forças que

produzem a autonomia e a emancipação nacional. Esses autores são classificados como redescobridores do Brasil.

No capítulo 4 trabalhamos com os conceitos de democracia e educação a partir de vários autores, tentando dar conta da necessária relação existente entre ambas, como foram construídas historicamente, a que fins servem, a necessidade cada vez mais urgente das duas serem vivenciadas e corporificadas em todas as esferas sociais, micro e macro esferas da vida social, política, econômica e cultural.

No item 4.1 analisamos os conceitos de participação, cidadania e educação. Vimos a partir dos teóricos visitados que os movimentos dialéticos da história vão tecendo novas figurações, novos entendimentos dos três conceitos e que eles são vitais para a construção de sociedades verdadeiramente democráticas.

Finalizando o quarto capítulo, no item 4.2 analisamos o partido político e sua imbricação com a modernidade, pois para Duverger (2000) “o aparecimento dos partidos de recorte classista e de inclinação socialistas são fundantes da modernidade política das sociedades desenvolvidas contemporâneas”. Nesta concepção, César (2002) procura mostrar que o PT representa, no Brasil, em seu processo contraditório e incompleto de modernização e complexificação social, uma contribuição fundamental para a construção da democracia no Brasil.

No capítulo 5 abordamos o financiamento da educação no Brasil e no item 5.1 o seu histórico desde os anos 80, com a redemocratização do país e o surgimento, nesta década, de novas demandas educacionais por parte da sociedade brasileira. Trabalhando principalmente através da perspectiva de Ramos (2000), vimos através deste trabalho que há uma grande distância entre a prioridade à educação apregoada pelos governos social-democrata – PSDB e a realidade do financiamento da educação no Brasil. No item 5.2 analisamos a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, as expectativas daí advindas e a crítica ao Fundo contidas nos trabalhos de Davies (1999) e Ramos (op. cit.), necessários para confrontar com os resultados da pesquisa empírica.

No capítulo 6 apresentamos a pesquisa de campo propriamente dita. No item 6.1 trazemos o contexto histórico de Maracanaú, o item 6.2 é o resultado das entrevistas realizadas com os atores sociais envolvidos com o conselho. No item 6.3 tratamos da criação e do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI do FUNDEF), e finalizamos este capítulo com a entrevista realizada com o relator da CPI – Deputado Artur Bruno (PT).

Por fim, apresentamos no capítulo 7 algumas conclusões a que chegamos depois da pesquisa empírica realizada e dos levantamentos teóricos feitos, procurando através destes arsenais científicos, aproximar-nos o mais possível da complexidade da modernidade e do atraso em um país como o Brasil.

CAPÍTULO 2 – Processo Colonizador e Permanência da Tradição

A consolidação da modernidade política, e, com ela, da democracia pluralista contemporânea, só se realiza através da criação de um sistema político baseado no reconhecimento da legitimidade dos interesses e projetos dos diferentes sujeitos sociais, de sua manifestação, conflito e interlocução. Ela exige e pressupõe uma forma de organização da sociedade que permita a inclusão econômica, cultural e política da grande maioria da população e através da qual seja possível a participação de seguimentos e forças sociais diferenciadas. Sob estas condições, as responsabilidades da gestão eficiente do Estado e da coisa pública podem ser (com)partilhadas sem que se anulem, por isso, as identidades distintas e os interesses contraditórios existentes na sociedade civil. Estado e sociedade civil é entendido aqui na concepção de Gramsci (1984), pois para este pensador italiano, podemos distinguir dois grandes níveis na superestrutura, o que pode ser designado como sociedade civil, isto é, o conjunto dos organismos habitualmente chamados internos e privados e a sociedade política ou Estado, correspondendo respectivamente à função de hegemonia que o grupo dirigente exerce sobre o conjunto do corpo social e à dominação direta ou comando, que se expressa através do Estado e do poder jurídico.

Na sociedade brasileira a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem e as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho. É desta tradição enraizada na caminhada do Brasil desde os tempos de colônia que nos fala Viana (op. cit.) com uma riqueza de detalhes sem igual em sua obra. Seu magnífico estudo apesar de conceber, equivocadamente, como sendo relações feudais predominantes no Brasil em sua formação histórica inicial, tese de resto já sepultada por um grupo de cientistas sociais da Universidade de São Paulo, para quem o escravismo se desenvolvera no corpo do próprio processo de expansão mundial do capital e portanto, a contradição entre o capital e o escravismo não tinha a radicalidade da contradição que opusera o capital às

relações feudais - é vital para que possamos entender a importância da cultura, dos valores fundantes em nosso processo civilizatório que vão obstaculizar a criação de uma nação democrática social, política, econômica e culturalmente. A expressão destes valores, ou seja, desta cultura refratária a uma democracia liberal está localizada em nossa própria formação histórica.

Para Viana (op. cit.), a superação da permanência da tradição na formação do Brasil só se daria a partir de um Estado forte (mas apenas momentaneamente autoritário) e modernizante. Essa concepção calou fundo em milhares de mentes de esquerda e de direita que se puseram a pensar como o Brasil poderia alcançar a modernidade. O autoritarismo da esquerda nacional também encontra aí, somada às formulações do partido único, do centralismo democrático oriundas do marxismo inaugurado na antiga União Soviética, um terreno fértil para seu desenvolvimento. Para entendermos este tipo de autoritarismo modernizante, é necessário recorrermos ao conceito do autoritarismo instrumental, elaborado por Santos (apud. Paim, 1974) que, ao fazer a análise da vida e obra de Oliveira Viana, afirma que este historiador “expressou pela primeira vez, tão clara e completamente quanto possível, o dilema do liberalismo no Brasil.” Para Viana, (apud. Santos op. cit.: 31):

Não existe um sistema político liberal sem uma sociedade liberal. O Brasil não possui uma sociedade liberal, mas, ao contrário, parental, clânica e autoritária. Em consequência, um sistema político liberal não apresentará desempenho apropriado, produzindo resultados sempre opostos aos pretendidos pela doutrina. Além do mais, não há caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir do estágio em que se encontra até tornar-se liberal.

Assim conclui Viana (op. cit.: 32):

O Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal. Em outras

palavras, seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal.

As particularidades distintivas dessa espécie de autoritarismo são os autoritários instrumentais em primeiro lugar, pois estes, continua Santos (op. cit.:31), crêem

que a sociedade não apresenta uma forma natural de desenvolvimento, seguindo antes os caminhos definidos e orientados pelos tomadores de decisão. E dessa presunção deriva-se facilmente a inevitável intromissão do Estado nos assuntos da sociedade a fim de assegurar que as metas decididas pelos representantes, dessa sociedade sejam alcançadas. Nesta medida, é legítimo e adequado que o Estado regule e administre amplamente a vida social – ponto que, desde logo, os distingue dos liberais. Em segundo lugar, afirmam que o exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de se conseguir edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser questionado. A percepção do autoritarismo, como um formato político transitório, estabelece a linha divisória entre o autoritarismo instrumental e as outras propostas políticas não-democráticas.

Recentemente, como herdeiros deste pensamento de Viana (op. cit.), tivemos a própria formulação da doutrina de Segurança Nacional desenvolvida pela Escola Superior de Guerra. Seus dois maiores expoentes são, sem dúvida, os generais Golberi do Couto e Silva e Ernesto Geisel. Este tem como crédito a seu favor o fato de ter implantado a distensão lenta, gradual e segura do regime autoritário pós-1964. Mas não podemos esquecer que a liberação do País só aconteceu devido à luta organizada da sociedade civil (partidos políticos, movimento feminino pela anistia, reivindicações dos movimentos operários a partir da região do ABC paulista, igrejas progressistas atuando nas zonas rurais e urbanas, setores intelectuais e artísticos, associações e federações de bairros e favelas etc.) como também pelo próprio estrangulamento do modelo econômico enaltecido até então, época do milagre brasileiro, que se vê em crise com o chamado choque do petróleo em 1974, acontecimento externo onde todos os

países ocidentais foram afetados de uma maneira ou de outra pelas decisões da OPEP (Organização dos Produtores de Petróleo) naquele ano de guerra entre árabes e israelenses. A economia brasileira viu-se, assim, vulnerável enormemente, face a nossa dependência da importação do petróleo e de capitais. Este último tornou-se escasso em relação ao imenso fluxo de que vinha sendo provido o Brasil desde 1968.

O fato é que a ditadura militar advinda com o golpe de 1964 perdurou até 1984, traindo a concepção dos adeptos do autoritarismo instrumental que apregoam, conforme foi visto, que a sua utilização seria apenas por curto período.

Outro fato importante a ressaltar é que o próprio regime militar, como todas as ditaduras, enfeixou um enorme poder através das medidas discricionárias, com os atos institucionais nº 1, 2, 3, 4 e 5, fechando o Congresso, partidos políticos, imprensa livre sendo censurada, sindicatos e sindicalistas manietados, cassação de opositores, proibição do movimento estudantil e perseguição à atividade acadêmica crítica etc., mas nunca tocou nos interesses das oligarquias incrustadas nos diversos aparelhos de Estado, podendo-se destacar que a espinha dorsal do poder oligárquico (a estrutura fundiária) continuou intocável. Na verdade houve um pacto entre os tecnocratas autoritários, militares e as oligarquias podendo estas, com seu poder econômico e político, influir diretamente a favor dos seus interesses na coisa pública, através do planejamento estatal modernizante.

Silva (1981), analisando as transformações capitalistas no campo brasileiro (1981) afirma que o que tivemos foi uma modernização conservadora, pois esta privilegiou os grandes proprietários de terras através dos mais variados mecanismos, (como subsídios via Banco do Brasil, SUDAN, FINOR etc.) proporcionou a re-concentração da terra e enfraqueceu a agricultura familiar, contribuindo, assim, para o alastramento do fenômeno social do êxodo rural. Estas políticas modernizadoras através da política agrícola dos governos no Brasil pós-64 contribuíram para a própria manutenção do elevado grau de concentração da propriedade da terra nas cinco grandes regiões do país. Segundo este autor

É com o apoio do governo que se mantém uma distribuição altamente concentrada da propriedade da terra. Essa distribuição

da terra é uma das características da estrutura econômica do país que tem favorecido um modelo de crescimento econômico que beneficia principalmente os mais ricos, isto é, um modelo de crescimento econômico com elevada concentração na distribuição da renda. (grifos nossos).

A questão da reforma agrária vai muito além, portanto, das políticas agrícolas, porque ela envolve mecanismos enorme de poder por setores da e ligados às oligarquias. A sua realização, é, conforme Silva “uma reivindicação que se insere num problema mais amplo, o das liberdades democráticas.” (grifos nossos).

Para o entendimento da permanência da tradição na modernidade no Brasil é preciso fazermos a recuperação teórica dos estudos que tratam, a seu modo e a seu tempo, da gênese da permanência. Assim comungamos com Paim (1982: 35) quando nos diz que é preciso

Recuperar as tradições culturais do nosso país, buscando tornar inteligíveis as linhas segundo as quais se desenvolve o curso real. E neste, a linhagem representada por Oliveira Viana voltou certamente a ocupar lugar de primeiro plano, correspondendo, portanto, a uma das formas essenciais de nossa maneira de ser.

Para nós essa tarefa é imprescindível, pois como dizem os historiadores, só conhecendo o passado, podemos agir no presente e projetar o futuro. Assim, esta é a concepção que trabalharemos nesta dissertação a respeito da relação entre o público e o privado.

No Brasil fundamenta-se a perspectiva de que convivem, historicamente, desde a nossa formação, o tradicional e o moderno, sendo que a permanência do tradicional em nossas estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais vai envolvendo todo o tecido da construção deste país até os dias de hoje. A matriz teórica é a contida em Martins (1999: 14), pois de acordo com este autor

A perspectiva do que posso chamar de uma sociologia da história lenta permite fazer uma leitura dos fatos e acontecimentos orientados pelas necessidades de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado. De modo que os fatos de hoje acabam se mostrando como fatos densamente constituídos pela persistência de limitações e constrangimentos históricos que definem o alcance restrito das condutas transformadoras. Assim, uma sociologia da história lenta permite descobrir e integrar na interpretação, estruturas, instituições, concepções, e valores enraizados em relações sociais que tenham pleno sentido no passado e que, de certo modo, e só de certo modo, ganharam vida própria. É sua mediação que freia o processo histórico e o torna lento. Não só porque reduz o âmbito da tomada de consciência das verdadeiras dificuldades à transformação social, mas também porque atenua ou reorienta o sentido das ações de propósito transformador.

Para conhecermos a gênese e o sentido da tradição no Brasil analisaremos quatro autores, por considerá-los imprescindíveis à profundidade do tema, a saber: Vianna (1999), Duarte (1936), Nabuco (1998) e Chauí (2000). Outros autores que exploraram brilhantemente o tema não ficam, de nenhum modo, relegados a um segundo plano neste trabalho de dissertação, mas os quatro terão a primazia neste corte teórico.

Viana (op. cit.:80) destaca a criação, por parte de vários povos europeus, desde tempos imemoriais, da instituição do estado-aldeia, ou aldeia-estado. Esta seria a mais primitiva forma de democracia no mundo e a sua mais pura expressão, pois alicerçada no governo do povo pelo povo. Nestas comunidades os interesses locais da terra, da produção, da vida dos habitantes são regidos por instituições próprias, populares e costumeiras, que vivem e funcionam ao lado das oficiais, criadas pelo Estado. Suas juntas administrativas, seus comícios eleitorais, seus tribunais julgadores,

Todos eles são eleitos *pelo voto direto dos seus aldeões*, simples e rudes na sua maior parte, reunidos em concílio periódico no adro

da igreja matriz ou na casa do conselho, ou talvez à sombra do carvalho clássico. (grifo nosso).

Estas instituições democratizantes vivem dentro da consciência de cada cidadão e não apenas na lei escrita, vivem, enfim, nos costumes, nos modos correntes de vivência do povo, nas suas tradições religiosas ou sociais, na sensibilidade de cada membro dessas comunidades sob formas imanentes de hábitos, de sentimento, de idéias associadas, articuladas num sistema. Segundo Viana (op. cit.: 83) “constituem um complexo psicológico ou um complexo de democracia direta.”

Em nosso processo civilizatório de construção nacional, o Brasil, como colônia do grande estado marítimo português, teve sempre a formação das vilas e cidades sempre como um ato de iniciativa oficial, partindo das autoridades da metrópole, governadores de capitanias, governadores-gerais ou vice-reis e não da iniciativa do povo.

Primeiramente os donatários das capitanias e depois os colonizadores, enfeixavam em suas mãos a jurisdição civil e criminal sobre índios, escravos, peões e colonos. Seu poder era desmesurado, total, na opinião de Warnhagen (2000), “poderes majestáticos”. A grande propriedade era o locus desse imenso poder, com vida autônoma comercial, política e religiosa. Tudo gravitava em torno desse poder individualista, todas as ações emanavam a partir dele, sacrificando-se assim, desde os nossos primórdios, a sociabilidade empreendedora, os esforços coletivos das primeiras iniciativas de organização social. Para Vianna (op. cit.: 109) minerais e os centros mercantis da costa, a vivência urbana nascia da imposição e do castigo, e era o recrutamento que trazia a ela os moradores

No período colonial, afora as aglomerações s. Assim, nada nos podia levar ao municipalismo, aos conselhos do povo ou das assembleias de aldeia já descritas. A concentração urbana só se operou nas zonas mineradoras. O feitiço da política colonial metropolitana era estritamente individualista, pois o engenho real, centro das mais importante atividade econômica, a produção do açúcar, constituía uma verdadeira autarquia e aí, nesta estrutura

social, política e econômica não poderia surgir uma sociabilidade tão necessária ao costume democrático, pois sendo uma organização produtiva de perfeita auto-suficiência. Nada, nenhuma necessidade decorrente da lei ou da política impelia estes engenhos reais ou as organizações menores, a aglomeração, a associação a convergência de esforços para fins comuns. É um processo colonizatório de base contraditória, pois se por um lado, procurava reunir os moradores diversos em povoações e vilas, ao mesmo tempo os forçava à dispersão ao instituir o regime de sesmarias. Reina aí o mais extremado individualismo familiar e patriarcal, fazendo no dizer de Vieira, *cada família fosse uma república*. (grifos nossos).

Neste individualismo não floresceria nem mesmo costumes comunitários ou formas de solidariedade social significativas, pois elas não teriam caráter permanente, tornando-se mais um ato de caridade do que uma tradição do povo, como uma prática ou costume devidamente institucionalizado e organizado. Modernamente, é por demais conhecido o fato de que nos Estados Unidos da América do Norte centenas de milionários contribuem anualmente com vultosas somas para universidades públicas realizarem as mais variadas pesquisas científicas. Essa é uma prática regular e corriqueira existente naquele país. Longe de ser uma mera dedução fiscal pseudo-solidária, estas iniciativas são enraizadas no imaginário, no costume, na vivência daqueles cidadãos abastados. A nossa formação social e econômica teria se processado dentro do mais extremado individualismo familiar e isso resultaria em um traço cultural caracterizado pela despreocupação do interesse coletivo, pela ausência do espírito público, de espírito de bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletiva e pela carência de instituições corporativas em prol do interesse do lugar, da vila, da cidade.

Mais especificamente em termos de organização política havia as câmaras municipais, mas estas foram constituídas como corporações oligárquicas e aristocratas, pois o povo não tinha nenhuma participação nelas. Para Viana (op.

cit.: 114)), o governo dessas câmaras não era de nenhuma forma, democrático, pois

O povo que elegia e que era eleito na colônia, o povo que gozava o direito de elegibilidade ativa e passiva constituía uma classe selecionada, uma nobreza – a nobreza dos homens bons. Era uma verdadeira aristocracia, onde figuravam exclusivamente os nobres de linhagem aqui chegados ou aqui imigrados e fixados, e os descendentes deles; os ricos senhores de engenho; a alta burocracia civil e militar e seus descendentes. E essa nobreza era acrescida de elementos vindos de outra classe-a classe dos homens novos, burgueses enriquecidos no comércio.

Mas, quem seria este povo, excluído desde então da participação, nem direta, nem de direito no governo das comunas? Tratava-se da gente mecânica, como artesão, serviçais, criados, homens da lavoura, do arado, da enxada, da foice, os taverneiros, os pequenos comerciantes e seus empregados, os pardos, os mestiços. Configurava-se aí a nossa gênese de apartação social que iria vigorar por muitos séculos, pois só depois de trezentos anos é que puderam participar formalmente, da vida política. Neste contexto excludente, os conselhos ou câmaras dos vilarejos municipais nunca tiveram sentido fisiológico, orgânico estrutural. Eram órgãos artificiais para aqui trazidos como coisa importada, sem correspondência orgânica com a estrutura da sociedade colonial. Pelas características da colonização, fundada em moldes de uma dispersão profunda da sociedade, verdadeiros nódulos demográficos.

Nesta ausência da consciência do bem comum não poderia florescer o sentimento forte de uma ética política responsável pela vontade coletiva e o exercício do poder político será dirigido pelas elites, pelas aristocracias, pelo latifúndio, pelos homens de bem, como queiram, pelas classes dominantes unicamente ao talante de seus interesses particulares, sejam, pessoais, sejam familiares, sejam de clã ou de partido.

Fica sacrificada assim, a estruturação democrática moderna do Estado-Nação pois este tem, em seus pressupostos funcionais, um complexo cultural que

deve ser anterior e preliminar à instituição deste tipo de estado e que é , para Viana (op. cit.: 143)

A capacidade de cada cidadão de subordinar, ou mesmo sacrificar, os seus egoísmos naturais e os seus interesses pessoais aos interesses gerais ou coletivos dos grupos ou comunidades maiores, a que ele pertence (aldeia, comuna, província, nação). Sem esta base preliminar, é certo que a estrutura democrática, seja qual for o tamanho do grupo, degenera e se corrompe.

Esta corrupção se manifesta através de inúmeras instituições enraizadas em nossa cultura política, como a solidariedade da família senhoral (ou clã parental). Embora tenha, em sua origem, o status de instituições privadas, teve, e tem ainda hoje, muita influência sobre a nossa estrutura política. Para afirmar esse poder sobre a vida administrativa, o folclore político registra a adaptação que estes clãs fizeram da passagem bíblica que diz “Mateus, primeiro os teus” como sinônimo de sua primazia na ocupação de cargos, sinecuras, posições nos aparelhos de Estado com vistas a satisfação de seus particulares interesses.

Além do senhor e sua família, do administrador e do capitão da fazenda e do feitor como se hierarquizava a população subordinada, a massa de dependentes? Para Vianna (op. cit.: 163-164), esta era a sua configuração.

Os lavradores com cana obrigada e abaixo deles os agricultores- sitiantes, agregados, colonos, forneiros, vaqueiros no norte, peões no sul;

os escravos, os mamelucos e mulatos;

os índios administrados;

os acoitados, de maus antecedentes, criminosos ou simples foragidos;

os sitiantes improdutivos;

os índios flexeiros e os homens a saldos, para função guerreira;

os pequenos proprietários, morando dentro dos domínios em terras ditas encravadas ou anexas, circunjacentes ao domínio;

os pequenos comerciantes vicinais, situados próximos ao feudo, aparentemente independentes, mas todos incorporados pela proteção que gozam do senhor – ao clã do feudo (donos de fazendas e pequenos vendeiros).

Vimos surgir assim uma forma de solidariedade social organizada, estruturada em sua complexidade, pelo grande domínio. São os grandes senhores que a criam e ela passa a ser a única forma vivenciada de organização da solidariedade do próprio povo. A tônica reinante é a fidelidade e a servidão, o mandonismo e a subserviência. Para a construção e satisfação de seus interesses o clã feudal cria, para si, um outro tipo de solidariedade orgânica: o clã parental.

Estas organizações parentais seguiram assim, por mais de três séculos com o seu prestígio e poder influenciando e intervindo na vida pública, na vida privada, na vida administrativa através da construção de oligarquias baseadas no clã feudal.

Depois da independência continuamos a viver de forma isolada e submetidos ao autoritarismo, ao mandonismo do grande senhor rural que, conforme Nabuco apud. Viana op. cit.: 150),

Mesmo os agentes do pequeno comércio que neles penetravam, eram suspeitos ao senhor; os escravos nasciam e morriam dentro do horizonte do engenho ou da fazenda: verdadeiras colônias penais, refratárias ao ingresso, pequenos achantis, em que imperava a vontade de um só.

Esta configuração vai mudar a partir do 2º império quando os clãs feudais e parentais até então isolados são levados a um movimento de solidariedade orgânica consubstanciados em ordem política, pois tinha fins exclusivamente eleitorais. Estão organizados, atuantes sob uma bandeira e são classificados (e classificam-se) em conservadores ou liberais através destes partidos inicialmente de base provincial e posteriormente, de base nacional. É deste momento que surge a importância dos governadores de província. Com o refinamento do jogo político historicamente aí situado a ação dos governadores se fazia em um sentido de captação (cooptação, diríamos hoje) e não mais de intimação pura e simples.

Assentados sobre o poder da terra, do domínio, esta cooptação vai atuar de varias formas, entre as quais as cessões de títulos mobiliárquico que atuavam como nos diz Viana (op. cit.:223),

Como poderoso agente de agregação partidária pois eram os governantes a quem cabia informar ao Centro sobre os nomes dos grandes proprietários rurais que lhe pareciam mais merecedores do ambicionado título de comendador, barão ou visconde e pleiteavam a honraria para os da sua parcialidade.

Outra forma de agregar poder e fidelidade ao governador era através da instituição da guarda nacional, pois os títulos de coronel ou tenente-coronel eram concedidos aos maiores fazendeiros de uma região, desempenhando assim a guarda nacional sua função política, pois permitia ao senhor mais rico impor-se aos seus pares (concorrentes pelo poder) já agora pelo princípio da disciplina e obediência característica da instituição militar. Na visão de Viana (op. cit.:225) foi

A guarda nacional um dos fatores que mais concorreram para a fusão in loco dos antigos clãs feudais e parentais na unidade do clã eleitoral (partido do barão ou coronel) que era uma organização de base mais ampla do que a clã feudal e do clã parental – porque municipal e não mais dominical ou latifundiária.

Alarga-se extraordinariamente o poder dos agora chefes municipais pois estes passaram a ter domínio absoluto sobre seus correligionários em um espaço geográfico mais amplo e daí por diante, seguindo com Viana (op. cit.: 225)

Toda a composição e funcionamento dos poderes públicos no município passava a depender da vontade deste chefe local, bem como todos os direitos e liberdades dos munícipes, principalmente a liberdade individual, a individualidade do domicílio, a liberdade eleitoral e mesmo, freqüentemente, o direito de propriedade e de vida. Polícia e partido estavam então confundidos numa só entidade e justiça, praticamente só existia para os correligionários do “partido” local (clã eleitoral) que dominava. Este chefe do

“partido” local – em regra, um grande proprietário rural, senhor de varias escravas, de um numeroso clã feudal e vasto clã parental tornava-se, assim, o senhor absoluto do município. (grifos nossos).

Seguiu então “o povo-massa” sem nenhuma participação política e como tal, fora da vida pública até 1822, quando se inaugurava aqui o regime democrático. Sua participação vai se dar, então, para fins eleitorais. Não há, aí, uma expressão de vontade, de deliberação consciente neste novo tipo de participação. É algo estranho, alheio à vida comunitária. Surge de cima para baixo a necessidade de formar, por via eletiva, os governos municipal e nacional, antes organizados pelo processo carismático, isto é, de nomeação pelo Capitão, General, pelo Vice-Rei ou pelo Rei. Esta nova prática democrática fica de logo prejudicada pelo enorme poder advindo dos grandes proprietários da terra.

Para a construção de princípios democráticos era e é imperante a prática democrática. Vive-se a democracia, praticando-a, exercendo-a nos mais diferentes micro-espacos, parte-se da própria democracia do local para o nacional e não vice-versa e essa condição é totalmente alheia ao nosso primitivo processo civilizatório, isto é, ao grande domínio. A democracia nutre-se da sua experenciação no cotidiano, no fazer autônomo e consciente dos atores sociais envolvidos, que vão construindo, neste envolvimento, uma identidade coletiva, democrática, participante. O nosso grande domínio não comportava, pelas suas características, esta compreensão, pois eram, seguindo com Viana (op. cit.:238)

Organizações econômicas que não possuíam nada que pudesse dar qualquer educação democrática ao povo que vivia dentro das suas terras: nada que fosse dele, concernente ao interesse geral, era de origem eletiva ou deliberativa. Tudo - ordens de administração; deliberações de interesses coletivos; formas a obedecer; províncias de serviço e de utilidade geral (abertura de valas; dessecamento de brejais; pontes; estradas vicinais); técnicas novas de trabalho; decisões de caráter jurisdicional sobre conflitos de moradores entre si e destes com o senhor da terra – tudo isto era o senhor do domínio que decidia como soberano – ele

só e mais ninguém. Nada de “cortes do rei, nada de “assembléia da aldeia.

O povo dos *moradores*, subordinado ao senhor do engenho ou da fazenda vivia à margem, sem participação direta e autônoma na administração da economia produtiva e social do engenho ou da fazenda. Em suma, nos grandes domínios na colônia e do império, debalde procuramos qualquer instituição pública – qualquer sistema econômico, religioso, administrativo, jurídico, ou político – que importasse na iniciação ou preparação do nosso povo-massa para a vida democrática, isto é, para sua direta intervenção nas gestões da coisa pública local; menos ainda – da coisa pública nacional. De qualquer uma delas o nosso povo-massa esteve sempre – seja legalmente, seja praticamente – ausente durante todo o curso da nossa história política e administrativa; isto é, durante cerca de 400 anos.

O argumento culturalista traçado até aqui a partir de Vianna (op. cit.) não é absoluto, finalista mas tem um peso, uma importância capital para entendermos o Brasil, o espaço da tradição em nosso desenvolvimento histórico, a caminhada, as trilhas percorridas pelo povo em sua luta de afirmação transformadora e os porquês de tantos obstáculos nesta mesma luta.

O Brasil apresenta-se ao mundo como o país dos contrastes. Convive com o contraste de ser a 11ª economia do mundo capitalista com indicadores sociais gravíssimos. Chamado na década de 70 pelo economista Edmar Bacha de Belíndia, esta imagem representa bem o Brasil dividido entre ser uma Bélgica e uma Índia. Longe de concordarmos com a visão dualista, esta analogia de Bacha faz sentido.

Contrastando com uma exuberante riqueza econômica e social, em nossa Índia, convivem mais de quarenta e cinco milhões de analfabetos funcionais, mais de quinze milhões de desempregados, outros tantos vivendo de “biscates” no mercado formal, grandes cidades com dois terços de sua população em favelas ou bairros destituídos de equipamentos urbanos dignos, trazendo condições para propagação das mais variadas doenças, o serviço público de saúde com hospitais funcionando de forma precária, sem materiais hospitalares modernos e na maioria

das vezes faltando o essencial para o seu dia-a-dia. A ausência de uma perspectiva de vida para os jovens empurra-os, nas periferias das grandes cidades, para a aglutinação em gangues com ações recíprocas de violência impulsionadas pelas drogas e alcoolismo. O roubo, o seqüestro, o tráfico passam a ser moeda circulante nesta luta bárbara pela sobrevivência de milhares de pessoas. A população carcerária aumenta diariamente, com os presídios superlotados e onde a dignidade humana passa ao largo, sendo que desta população mais de setenta por cento é constituída de negros. As crianças são exploradas precocemente no trabalho ou deixam a escola para ter míseros ganhos esmolando ou comercializando bugigangas nos semáforos das grandes cidades.

A concentração da renda apresenta-se como das três maiores do mundo e a concentração da terra dos latifúndios improdutivos também surge nos documentos da ONU e da FAO como a primeira do planeta, ocasionando a pobreza e o êxodo rural. A sonegação fiscal é imensa, com a corrupção oficial irrompendo mensalmente com milhões de dólares sendo desviados para paraísos fiscais existentes no mundo. Os salários dos trabalhadores são em média baixos, sendo que o salário mínimo, contrariando a sua forma jurídica oficial, não proporciona ao trabalhador condições dignas de vida.

Como vemos este é um quadro de apartação social, com o país tornando-se para a maioria do seu povo um sistema econômico social e político dos mais injustos e degradantes que se tem notícia no mundo “globalizado”.

Mas por que este país tornou-se isto? Que caminhos ele trilhou para atingir tal quadro? Que classes sociais e que categorias sociológicas em interação dialética com sua história devem ser pesquisadas para se ter pistas das responsabilidades por este processo? Por que a permanência do atraso econômico, social e político em uma sociedade modernizada e complexa como a do Brasil? Para se tentar entender esta permanência é necessário que ela seja vista como instrumento de poder de nossas elites desde o princípio de nossa formação histórica. Através do domínio da terra, da escravidão, do poder familiar arbitrário, da troca de favores, do clientelismo político e do mandonismo construí-se uma Nação onde, para seu benefício, historicamente, o público e o privado se

confundem. É no entendimento da promiscuidade dessa relação em suas instituições que podemos compreender o tipo de sociedade que temos hoje. Trata-se, como diz Martins (1999)

De entender o público e privado não como práticas definidoras de condutas subjetivas, mas como concepções submetidas ao árbitro de quem personifica o público e de quem personifica o privado.

Para compreensão desta relação recorreremos a três autores que consideramos essenciais à abordagem do tema. Cada um destes estudiosos representa momentos históricos diferenciados: Duarte (1939), Nabuco (1883), e Chauí (2000). Eles conseguem, em suas obras, fazer-nos entender, enfim, as tramas e trilhas percorridas por nossas elites para que tenhamos, desde a sua formação até os dias de hoje, um país produzido pelo signo da desigualdade e da injustiça social.

Duarte (op. cit.) traça um vigoroso painel da relação entre o público e o privado na formação histórica do Brasil e as conseqüências daí advindas no processo de 500 anos deste país. Para o autor, a índole e a essência de nossa pátria-mãe são impressas a ferro e fogo, na configuração de sua colônia produzida nos trópicos. Não só a língua, mas principalmente a organização civil e política de Portugal seriam transplantadas pelos colonizadores em suas obras de fundação e posterior desenvolvimento. Este tipo de organização lutaria para manter-se e perpetuar-se no processo econômico, social e político vivido no Brasil. Portanto, é necessário fazer a análise das instituições dominantes em Portugal antes de nossa colonização, suas características marcantes, sua gênese, para esclarecimento desta permanência na história do novo país como continuação da história de Portugal. A organização privada seria o suporte da estrutura da vida lusitana, tendo a instituição familiar e religiosa desempenhado papéis de primazia nesta sociedade. No aspecto familiar, é na comuna que, fervilhando os laços parentais, se cristaliza a organização social e política. Tendo como características ser um grupo fechado típico, a família guia-se pelo individualismo, pela ordem

privada e como tal, opõe-se ao Estado, enunciado pelo autor como poder diferenciado e que

Se constitui para exercer, com a força social (e coatora, dizemos nós) a função mais geral e extensiva de dirigir e governar a todos os membros e grupos menores componentes de uma determinada comunidade nacional. (Duarte, op. cit.: 33)

A ocupação do solo no Brasil se deu, tendo como base, através da criação das capitâneas hereditárias, o sistema colonizador que pendurou até 1791 com a incorporação ao Estado da capitania de São Vicente. Portugal precisava de fato assumir sua colônia frente a ameaças concretas de corsário e de outras potências européias. A imensidão das terras requeria tal medida com urgência e é a capitania, nas palavras de Duarte (op. cit.:49)

O primeiro estabelecimento de uma sociedade constante e duradoura no Brasil. A forma encontrada vai beneficiar nobres e/ou amigos do rei (grifos nossos) através da figura do proprietário privado, responsável, em última instância, pela conquista, ocupação e povoação das terras que formariam e alcançaria aí, muito mais o exercício da coordenação do que mesmo de direção firme. O poder deste proprietário privado beira ao absolutismo, pois como donatário “tinha jurisdição civil e criminal em terras de sua propriedade.”

Na grande propriedade não podiam penetrar funcionários da coroa, e esse estatuto só foi revogado um século depois (1654) permanecendo a jurisdição criminal do donatário. Patenteia-se o extraordinário poder deste proprietário privado em nossa formação histórica. A execução do governo cabia, pois, a este. Segundo Duarte (op. cit.: 54), caberia ao proprietário privado “guardar e exercitar o governo, precedendo ao poder político, propriamente dito, que só surge e vive, modificado pela concorrência e hostilidade daquele.”

As capitânicas assumem então, características de verdadeiros potentados, com vida econômica própria, mas reduzida, inibindo o surgimento de cidades. Isso teria sérias conseqüências sociais e políticas, entre as quais o retardamento de uma classe média mais livre das injunções do senhor, ao passo que em torno da Casa Grande gravita uma população que, sem outra perspectiva histórica, vai formar o exército de dependentes, apadrinhados, jagunços e serviçais do todo poderoso senhor. O donatário, mesmo com poucos recursos, encarna em si a cultura do senhor, possuidor de todos os atributos decorrentes deste fato, entre os quais o clientelismo, o mandonismo e o poder em feudo. Outro marco histórico de nossa colonização foi a presença do bandeirante, com suas *entradas e bandeiras* tão decantados nos livros de história em nossas escolas. A par de sua truculência aprisionando e dizimando nossos indígenas, a figura do bandeirante é exponencial da ação privada no processo colonizador. A lógica que o move é a da cobiça particular, seja por terras, ouro, ou braços escravos. Como tal, é um empreendimento inoficial, anárquico, pessoal, servindo ao rei tangencialmente, buscando, acima de tudo, a aquisição e ou a expansão do direito de propriedade. O seu interesse é privado e é privado a sua força bandeirante seu braço militar. O exemplo de Palmares e outros Quilombos é disso representativo, dizimados que foram após muitas expedições militares, pelo exército privado bandeirante. Com a descoberta por estes de veios auríferos e de pedras preciosas, o Estado torna-se mais presente, a uma presença interessada apenas no papel arrecadador, do fisco, sem verdadeiras preocupações acerca de uma colonização dirigida e organizada. O nosso processo civilizatório caminha assim, sob ímpeto individualizante em suas ações, pois, conforme Duarte (op. cit.:85)

Os currais, as fazendas, os engenhos, os arraiais, as aldeias, as povoações, as "vilas reais", foram surgindo como que por explosão, sem respeito a essa relação de dependência com o núcleo inicial, que reage a expansão das raças modernas pelo mundo. Isso é foram surgindo dispersivamente, desarticuladamente, a imensas distâncias, uns dos outros".

Com vínculos sociais tão frágeis, uma cultura política de associação, de relações políticas unificadoras que levassem ao sentimento de deveres públicos fica enormemente prejudicada.

No centro da família imperando sobre todos os outros membros, está o senhor proprietário, com todos os poderes, dando origem ao nosso patriarcalismo. A mulher, fica limitada ao exercício da primeira função, absorva na criação dos filhos e nas atividades domésticas, inferiorizada intelectualmente e sempre subjugada aos ditames do marido e senhor. Ela é, neste contexto, posse do marido e a violência de vários matizes que o marido exerce sobre ela é aceita, justificada e reforçada por este sistema social. O macho como dono da mulher é vivenciado ainda hoje nas diárias ocorrências de violência de toda ordem sofrida por ela em todos os quadrantes deste país. A tipificação desta ordem privada familiar está na força econômica e política do proprietário e a Casa Grande é seu *locus*. A vida econômica gravita em torno dela e a presença apenas esporádica e espaçada do “cacheiro viajante” na fazenda é o retrato fiel da autonomia econômica desta como uma verdadeira autarquia fechada. Em termos políticos, os senhores de engenho farão valer sua força na defesa de seus interesses selando um compromisso tácito com o Estado. Esta aliança conservadora sempre se fez presente na história do país quando algum movimento social ameaçou este pacto. Os exemplos são inúmeros e ricos e fugiríamos ao nosso tema se fossemos abordá-los. Para ilustrar citaremos apenas a motivação principal do golpe de 64, partida da articulação dos setores latifundiários ameaçados em sua paz agrária quatrocentona com outros setores do capital nacional e internacional. Recentemente a base de sustentação do governo do PSDB foram os partidos PMDB e PFL, ambos com o poder latifundiário exercendo grande influência” nestes partidos, promovendo seus interesses em troca do equilíbrio na atuação do Estado. No passado, conforme Duarte (op. cit.:41)

A aliança que constitui esse notável equilíbrio da colônia e que explica a sobrevivência de uma sociedade eminentemente fracionária e tão pouco solidária, batida de tantos contrastes, essa

aliança é uma retirada do Estado da arena social, ou a sua sujeição” integral aos interesses da Casa Grande.

Esta ordem privada absoluta deita seus tentáculos sobre o município, lá nada prolifera que não parta do chefe do clã local, sua vida política circula e emana dele. *Currais eleitorais* expressam nada mais do que este domínio e sujeição. As associações civis, as instituições governamentais são “capturadas” por este poder privado desde os tempos de colônia. Também a Igreja subjugava-se aos potentados municipais, servil e complacente com o mando e desmando dos senhores da Casa Grande, a capela está encravada em seus domínios, com as ações do seu superior girando sempre em sintonia e a quiescência do chefe poderoso. Este nunca é contrariado pelo sacerdote, pois eles, de acordo com Duarte (op. cit.:59), “como igual preferem tratar ao padre cura que, aliás, é o freqüente parceiro benevolente e acomodado da mesa, do jogo e das disputas políticas”. Sustentáculo deste extraordinário poder privado familiar era a escravidão quem assegurava ao proprietário o poder de ocupação e exploração do solo. O homem livre, pois, para continuar livre só tinha um meio, ser senhor de escravo. Segundo Duarte (op. cit.: 160) “ou isso ou continuar a ser o cliente da Casa Grande, *porque não é possível a existência do proletariado livre onde há o proletário escravo.*” (grifo nosso)

O escravo no Brasil é, portanto, *peça* importante na colonização e na ocupação do solo. Está ele visceralmente ligado à comunidade patriarcal e à economia doméstica do latifúndio. Vivendo totalmente neste universo de sujeição, o escravo concorre, como vítima que é, para que o senhor exerça seu poder absoluto exercitando no gosto de mando, descrito por Freyre (apud. Duarte, op.cit.:80)

Gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada na política ou de administração pública, ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em Casa Grande de engenho.

Está aí o berço histórico do mandonismo, tão presente na cena pública, privada, íntima, familiar do brasileiro desde a sua formação até os dias de hoje. A expressão “sabe com quem está falando” traz em si esta marca histórica, denunciadora da superioridade inquestionável de quem a usa, ao outro cabe calar-se e obedecer sem escolha. É o retrato do poder privado em ação, sobrepondo-se ao direito, às leis, às jurisdições civis. Este signo do privatismo está sempre próximo e ágil a rasgar as constituições, a desviar recursos públicos, a acobertar violências de toda ordem. Este poder privado dos senhores e do latifúndio concorreu para o atraso no surgimento de uma classe média urbana que proporcionasse vitalidade e consciência a um liberalismo não conservador, compromissado com cidadania, com os direitos do cidadão, realmente aberto a um empreendedorismo civil, livre das amarras e da sujeição da Casa Grande. Assim, a característica mais marcante deste privatismo é a assenhorar-se da coisa pública, do Estado. É a permanência, transmudando-se sempre que lutas civis, movimentos sociais os mais variados forcem esta mudança. No dizer de Duarte (op. cit.:205-206),

Esta ordem senhoral é a construção mais fixa e inabalável do Brasil, a que contou tempo interrupto, virou séculos. O tempo lhe deu profundidade e uma história, o que vale dizer que lhe permitiu fazer um estilo e uma cultura.

Esta herança histórica brasileira traz, em seu bojo, todas aquelas características que somadas, denunciam, antes de tudo, uma incompletude da cidadania. Esta ausência de atuação da sociedade civil e o tipo de Estado que se formou entre nós faz com que sempre estejamos, a nosso modo, a exigir, para a solução de nossos males, governos fortes, pessoais, figuras carismáticas que iriam nos redimir de todas as nossas mazelas e pecados. Assim foi no passado, assim seria no presente com Fernando Collor e depois com Fernando Henrique e suas medidas provisórias e tentativa de amordaçamento do Ministério Público, sem falarmos da terrível (e triste) experiência de vinte anos de ditadura militar que produziu até um ideólogo (Golbery) de um estado ditatorial brasileiro – pobre

teoria importada dos ditames norte-americanos transplantada para estes trópicos. Nossos governantes e administradores públicos estão presos a este passado. Segundo Duarte (op. cit.: 226),

Todo esse passado está aí a refletir-se na nossa sociedade política contemporânea e no tipo de homem público em que se resume essa sociedade. O processo de revolução orgânica que ele vem sofrendo, porque dia a dia a nacionalidade vai atingindo o que poderíamos chamar a sua politização, ainda não logrou anular os efeitos dessas causas históricas, como a pagar esse passado tão tradicionalmente vivo, quando já não esteja, sob aspectos presentes, como está, em várias formas de ser de nossa organização social, principalmente no Brasil interior, aonde nenhuma revolução chegou até agora para modificar costumes, hábitos e sentimentos como a posição do indivíduo, como parcela da comunidade política.

Face a esta incompletude, há um papel primordial que cabe ao Estado: realizar um projeto de nação no qual o povo seja sujeito de sua história, e que nas palavras de Dom Helder Câmara, ele tenha vez e voz e para isso, concordamos com Duarte (op. cit.:229), quando afirma que cabe ao Estado “assumir a função de reformar, criar, educar um povo.”

Só então teríamos uma verdadeira nação política, com historicidade e não uma prática como complexo geográfico, a realçar

o orgulho pela extensão da terra brasileira, a grandeza de múltiplos aspectos físicos, a importância de certos quadros paisagísticos cheios de águas caudalosas e florestas virgens”. (DUARTE, p. 235)

Abordaremos com mais detalhes esta ótica no terceiro item desta análise da relação entre o público e o privado no Brasil, quando analisaremos Chauí (2000).

Quanto ao período escravagista, é preciso entender a escravidão no Brasil como fato social global em uma única dinâmica: a de que ela é fruto da

intencionalidade objetiva dos senhores da casa grande, dos poderosos que detinham o domínio da terra e a partir daí subjugarão a seu favor a relação entre o público e o privado no Brasil. A existência da escravidão no país, a par de ter sido um sistema social brutal e iníquo, teve assim a sua *funcionalidade* no modelo econômico construído por nossas elites rurais em nossa formação histórica. A permanência dos males causados pela escravidão são de variadas ordens. Nabuco (2000) mostra-nos, de forma profunda, as implicações daí decorrentes, para um projeto verdadeiro de nação. Antes de ser uma relação de escravo para com o senhor, o instituto da escravidão em nosso país foi o alicerce humano de onde se edificou o domínio do privado em nossa sociedade, o arcabouço da ordem econômica de onde partiram todas as ações de uma classe social que criou com ela (escravidão) as condições para que seu poder atingisse todas as esferas da vida nacional. Como diz Nabuco (op. cit.:28), esta relação significa muito mais:

A soma do poderio, influência, capital e clientela dos senhores todos; o feudalismo estabelecido no interior; a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o parlamento, a coroa, o Estado enfim, se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática, em cujas senzalas centenas de milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regime a que estão sujeitos.

O poderio, ou seja, o mando absoluto a exigir obediência a tudo e a todos, sacramenta-se a partir do domínio da terra, a ordem patriarcal não conhece limites pois, segundo o autor, age “sem nenhuma lei escrita que o regule, nenhuma opinião que o fiscalize, discricionário, suspeito, irresponsável”. (NABUCO, 32). Ao trazer para seus domínios, o sacerdote, o privatismo da casa-grande alargou suas asas sobre toda a igreja católica. Esta submissão transfigurava-se na aceitação plena do regime da escravidão, suas palavras humanitárias nunca foram voltadas para a condenação deste sistema bárbaro. Esta *aceitação* da igreja sobre a escravidão traz em si o componente espiritual que vai guiar o imaginário futuro de um povo submisso, formado de uma cultura religiosa que vai justificar a exploração do povo pelos poderosos deste país. “Eu sou pobre porque Deus quis”,

“Quem é pobre empresta a Deus”, “Sou pobre, mas o meu patrão é bom”, são as construções mentais frutos desta atuação da igreja nesse momento histórico da escravidão no Brasil. É a ordem econômica privada dirigindo, segundo seus interesses, o aparelho ideológico igreja. Essa marca de submissão justificada pelo religioso, pelo sobrenatural, pelo plano espiritual vai marcar fundo na alma do brasileiro e o escravo é a sua primeira vítima. A ausência de cidadania será a sua segunda consequência pelos séculos em diante. Espiritualmente assim reforçado, o poder privado vai estender a sua força até o seu limite, e mesmo este limite será postergado sempre com promessas.

Segundo Nabuco (op. cit.: 52), já em 6 de junho de 1755, através de um alvará, o reino de Portugal inaugura estas promessas com respeito à escravidão no Brasil, pois estatuinto sobre a liberdade dos índios estabelecia que

Desta geral disposição excetuo somente os oriundos de pretas escravas os quais serão conservados do domínio de seus atuais senhores, enquanto eu não der outra providência sobre esta matéria. A providência assim prometida nunca foi dada.

Este enorme poder privado barraria até as intenções do governo provisório pernambucano da revolução de 1817, pois estes, ao apregoarem sua fé na igualdade dos homens, afirmam logo em seguida, que respeitando o estatuto da propriedade privada a emancipação dos escravos será realizada de forma “lenta, regular e legal”. Daí em diante, este será também o caminho percorrido pelo Estado monárquico para controlar a abolição, pois ela seria implementada de *modo lento, gradual e seguro*. É a mesma estratégia que foi usada cento e sessenta anos depois para barrar o avanço do povo brasileiro por uma democracia plena, amordaçado e subjugado que estava sob uma ditadura militar desde 1964. A democracia, como a abolição, viria a conta-gotas, em doses homeopáticas, pois assim exigiria o sistema, todo ele construído tanto no passado como no presente, sob a lógica e os interesses do poder privado que atuaria modernamente, sob o mando protetor do braço militar do exército brasileiro. Agiu assim, em 64, o

estamento das forças armadas nacionais, também assim agiria em outros contextos históricos, como por exemplo, em Canudos.

Este poder dos senhores rurais de manterem ao infinito a escravidão no Brasil vai proporcionar fatos inusitados e porque não dizer, tragicômicos, como a concessão de títulos de nobrezas aos latifundiários que cedessem seus escravos para tornarem-se soldados da pátria na guerra do Paraguai. Antes de serem considerados homens livres, filhos deste país que os tratava de forma brutal e desumana, seriam transmudados em soldados defensores da pátria frente ao inimigo que, hoje, sabemos nós, nada mais buscavam do que criar uma sociedade independente do imperialismo inglês e com um desenvolvimento autônomo para seu povo. A honraria do título registra bem a bestialidade de nossas elites, a natureza frívola e efêmera de seus projetos de Nação. O outro dado histórico noncense, surrealista, mas também trágico em muitos sentidos foi o de vencidos os paraguaios, o exército brasileiro exigir destes a abolição imediata da escravatura naquele país. Ao invés de ser apenas cômico, deve ser entendido como expressão de força de nossos latifundiários, pois o que foi exigido de nosso vizinho não poderia ser praticado em nossas fronteiras. Aqui a escravidão continuaria necessária e funcional a classes dominantes em seu processo de dominação, a ordem dominal do Senhor, ao poder absolutista. Ao caracterizar o que é legalmente a escravidão no Brasil de 1883, Nabuco (op. cit.) mostra, em treze itens, toda a estrutura montada pelas nossas elites para a partir da escravidão, submeter ao seu arbítrio todo o nosso arcabouço social. Pela sua importância transcrevemos cinco deles:

i) Essa escravidão consiste na obrigação, de quem está sujeito a ela, de cumprir, sem ponderar, as ordens que recebe; de fazer o que se lhe manda, sem direito de reclamar coisa alguma, nem salário, nem vestuário, nem melhor alimentação, sem descanso, nem medicamento, nem mudança de trabalho.

ii) Esse homem, assim escravizado não tem deveres, para Deus, para com os pais, mulher ou filho para consigo mesmo, que o senhor seja obrigado a respeitar e a deixá-lo cumprir.

iii) A lei marca máximo de horas de trabalho, mínimo de salário, regime higiênico, alimentação, tratamento médico condições de moralidade, proteção às mulheres, em uma palavra, interfere tanto na sorte da fábrica de uma fazenda quanto na dos animais do serviço.

iv) Não há lei alguma que regule as obrigações e os direitos do senhor; qualquer que seja o número de escravos que possua, ele exerce uma autoridade limitada, apenas pelo arbítrio.

v) O senhor poder punir os escravos com castigo moderados, diz o código criminal que equipara a autoridade dominical do poder paterno;

Esta forma jurídica é necessária para estabelecer e perpetuar a organização econômica fundada na posse absoluta da terra, no seu monopólio exclusivo. Assim formou-se um povo cuja característica principal foi (e é) ser órfão da noção de direitos, da noção moderna de cidadania alcançada pelo trabalho livre, órfão da consciência política necessária e que emergiu das lutas operárias, das lutas civis engendradas pelas classes médias das cidades. Assim o domínio privado retardou estas características das sociedades modernas através do estatuto da escravidão. Concordamos com Nabuco (op. cit. 129) quando afirma:

Não há classes operárias fortes, respeitadas e inteligentes, onde os que empregam no trabalho estão habituados a mandar escravos. Também, os operários não exercem entre nós a mínima influência política. Escravidão e indústria são termos que se excluíram sempre como escravidão e civilização. O espírito da primeira, espalhando-se por um país, mata cada uma das faculdades humanas, de que provém a indústria, a invenção, a energia individual; e cada um dos elementos de que ela precisa: a associação de capitais, a abundância de trabalho, a educação técnica dos operários, a confiança do futuro.

O Estado, neste tipo de sociedade, é manifestado e conduzido para prover às classes letradas, condições de sobrevivência através de sinecuras, do emprego público, da *ocupação* no funcionalismo. A sua concepção não vai na direção da construção do bem público com a primazia de ética, mas sim a de depositário dos

interesses da classe patronal que guia a atuação destes funcionários no rumo da *captura do Estado* para angariar fortunas rápidas. Essa trama que envolve o Estado a todos abarca, pois de acordo com Nabuco (op. cit.: 131)

Aquelas profissões chamadas independentes, mas que dependem em grande escala do favor da escravidão, como o funcionalismo, como sejam os cargos políticos, as academias, as obras públicas. Além desses, que recolhem por assim dizer as migalhas do orçamento, há outros, negociantes, capitalistas, indivíduos inclassificáveis, que querem contratos, subvenções do Estado, garantias de juros, financiamentos públicos, empreitadas de obras.

Para a concretização de seus interesses, o poder privado sempre combateu e tentou anular a propaganda de idéias novas, da massificada instrução pública realizada pela escola, pois mantendo o país na ignorância e na escuridão estão criadas as condições nas quais seus privilégios e dominação poderiam prosperar. Logo não germina algo que é imprescindível às democracias modernas, ao estatuto da cidadania que é a opinião pública, pois como mostra Nabuco (op. cit.: 138),

Entre as forças cuja aparição ela impediu está a opinião pública, consciência de um destino. Não há com a escravidão, essa força poderosa chamada opinião pública, ao mesmo tempo alavanca e o ponto de apoio das individualidades que representam o que há de mais adiantado no país. É propriamente a consciência nacional esclarecida, moralizada, honesta e patriótica; essa é impossível com a escravidão, e desde que apareça, trata de destruí-la.

A escravidão contribuiu enormemente para que os clamores populares e a organização do povo enquanto agente histórico fossem sempre postergados, ou se dessem de forma lenta enfrentando barreiras imensas.

No Brasil sempre foi difícil visualizar a fronteira entre o público e o privado. Em todo o processo de formação do Estado brasileiro, está impregnado essa concepção do poder do privado em detrimento do público, a relação de

personalidade é muito forte na cultura brasileira, onde o público e o privado se misturam desde às relações pessoais até as instituições.

A filósofa Chauí (2000) aponta a contradição presente entre o público e o privado na sociedade brasileira, quando afirma o perfil do brasileiro orgulhoso da bela natureza deste país, orgulho de caráter do povo brasileiro, do seu desempenho no esporte, na música, na cultura, orgulhoso do caráter trabalhador, alegre, solidário, conformado e sofrido.

No entanto há no Brasil uma disseminação da ideologia que convive com um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre mesmo em situação de penúria. Propaga-se que esse é um país sem preconceitos, acolhedor, com diferenças culturais e econômicas em suas regiões e que só falta ao país a tão desejada modernização.

As contradições apontadas pela autora se apresentam na fala dos indignados com a existência da criança de rua, com as chacinas dessas crianças, com os desperdícios de terra não cultiváveis e o massacre dos sem-terra. Ao mesmo tempo se afirma que somos um povo ordeiro e inimigo da violência. Será verdade? Parece que se abrirmos um espaço para reflexão veremos que a violência está institucionalizada no Brasil desde que as primeiras caravelas do colonizador desembarcaram aqui, em abril de 1500.

Convivemos de forma tão banalizada com esta violência que toleramos a *apartheid* social, a violência contra crianças e adolescentes e ainda reproduzimos a imagem positiva de povo unido, solidário e fraterno.

Se refletirmos mais ainda em busca da identificação dessa idéia conformista, dessa representação que perpetua com naturalidade e força renovada, seremos levados em direção ao “mito fundador” (no sentido antropológico) do Brasil, cujas raízes foram cravadas nessa terra em 1500 que ainda hoje, vivas e presentes, permanecem reproduzindo suas ideologias e estreitando a fronteira do público e do privado, constituindo-se num vetor que dificulta a consolidação da cidadania brasileira.

Para Chauí (op. cit.), a nação se torna o objeto do poder político, o lugar e o guardião dos semióforos públicos, e através da escola, biblioteca, museu, arquivo

de documentos raros do patrimônio histórico e geográfico e dos momentos celebratórios o poder político faz da nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais.

O elemento unificador do Estado-nação passou a ser a língua e por isso este precisou contar com uma elite cultural que lhe fornecesse não só a unidade lingüística, mas lhe desse os elementos para afirmar que o desenvolvimento da nação era o ponto de um processo de evolução que começava na família e terminava no Estado.

O surgimento da idéia nacional na Europa, por volta de 1880, coloca as massas trabalhadoras na cena e na luta por direitos sociais e políticas de melhoria de vida.

Nesse momento o Estado e as classes dominantes perceberam a urgente necessidade de mobilizar os cidadãos; precisava mobiliza-los e influenciá-los a seu favor. E como fazer isso? Surgiu, então, o patriotismo, uma “religião cívica” que além das lutas sociais internas tinha o objetivo principal de lutar por um Estado-nação independente em que o patriotismo ia dando lugar ao nacionalismo e resolvendo para o Estado três problemas, quais sejam: as lutas populares socialistas, a resistência de grupos tradicionais ameaçados pelo capitalismo moderno e o surgimento de uma classe intermediária, a pequena burguesia.

No Brasil de 1927 a 1988, os vários nacionalismos desse período contaram com a nova comunicação de massa, o rádio e o cinema para disseminar a idéia de transformar os símbolos nacionais e com isso, romper as divisões entre a esfera privada e local e a esfera pública e nacional.

Os primeiros sinais de mudanças aparecem nos esportes, como analisa Chauí (op. cit.), transformados em espetáculos de massa, nos quais não se competem equipes e sim se enfrentam e se competem nações como registra-se na Copa do Mundo de 1936 e que a partir de então passou-se a ensinar as crianças que a lealdade ao time é lealdade à nação.

A formação do Brasil colônia, fundada no capitalismo mercantil definido pela produção capitalista, destinava-se a ser uma colônia de exploração e não uma colônia de povoamento. Tem sua economia voltada a atender o mercado externo

fornecendo açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão e café para as metrópoles européias, fundando sua produção na grande propriedade escravista.

Naquela época a colônia dividia-se em duas: a de povoamento que não despertava interesse na metrópole tendo a sua produção a finalidade de atender o consumo interno enquanto que a colônia de exploração continua a produzir para atender as exigências econômicas do sistema.

O verdeamarelismo foi a ideologia dos senhores de terra do sistema colonial, do Império e da República Velha e que se presumia que desaparecesse por ocasião do processo de urbanização e industrialização, mas não foi o caso. Houve tentativas do modernismo acabar com o verdeamarelismo, quando se inicia, em 1920, o primeiro momento da industrialização brasileira em São Paulo e o surgimento da burguesia industrial.

Dessa burguesia grande parte formou um grupo modernista que criou a unificação entre Estado e Nação, corporificado no chefe de governo no qual o poder nacional se fazia presente em todos os lugares sendo até obrigatório cantar o Hino Nacional nas escolas de todos os graus. Também as escolas-de-samba foram obrigadas a utilizar temas nacionais em seus enredos, decantar as belezas naturais do país e introduzir na cena política uma nova personagem: o povo brasileiro, com carnaval, futebol, festa, música e alegria.

São de caráter político as vantagens de preservar a unidade nacional e a ação civilizatória do colonizador que introduziu a unidade religiosa e linguística, suprimindo a língua indígena e consolidando a língua portuguesa.

A tolerância racial e a mestiçagem tão decantada na obra de Freyre (apud. Chauí, op. cit.: 38), foi incorporada ao nacionalismo, restando ainda incorporar na ideologia “questão nacional” a luta da classe trabalhadora para neutralizar os riscos da ação política dessa classe, cabendo ao Estado o papel de dirigir e vigiar ou mesmo mediar o que chamou de “cooperação” e “colaboração” entre capital e trabalho inspirado no corporativismo da Itália fascista.

Em meados dos anos 50 e início dos anos 60 o verdeamarelismo sobrevivia com mutações e metamorfoseado em duas roupagens significando nacionalismo espontâneo o que reconhece as potencialidades do país para passar da pobreza e

do atraso ao desenvolvimento e à modernidade enquanto que na outra face refletia a própria alienação social, produzida pela classe dominante dos períodos colonial e imperial e disseminada por uma classe média parasitária que vive a cultura da imitação.

No período da ditadura militar, destacou-se a figura do General Golbery do Couto e Silva, grande preservador da ideologia do verdeamarelismo e do Brasil potência 2000, utilizando a vastidão do território, as riquezas naturais e qualidade pacífica do seu povo como principal cartão de visita para manter o nacionalismo.

A ditadura que o Brasil assumiu em 1964, objetivou para si, a integração nacional, a segurança e o desenvolvimento nacional - associado capitalista. Para tanto, esteou e disseminou essa ideologia na escola através do currículo escolar e principalmente das disciplinas Moral e Cívica no ensino básico e Estudo dos Problemas Brasileiros, no curso superior; disciplina obrigatória em todos os cursos e proferidas quase sempre por militares. Também através dos meios de comunicação foi instituída a Hora do Brasil, TV Educativa, Mobral etc, conservando quase intacto o verdeamarelismo.

Assim, na perspectiva da ideologia verde-amarela o sujeito da ação é triplo: Deus, a Natureza e o Estado. Isso significa que o Brasil resulta da ação de três agentes exteriores à sociedade brasileira, sendo que os dois primeiros são, além de exteriores, também anteriores a ela. O Estado tenderá por isso a ser percebido com a mesma exterioridade e anterioridade que os outros dois, considerando que a imagem do Estado foi construída no período colonial e que a Colônia teve sua existência legal determinada por ordenações do Estado Metropolitano, portanto exterior e anterior a ela, sociedade brasileira. É surpreendente, segundo Chauí (op. cit.) “que essa imagem de Estado se tenha conservado mesmo depois de proclamada a República.”

CAPÍTULO 3 – Olhares Sobre o Brasil: Tradição X Modernidade

Como vimos nos capítulos anteriores, o passado português do Brasil, sua expressão colonial e escravista projetou para o presente e o futuro desta nação caminhos difíceis nas trilhas de modernidade. Esta dificuldade possui duas vertentes: uma teórica e outra prática. A teoria é necessária para balizar a ação dos homens interagindo, fazendo história, criando cultura, transformando mentalidades. Como nos diz Freire (1988: 108):

Os homens, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades em que propõem e se propõe, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, somente os homens exercem a práxis. Práxis que sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação. É como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, os objetos, mas também as instituições sociais, suas idéias, suas concepções.

Assim os homens fazem história e esta história como construção humana é plena de sentidos e os homens, ao escrevê-la e registrá-la dão a estes sentidos suas visões, sua identidade de acordo com o seu tempo, suas circunstâncias e sua realidade temporal. E estas realidades vividas e registradas, são reescritas continuamente pelos historiadores. Koselleck (apud. Reis, 2001: 21) afirma que esta reescrita acontece por duas razões:

Em primeiro lugar pela especificidade mesma do objeto do conhecimento histórico: os homens e as sociedades humanas no tempo. O sentido dos processos e eventos humanos, que são temporais, não é conhecível imediatamente. Os homens e as

sociedades humanas, por serem temporais, não permitem um conhecimento imediato, total, absoluto e definitivo. Em segundo lugar, a história é reescrita porque o conhecimento histórico muda. Mas acompanhando as mudanças da história. Novas fontes, novas técnicas, novos conceitos e teorias, novos pontos de vista levam à reavaliação do passado e das suas interpretações estabelecidas.

Ao analisarmos Reis (2001), observamos que o autor trabalha com a concepção do progresso do conhecimento histórico na perspectiva dialética, isto é, os intérpretes do Brasil escolhidos por este autor: Varnhagem (anos 1850); Gilberto Freyre (anos 1930); Capistrano de Abreu (anos 1900); Sérgio Buarque de Holanda (anos 1930); Nelson Werneck Sodr  (anos 1950); Caio Prado Júnior (anos 1960/70); Florestan Fernandes (1960) e Fernando Henrique Cardoso (1970) são complementares e imprescindíveis ao entendimento de uma realidade complexa como   a brasileira desde a sua forma o histórica.

Segundo Reis (op. cit.), por progresso dialético pretende-se dizer que as interpreta es posteriores superam conservando as anteriores, sem diluir a sua diferença, ao contrário em um progresso dialético, as interpreta es posteriores podem até ser mais seguras e reunir melhor as dimensões temporais – mas não eliminam o valor e as necessidades das anteriores. Cria-se, então, “uma verdade história caleidoscópica”. O Brasil, por exemplo,   conhecível, não através de uma ou outra interpreta o em particular e isolada, mas pelo conjunto delas, pelo confronto e diálogo entre várias interpreta es feitas em épocas distintas. Ao agrupar estes autores-intérpretes do Brasil, Reis (op. cit.) buscou empreender a análise de suas produ es históricas   compreensão de suas categorias que são basilares ao se estudar o Brasil: as categorias temporais de mudança e continuidade. Mas o que seria mudança e continuidade no Brasil? Para Reis (op. cit.), esses autores realizam fundamentalmente uma articula o de mudança (processo, moderniza o, progresso, revolu o, na dire o da independência e autonomia) e continuada (estrutura, permanência, tradi o, resistência, conservadorismo, que significam dependência e heteronomia). O conhecimento histórico   o conhecimento das dura es humanas, que podem ser medidas em

sua maior ou menor intensidade com os conceitos de mudança e de continuidade: este será o eixo de articulação do trabalho. Mudança, para o Brasil, significa a identificação das forças que produzem a autonomia e a emancipação nacional: continuidade, a identificação das forças que produzem e renovam a dependência. Por ser a história o conhecimento das durações humanas, dos homens no tempo, a articulação de mudança e continuidade, de dependência e independência, em cada presente, levou os historiadores brasileiros a reescreverem continuamente a história do Brasil.

Reis (op. cit.) divide as sínteses do Brasil em duas correntes: a primeira seria a que ele denominou de descobrimento do Brasil (1850 a 1930) representada pelo historiador Varnhagen (1816-1978) considerado por muitos o Heródoto brasileiro, pois seria o pai e fundador da historiografia brasileira e por Freyre (1900-1987). Estes autores, em sua genialidade, priorizam a continuidade em relação à mudança, preferem e cultivam o passado ao futuro, o Brasil português ao Brasil brasileiro, o Brasil tradicional ao Brasil moderno. Na visão destes dois autores, o futuro do Brasil deverá ser o mesmo passado ou a melhoria do passado. Para ambos, a tese do progresso linear e gradual - a aproximação com uma certa abertura lenta e gradual criada pela ditadura brasileira recente (1964-1984) é inevitável, pois é de caráter reacionário e conservador, é o mesmo que se aperfeiçoa. Assim, para ambos, o passado resolverá os seus problemas sem necessidade de rupturas, mudanças, mudanças bruscas e revoluções.

A segunda corrente pensada por Reis (op. cit.) é a do redescobrimento do Brasil (1900 a 1960-70), interpretações do Brasil realizadas pelos outros autores já citados (Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodr , Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso) que priorizaram em seus estudos sobre o Brasil a mudança em relação à continuidade, preferindo a ruptura com o passado e não sua conservação preferem o brasileiro (o novo, a síntese) ao português (o arcaico, a permanência) o Brasil moderno ao Brasil tradicional, colonial.

Varhagen (1850) aponta para as elites brasileiras, aquilo que ele vislumbra como sendo o futuro do Brasil. Um Brasil grato a Portugal, pátria superior militar e

culturalmente, portadora de uma civilização branca, conquistadora, coberta de glórias históricas em vários continentes. As nações indígenas restariam submeter-se, pois nenhum mérito podia ser-lhe apresentado, já que não passariam de “selvagens”, bárbaros, com suas tristes vidas sendo “tocadas” com guerras, festas e pajelanças. Para redimi-los deste estado brutal qual a natureza os mantinham, somente a ação evangelizadora do cristão português poderia salvá-los.

Em Varnhagen (op. cit.), não vemos assim a brutalidade e chacinas cometidas pelo predador luso, representado pelos bandeirantes. Essa força terrível foi necessária para que os indígenas aceitassem a cultura superior portuguesa, passassem a ser verdadeiros cristãos, com hábitos civilizados. Numa inversão histórica, de vítimas os indígenas passam a tributários da ação benéfica dos portugueses. A pátria-mãe seria, assim, portadora de todas as virtudes.

Já em relação aos escravos, Varnhagen (op. cit.) não condena a escravidão como um todo, pois acredita que se era indispensável a sua presença em nosso processo colonizatório, que eles viessem como servos da terra, ligando-os paulatinamente ao Brasil português. No caso das revoltas embrionariamente populares, sua presença é sempre nefasta, subversiva, pois, Varnhagen (op. cit.:43) acredita que “o mundo social está consolidado e bem organizado, e toda atitude de inovação seria um desrespeito à propriedade e à autoridade do rei e dos seus representantes.”

Varnhagen (op. cit.) não percebe a profundidade das mudanças históricas, o salto qualitativo ocorrido, por exemplo, com a independência. Esta seria uma extensão da lusitanidade, pois continuaria com a dinastia de Bragança e estarão garantidos assim, a paz portuguesa, o cristianismo luso “a ação civilizadora da Europa branca”.

Outro autor visto por Reis como um dos descobridores do Brasil é o pernambucano Freyre. Sua obra *Casa Grande e Senzala* é admirada e reconhecida no mundo inteiro como genial e necessária para o entendimento de interpretação do Brasil. Diferentemente de Varnhagen (op. cit.), Freyre vai dar primazia, nesta interpretação, aos valores culturais fundantes da civilização brasileira, entre os quais, a presença negra, vista como riquíssima.

Antes de explicitarmos as concepções de Freyre a esse respeito, é necessário situá-lo historicamente. *Casa Grande e Senzala* surge num momento de transição do Brasil. Nas primeiras décadas de 1900 surge um novo Brasil, apresentando uma nascente industrialização e urbanização, com novos atores sociais emergindo na cena política, econômica e sócio-cultural. A movimentação política dos operários, reforçada pela presença do imigrante italiano, já era materializada através das greves, movimentos em portas de fábricas e de jornais operários. O Partido Comunista Brasileiro havia sido fundado e a Semana de Arte Moderna, de 1922, balançaria a modorrenta cultura nacional. Viviam-se, assim, um tempo de crise no qual a monocultura do latifúndio e o poder político das elites passa a ser questionada por aqueles que queriam um Brasil industrializado e moderno.

O arsenal teórico criado por Freyre vai basear-se, junto com os franceses dos *Annales*, na história do cotidiano, na história das mentalidades coletivas, na renovação, segundo Reis op. cit.: 53),

Das fontes de pesquisa histórica: receitas culinárias, livros de etiquetas, fotografias, festas, expressões religiosas, brinquedos e brincadeiras infantis, cantigas de roda, histórias infantis, relatos de viajantes estrangeiros, autobiografias, confissões individuais, diários íntimos, lendas, folclore, sem negligenciar ou dispensar as fontes institucionais, oficiais, estatais.

O mito da democracia racial brasileira vai ganhar, a partir de Freyre, uma consistência teórica sem igual. A esse respeito, não tem sentido falar nas revoltas das dezenas de quilombos, das fugas dos negros das fazendas para escaparem dos tratamentos cruéis e desumanos, entre os quais os estupros e sevícias praticados nas senzalas.

As elites luso-brasileiras são apresentadas por Freyre como civilizadoras, produtoras e depositárias do progresso humano. Este mundo que o conquistador português criou é visto, na concepção de Freyre como harmônico, equilibrado e democrático. O Brasil pode mostrar ao mundo que aqui convivem, harmonizadas,

raças e classes sociais diferentes. Concordamos com Reis (op. cit. 69) quando afirma que Freyre,

Construindo uma história do Brasil em termos de continuidade, valoriza a ação dos colonizadores e dos seus sucessores, as oligarquias. As relações de dominação no Brasil são ocultas, quando foram violentas, cruéis.

Felizmente, os novos movimentos sociais, o PT, particularmente o MST e os movimentos dos negros, vão, em todo o país, destruindo essa falácia histórica de convívio harmônico entre as classes sociais e de democracia racial tão bem construídas por nossas elites e reforçada, sem dúvida, com a genialidade de *Casa Grande e Senzala*.

No caso específico da situação do negro no Brasil, basta que se analise as estatísticas dos mais pobres, dos mais miseráveis, da população carcerária, dos salários pagos às mulheres; todos esses exemplos sendo encabeçados com os negros estando em maior número. Assim, a perspectiva de Reis op. cit.:80) é de que Freyre “prefere a continuidade à mudança ou a mudança dominada pela continuidade.”

Concluindo a análise dos dois autores, expoentes daquela categoria que Reis (op. cit.) denominou de descobridores do Brasil, observa-se que há, tanto em Varnhagen como em Freyre, um fio condutor que os liga ao passado português, ao não reconhecimento dos embrionários movimentos sociais de libertação e afirmação do povo brasileiro. Para ambos, enfim, “o passado do brasileiro foi bom, as elites brasileiras são competentes e democráticas”. Ao fazerem o elogio das elites e seu projeto civilizatório dessa Nação, ambos defendem o *status quo*, a permanência da tradição em detrimento de mudanças necessárias.

Já outros autores interpretativos do Brasil podem ser considerados como ligados a uma corrente que privilegia a mudança e não a tradição de origem portuguesa que, idealizada, deveria prolongar-se no futuro do Brasil. Dessa forma, o conflito e os processos históricos de ruptura com o passado são percebidos e valorizados. O povo emerge como sujeito histórico, a sua concretude transparece

nos primeiros movimentos sociais, na criação dos quilombos, nas revoltas populares contra a dominação política e econômica lusa, pois mesmo sufocadas e reprimidas, elas denotam, incipiente que sejam, o início de uma consciência nacional de brasilidade e de afirmação do povo brasileiro.

Reis (op. cit.) vai chamá-los de redescobridores do Brasil e nesta categoria estariam agrupados Capistrano de Abreu (anos 1900); Sérgio Buarque de Holanda (anos 1930); Nelson Werneck Sodré (anos 1950); Caio Prado Júnior (anos 1960 – 70); Florestan Fernandes (anos 1960) e Fernando Henrique Cardoso (anos 1970).

Pela aproximação temporal (1900 e 1930) agruparemos, inicialmente dois autores: Capistrano e Sérgio Buarque, em nossa análise. O primeiro, cearense, autor de *Capítulos da História Colonial*, é considerado o pai da historiografia nacional. Com Capistrano, pela primeira vez, o povo brasileiro irrompe na história como sujeito histórico, criador de uma cultura e de movimentos sociais emancipacionistas, libertadores. A brasilidade ocupa em Capistrano o seu espaço, seu lugar no mundo. Segundo Reis (op. cit.: 95), em Capistrano

O conceito de cultura substitui o de raça. Ele não fez uma história exclusivamente político – administrativa ou biográfica, mas procurou aprender a vida humana na multilateralidade de seus aspectos fundamentais. Adentrando o Brasil, o colonizador se alterou e se tornou uma personalidade distintamente brasileira. Vivendo no interior do Brasil, ilhado e sem vínculos contínuos com o litoral, convivendo com os indígenas e a natureza brasileira, foi-se construindo um homem novo, até então inexistente no mundo: a história universal ganhava um novo personagem, o brasileiro.

Para o surgimento deste novo povo, que vinha configurando-se aos poucos durante o século XVII, o marco definitivo vai dar após a vitória contra os invasores holandeses em 1654.

A partir daí surge um espírito nacional, molda-se um sentimento patriótico não-português. Os sentimentos antilusitanos avolumam-se no Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo por todo o século XVIII. Para Reis (op. cit.: 113)), Capistrano é um historiador da mudança,

da descontinuidade entre passado e o futuro do Brasil: o futuro será a realização da independência a que o Brasil aspirou no passado mas não realizou. O futuro do Brasil será brasileiro, descontinuando o passado português. A verdade histórica se apoiará na construção do futuro novo, brasileiro, à idéia da revolução brasileira.

É desta revolução que trata Sérgio Buarque de Holanda. O Brasil vive então (1930) um tempo de transição entre o Brasil novo que despontava e o tradicional que perdurava. Utilizando em nosso contexto as categorias criadas por Paulo Freire (1982), afirmamos que Sérgio Buarque de Holanda é um homem do *trânsito*, aqui entendido como a vivida pela sociedade brasileira que se contrapõe à sociedade *fechada*. Esta tem como principais características, segundo Freire (op. cit.: 49-50)

O centro de decisão de sua economia comandada por um mercado externo, exportadora de matérias primas, predatória, sociedade reflexiva na sua economia, reflexiva na sua cultura. Por isso alienada, objeto e não sujeito de si mesma. Sem povo, antidialógico, dificultando a mobilidade social vertical ascendente. Sem vida urbana ou com precária vida urbana atrasada, comandada por uma elite superposta a seu mundo, ao invés de com ele integrada. Para a sociedade em trânsito, o tempo implica realmente nesta marcha acelerada que faz a sociedade à procura de novos temas e de novas tarefas, quando, porém, estes temas iniciam o seu esvaziamento e começam a perder significação e novos temas emergem é sinal de que a sociedade começa a passagem para outra época. Neste momento, dividiam-se os homens e as instituições num sentido amplo, que comportava categorias intermediárias, em reacionários e progressistas. Em homens e instituições que apenas estavam no trânsito e homens e instituições que apenas não estavam, mas eram do trânsito.

Holanda (1930) faz opção pelo Brasil moderno, democrático, antioligárquico, pelo “cheiro do povo” em *Raízes do Brasil*. Esta sociedade ibérica, fechada, não tinha mais possibilidade de persistir, e ele, sintonizado com os novos

tempos, com esta transição, propõe uma revolução vertical. Para ele, nos diz Reis (op. cit.: 135)

Não haveria revolução social plena no Brasil enquanto não se liquidassem os fundamentos personalistas e aristocráticos, ibéricos e rurais, em que se assenta a nossa vida social. O processo revolucionário consiste na lenta dissolução das sobrevivências arcaicas da velha ordem colonial e patriarcal. O Brasil vive entre dois mundos: um que ainda não morreu e outro que luta para vir à luz.

Esta revolução é lenta, mas inexorável e suas datas podem ser precisadas: 1808, 1822, 1850, 1870, 1888, 1889, 1930. Para Reis (op. cit.: 141) “a mudança em Sérgio Buarque de Holanda se radicaliza e se amplia, o horizonte brasileiro se abre, e o espírito se enche de otimismo.”

Como vimos, ao transitar de uma sociedade *fechada* para uma sociedade *aberta* pensa-se também em uma revolução brasileira, materializada em uma crescente complexidade da sociedade, na qual emergem as classes populares e médias na vida política nacional.

A pequena burguesia toma maior vulto, a população urbana cresce (alterando a vida cultural) a industrialização avança criando em seu bojo novos sujeitos sociais, consolidam-se as relações de produção capitalista e conseqüentemente o desenvolvimento das forças produtivas. Estamos nos anos 1950 e nesse quadro de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais é que surge a figura mais importante destes anos, que é o militar, professor e historiador Nelson Werneck Sodré, autor de várias obras necessárias ao entendimento do Brasil, entre os quais, *Introdução à Revolução Brasileira* (1965) *Formação Histórica do Brasil* (1962), *As Raízes da Independência* (1965) e *História da Burguesia Brasileira* (1964).

Para Reis (op. cit.), “este povo se agita no sertão, nas cidades e no litoral e quer produzir a mudança, acelerá-la. O Partido Comunista Brasileiro vai encarnar este desejo e N. W. Sodré teorizá-lo.”

Entre 1922 e 1964, o marxismo foi a teoria social que deu consistência teórica a esta luta. Desde as primeiras vitórias eleitorais dos partidos operários revolucionários colocou-se, para a vanguarda, a questão de participar ou não do jogo político. Os que acreditavam que sim, somaram-se às concepções teóricas de Lênin e Stalin que acreditavam que o caminho para o socialismo passaria por etapas e que este teria seu início com uma revolução nacional democrático-burguesa, na qual as especificidades de cada país jogaria um importante papel. A corrente contrária era liderada por Trotski, que pugnava pela revolução permanente internacional. Segundo Reis (op. cit.: 148)

A partir dessas duas orientações, os marxistas brasileiros chegaram a pelo menos duas interpretações dos modos de produção no Brasil. Os herdeiros de Lênin e da III Internacional, o PCB e suas dissidências e, particularmente, N. W. Sodré identificaram relações de produção semi-feudais ou pré-capitalistas na estrutura econômica – social brasileira. Os que estavam sobre influência de Trotski e da VI Internacional desconsideravam a existência de relações de produção pré-capitalistas, subordinando-as às relações capitalistas subdesenvolvidas.

Neste raciocínio, as forças progressistas teriam que se unir para alcançar transformações burguesas necessárias, pois estas removeriam os entraves feudais possibilitando, assim, o desenvolvimento das forças produtivas. Sodré (op. cit.) analisa a história do Brasil no período colonial, independente, monárquico e republicano para chegar no Brasil após 1930. A revolução de 30 configura a ascensão burguesa no Brasil e em 1950 o país vê tolhido esta ascensão, (com industrialização, urbanização e o surgimento em massa da classe revolucionária no capitalismo – o proletariado) devido aos entraves feudais que permaneceriam. Para o autor (op. cit.:165):

Em sua luta pelo controle exclusivo do mercado interno a burguesia se dirige ao proletariado e ao campo um discurso nacionalista. Ela agita as bandeiras da independência autêntica

com o desenvolvimento pleno das forças produtivas e com democracia. O projeto burguês inclui propostas que interessam ao proletariado, como a reforma agrária, por exemplo.

A tese das relações feudais no Brasil vai sofrer muitas críticas e dentre elas, registramos a de Oliveira 1977: 31) que afirma que nas sociedades que se tornaram capitalistas, vindas das entranhas do feudalismo, os resquícios feudais ficaram, mas

No caso brasileiro, porém, um dos travejamentos básicos da estrutura de relações do feudalismo, a posse e a propriedade dos meios de produção pelos produtores diretos, não existiu desde o princípio: ao contrário, a escravidão era a forma peculiar pela qual se separou produtores e meios de produção como pressupostos da própria fundação da colônia nos quadros do capitalismo mercantil.

No aspecto da democracia, hoje a bibliografia brasileira é vasta a respeito da fraqueza do argumento de que nossa burguesia teria um caráter democrático e na própria análise da ditadura militar pós-64, dezena de trabalhos publicados mostram, com riqueza de detalhes, a conjunção de esforços, recursos e meios combinados de ação entre a burguesia brasileira, os latifundiários, os banqueiros e os militares na formulação, criação de estratégias e operacionalização para o desencadeamento e o sucesso do golpe.

O cientista político Dreifuss (1981) mostra em sua obra que o golpe de 64 foi fruto de uma ação científica planejada que iniciou o processo de desestabilização do governo João Goulart já em 1962.

Os documentos pesquisados por Dreifuss fazem parte dos arquivos do IPES e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e as entrevistas foram realizadas com membros da ESG (Escola Superior de Guerra). O autor nos mostra a criação e implantação de uma rede de informações articuladoras do golpe.

O coordenador do empreendimento foi o General Golbery do Couto e Silva. Alguns oficiais da ESG integravam também a equipe do IPES, trabalhando

intensamente com o General Golbery no delineamento da rede de informações e no desenvolvimento de uma sofisticada doutrina de segurança nacional e desenvolvimento.

Antes do golpe este grupo já estava de posse de um completo e detalhado dossiê de informações sobre mais de 400.000 cidadãos brasileiros . Dreifuss mostra minuciosamente em seu estudo como a rede de informações ESG, IPES foi estendida a setores políticos e civis da sociedade. Agentes de informação atuavam secretamente entre estudantes, sindicatos, camponeses, na imprensa, em organizações culturais, na igreja católica (que viria a desempenhar um grande papel ideológico e mobilizador de preparação e aceitação do golpe) em Universidades e organizações várias das classes médias.

O complexo ESG/IPES/IBAD mantinha estreito contato com funcionários americanos e recebia recursos financeiros de muitas corporações internacionais e nacionais. Assim, é que dizemos que a formulação e operacionalização do golpe foi arquitetada em termos científicos e o estudo de Dreifuss tornou-se, hoje, imprescindível para entendermos a falência da teoria da autonomia da burguesia nacionalista e democrática.

Por fim, quanto ao possível mundo agrário brasileiro como feudal, Reis (op. cit.) cita Topalou e afirma que, para este autor, a tese feudal prevaleceu entre os historiadores brasileiros até 1937, pois é nesta data que surge, com Roberto Simonsem, sua primeira contestação. Esta tese também foi prevalecente nos dois grandes autores já estudados nos capítulos anteriores: Oliveira Vianna e Nestor Duarte.

Segundo Reis (op. cit.:169-170)

Para Oliveira Vianna, escrevendo em 1923, o povo brasileiro foi desde os primeiros dias de colônia um povo de agricultores e pastores, essencialmente rural. O espírito comercial dos portugueses obscureceu-se, aqui. Eles eram fidalgos arruinados, que tiveram que se transformar em agricultores. Na grande propriedade colonial se desenvolveu uma sociedade feudal à imagem da sociedade portuguesa: Vianna se fundamenta no clã fazendeiro, que reúne em torno do senhor de engenho a plebe

colonial, os rendeiros ligados a este pelo laço feudal do contrato de locação. Outros autores dão ênfase aos instrumentos jurídicos da concessão outorgada pela Coroa portuguesa aos donatários. A capitania não era concedida como uma plantação a ser explorada, mas como uma província a ser governada. A sociedade que se criou era agrícola, dominada pelos nobres de espírito guerreiro, independente do poder estatal: era uma sociedade feudal.

A partir dos anos 1930, com a já citada emergência de novos autores sociais, e uma crescente politização dos setores urbanos, a realidade brasileira foi percebida em seu subdesenvolvimento e atraso. Toda análise histórica passou a ter como fim a transformação mais eficaz desta realidade atrasada.

Guimarães (1963: 249) abraça a tese feudal, pois essa é mais revolucionária. Segundo o autor:

No Brasil dos dias em que vivemos, o processo de desenvolvimento intensivo da agricultura não foi iniciado em larga escala, as mudanças na estrutura da propriedade ainda não se fazem em ritmo acelerado, o sistema latifundiário mantém rigidamente sua ordem de valores, as relações de trabalho, mesmo quando sua aparência se assemelha às relações do tipo capitalista, guardam em geral no seu conteúdo as marcas de feudalismo e de escravismo. Por todas essas razões, as remunerações rurais são ínfimas e vis; e de tal modo ínfimas e vis que, na maioria das vezes, se uma máquina moderna pode fazer o trabalho de vinte ou trinta homens, ainda assim sai mais barato remunerar vinte ou trinta homens do que custear o trabalho dessa máquina. Nesse caso, não tem mesmo o menor sentido falar-se em provocar ou implantar a revolução tecnológica em nossa agricultura, antes da execução, com as características exigidas pelas grandes dimensões demográficas e territoriais peculiares a nosso país, de uma completa e profunda reforma agrária.

A contraposição à tese feudal, realizada com lucidez e sem paixão terá como um dos seus principais teóricos o paulista Caio Prado Jr. Considerado como

um grande intelectual orgânico, no sentido gramsciano. Para entendermos Caio Prado é imprescindível irmos até o pensador moderno italiano que, com suas produções teóricas, renovou o marxismo. É discutindo Gramsci que podemos compreender como um intelectual de origem burguesa pode tornar-se, sendo empresário, um intelectual do proletariado e político ligado a transformação socialista da sociedade brasileira.

A sua mudança de posição nos remete ao conceito de suicídio simbólico, existente quando um ator social ligado às classes dominantes vai transformando-se, a partir de uma crescente criticidade e conscientização em um intelectual ligado aos dominados, às classes populares.

Como aprofundamento do tema escapa aos objetivos deste trabalho, registraremos apenas as noções de hegemonia e de intelectual em Gramsci.

A hegemonia, segundo Gramsci, corresponde à direção intelectual e moral (cultural) predominante nas sociedades num dado momento histórico e representa a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política. Ela se processa na superestrutura e mantém vínculos dialéticos e orgânicos com a esfera econômica (infra-estrutura-sua base de classe). A complexa dinâmica hegemônica contempla a utilização de mecanismo de coerção e de consenso para a manutenção da ordem pelas classes dominantes sobre a sociedade. Quando há o predomínio da sociedade política ou do Estado na regulação social, tem-se a intensificação da coerção, que poderá chegar à ditadura, e, quando se tem o predomínio da hegemonia, é maior a direção moral e intelectual (cultural) da sociedade civil. Portanto, para Gramsci, quanto maior a hegemonia, maior a direção cultural e menor a direção política, apesar de ambas as direções estarem sempre presentes. Os intelectuais, por estabelecerem “os vínculos orgânicos” entre a infra-estrutura e a superestrutura e, no interior desta última, entre sociedade política e sociedade civil (organismo chamados de privados), possuem um papel determinante na elaboração e difusão da concepção de mundo, ou seja, na produção da hegemonia e na manutenção do governo político. Também a práxis humana, as contradições da sociedade, produzem o “intelectual orgânico” ligado às classes populares da sociedade.

Caio Prado Jr. é, nesta concepção, um dos maiores intelectuais orgânicos já surgidos no Brasil. Segundo Reis (op. cit.: 174)

Era ao mesmo tempo empresário, intelectual do proletariado e político. Sua obra se iniciou em 1933 com evolução política do Brasil, prosseguiu com as publicações de formação do Brasil contemporâneo (1942) História Econômica do Brasil (1945) e a Revolução Brasileira (1966). Nesta última obra, ele mantém um caloroso debate com o PCB e com N. W. Sodrê, enfim, com o marxismo brasileiro dos anos 1920 –50, sobre a análise mais adequada à realidade brasileira e a sua produção teórica é mais marxiana do que marxista – leninista. No PCB sempre foi heterodoxo. Em 1933, quando as lutas sociais desafiavam o pensamento, ele inaugurou uma corrente de interpretação marxista do Brasil diferente e original, descentrada do PCB. A partir de então, inaugurou um estilo de pensar a realidade brasileira, uma perspectiva crítica, que discute as relações entre o passado e o presente e examina as possibilidades de mudanças no futuro.

Para Caio Prado Jr. (op. cit.) o dogmatismo oriundo das análises do PCB não perceberá que o capitalismo já existia na nossa própria formação histórica, pois nascemos no contexto da expansão mercantil vivida na Europa e esta configuração firma-se através da *plantation*, grande exploração comercial voltada para o mercado externo. Posteriormente, nossa inserção no circuito do desenvolvimento e reprodução capitalista continuou mesmo com o escravismo, pois modernamente ambos, escravismo e capitalismo, não são incompatíveis para o processo de acumulação.

Com a abolição, este processo se intensificou pois as relações sociais e econômicas existentes no campo brasileiro, a parceria, a meia, o cambão e o barracão não são feudais, são resquícios escravistas funcionais ao sistema capitalista devido às peculiaridades de nosso país.

Assim, a tese feudal era equivocada. Para Caio Prado Jr., nos diz Reis (op. cit.: 181-182)

O PCB considerava que havia uma aliança dos latifundiários feudais com a burguesia mercantil retrógrada e o imperialismo contra um setor da burguesia progressista, aliada do campesinato e o proletariado na revolução democrático – burguesa. Mas tal composição social e sua contradição não existem na formação social brasileira, talvez existiam na Rússia ou na China.

Ao estudarmos Vianna (op. cit) e Duarte (op. cit.), vimos como o nosso passado colonial *encharca*, com suas conseqüências, toda a vida contemporânea nacional. A presença daquele passado está configurada em nossa cultura, em nossas instituições modernas. É impossível entender o Brasil sem levar em conta essa combinação do moderno e do tradicional que freia o nosso desenvolvimento econômico social, cultural e político e que se renova a cada momento. Caio Prado Jr. teria percebido, segundo Reis (op. cit.: 199)

Os limites históricos e teóricos à revolução brasileira e abandonado provisoriamente o sonho da emancipação e autonomia nacional em termos revolucionários. Propor a ruptura revolucionária em uma realidade social na qual o presente mantém uma aliança sólida com o passado é propor o inviável. O Brasil, no início do século XIX começou a se renovar, a ser brasileiro. Desenvolvimento, modernização e progresso com emancipação e autonomia nacional – eis sua utopia. Esta só poderá ser realizada com o conhecimento histórico de cada realidade particular, que exige um uso particular da teoria marxista, uma adequação dos seus conceitos às histórias singulares.

Esta busca do conhecimento acerca do que é o Brasil passa a um patamar qualitativamente superior através de Fernandes (op. cit.). Pertencente a categoria criada por Reis de redescobridores do Brasil, ele soma-se a Capistrano de Abreu, S. B. de Holanda, N. W. Sodré e Caio Prado Jr., já estudados. Podemos dizer que seu signo é o da exaltação e afirmação da resistência daqueles que formarão o povo brasileiro.

Os movimentos sociais embrionários de revolta contra o jugo lusitano, as várias manifestações de rebeldia e inconformismo de negros e índios, a ação organizacional dos primeiros imigrantes são analisados em Fernandes (op. cit.) como sujeitos criadores de fatos sociais enquadrados em relações sociais específicas nas quais as partes e o todo social constituem e se modificam. Continuator do pensamento dos autores citados, Fernandes também acredita que quando se pensa o Brasil rumo a uma sociedade vivenciada no socialismo democrático, o mais necessário passo é conhecê-lo adequadamente. Assim, para Reis (op. cit.:205) “o que F. Fernandes pretendeu foi um entrecruzamento sem dominação de ciência e ideologia, verdade e interesse, cidadão e cientista social.”

Na linha de resistência do povo brasileiro, Fernandes (op. cit.) faz uma crítica radical a tese construída por Freyre de um Brasil pleno de democracia racial e social a partir das relações estabelecidas entre senhores e escravos. Esta relação violenta e desumana não pode ser atenuada através da análise de *Casa Grande e Senzala* e ele denuncia esta construção ideológica do sociólogo de apicucos.

Estudando também o processo de implantação e desenvolvimento burguês brasileiro, Florestan (op. cit.) questiona porque ela no Brasil, diferencialmente do processo clássico vivido nos países centrais europeus, optou por trilhar um caminho excludente e autoritário nesse país? Para se entender esta configuração estabelecida é necessário precisarmos a natureza dessa revolução liberal-democrática desenvolvida pela burguesia revolucionária e só então, trabalharemos com o conceito elaborado por Bobbio (2000: 118), quando afirma que:

Na esfera da cultura, constituem-se as ciências modernas e seus métodos positivos, processa-se a destruição do pensamento considerado o mítico, sendo a razão e o pensamento racional eleito como únicos meios capazes de fazer o homem (como ser genérico), de forma ordenada e progressiva, chegar a verdade, ao belo, ao bem, ao progresso e a civilização. Na esfera da economia, instaura-se a economia capitalista de mercado e seu marco histórico á a revolução industrial britânica, em 1880. Enfim,

liberdade (jurídica, civil e política), igualdade (perante a Lei e de oportunidades) fraternidade, ordem, progresso e contrato social como forma de obtenção da harmonia social podem ser considerados as sínteses dos fins do projeto revolucionário burguês.

No Brasil, não houve esta ruptura, a burguesia aqui compartilhou sua hegemonia com a velha oligarquia quatorcentona. Mesmo assim, ela se instala e Florestan considera, segundo Reis (op. cit.:221-222), que quatro processos foram fundamentais para a constituição da burguesia no passado brasileiro, a saber: a) um processo político, a independência (1888-22); b) um processo econômico, a mudança do padrão das relações entre o capital internacional e a economia interna (a partir de 1822, com aceleração desse processo entre 1850-1888); c) um processo sócio-cultural, a emergência dos dois tipos humanos: o fazendeiro do café e o imigrante (a partir de 1870); d) um processo sócio-econômico, a abolição e a expansão da ordem social competitiva (pós – 1888).

A partir de 1889, com a mudança do tipo de estado, a burguesia vai impulsionar e acelerar o desenvolvimento do Brasil, mas sempre de forma incompleta, presa às garras do latifúndio, das oligarquias, do mandonismo, do clientelismo e do autoritarismo. A Revolução de 30, a industrialização e a urbanização vão representar um salto qualitativo desse desenvolvimento, mas caracterizando-se sempre pela incompletude. Para Florestan (op. cit.), isso explica-se pelo fato de que o capitalismo não tem um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. São as situações históricas concretas, específicas de cada país, com suas classes sociais que vão definir o padrão de desenvolvimento capitalista. Reis (op. cit.:223) afirma que ele, unindo o cidadão e o cientista social,

Sonha com uma sociedade brasileira autônoma, livre, independente e moderna, desenvolvida, democrática, avançada. E o sujeito criador desse Brasil novo não será a burguesia brasileira, pois esta é egoísta e autoritária mas os cidadãos brasileiros, as classes populares.

Por fim, ao analisarmos a produção teórica dos “redescobridores” do Brasil a partir de Reis (op. cit.), concluímos este capítulo com o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1963). Desenvolvido juntamente com Falleto, nesta obra os autores buscam demonstrar através do método dialético, que os países latino-americanos podem trilhar o caminho do desenvolvimento e não o da estagnação e que isso se daria através de uma forma dependente – associado. Essa seria a via possível face ao atraso destes países da América do Sul (incluindo o México). Essa tese era inovadora, pois para muitos setores latinos o único caminho seria a luta armada, a ruptura violenta. O sucesso da Revolução Cubana e a consequente teoria foquista incrementavam a idéia revolucionária. O método dialético surge quando, F. Henrique e Enzo Falleto, ao abordar a dependência latino-americana, não opõe mecanicamente o interno e o externo e não submete o interno ao externo.

Para Reis (op. cit.: 253)

O externo nem é unilateralmente determinante nem exterior: o externo é interno, o interno é exterior e se constituem reciprocamente. O capitalismo é exterior e interior. E em cada situação concreta de dependência esta articulação interno/externo é específica, histórica. Em cada fase do capitalismo e em cada país do mundo o interno se articula de forma original com o externo. O que interessa representar na análise é o movimento, a luta de classes, as redefinições de interesses, as alianças políticas que mantêm a estrutura e a transformam ao mesmo tempo. As estruturas não são fixas e a temporais são contraditórias, dinâmicas, históricas.

Acreditamos que Cardoso (op. cit.), assim como os outros redescobridores do Brasil, aponta para a mudança, porém com os resultados de seus dois períodos de governo essa mudança ficou enormemente comprometida, pois aprofundou a exclusão e a dependência.

CAPÍTULO 4 – Democracia e Educação

A democracia, tal e qual a conhecemos, não existiu desde sempre. Ela teve origem há mais de 2.500 anos na Grécia sustentadas nas expressões *demos* = povo + *kratos* = poder, ou seja, poder do povo. O apogeu da democracia teve lugar nas Cidades-Estados como Atenas e Esparta, na Grécia, Gênova e Roma, na Itália, Genebra na Suíça e outras Cidades-Estado da Europa. Esta concepção originária de democracia governo de muitos - legada pelos gregos para definir diversas tipologias de formas de governo (Bóbbio,1990) - foi sofrendo alterações ao longo da história e sendo definida de acordo com os interesses do grupo econômica e politicamente hegemônico.

Em Atenas os cidadãos (excluídos os escravos) reuniam-se na praça pública para decidirem sobre os impostos e o que fazer com os bens de todos os réis (coisa) + pública, ou seja, as coisas públicas. Na Ágora (praça no centro de um mercado em Atenas), os cidadãos atenienses faziam a primeira experiência que se conhece de orçamento participativo, logicamente sem essa denominação, mas com muito mais conteúdo, porque decidiam todas as normas legais. A isonomia (*isonomie*) no sentido grego, não significava igualdade diante da lei, mas que todos têm o mesmo direito à atividade política e que esta atividade na *pólis* grega era de preferência uma atividade de conversa mútua e do conhecimento recíproco. Para Benevides (1991)

Os gregos tinham uma visão radical sobre a participação do Ágora: diziam de que aquele que não se ocupava da política, mas apenas de suas coisas particulares, não merecia ser chamado de cidadão, mas de um indivíduo inútil.

Também na Genebra, da época de Rosseau, século XVIII, se definiam os destinos das coisas públicas através da participação dos cidadãos reunidos em assembleias públicas. Bottomore (1986) coloca esta trajetória em três vertentes:

Teoria clássica na perspectiva Aristotélica com três formas de governo: democracia como governo do povo, de todos os cidadãos entendidos como aqueles que gozam de direitos de cidadania, diferente de aristocracia (governo de poucos) assim como também da monarquia como governo de um só.

A teoria medieval, de origem romana baseada na soberania popular com duas variáveis: uma ascendente, quando o poder deriva do povo; outra descendente quando se deriva do príncipe e se transforma por delegação do superior para o inferior.

Teoria moderna que nasce com o Estado moderno na forma das grandes monarquias. Segundo a teoria as formas históricas de governo são essencialmente duas 1) Monarquia e 2) República. A democracia é definida como uma forma de república popular (a outra forma é aristocracia).

A obra de Maquiavel – *O Príncipe*, escrita em 1512 – buscou estruturar as bases para a organização política do Estado moderno. Após o renascimento, período que marca profundamente a redefinição de crenças, valores, hábitos e normas do período medieval, no qual tudo passa a ser explicado pela razão e pela ciência (vai-se desenvolver progressivamente então, a física a química, a biologia, a geografia náutica etc.) alargando-se a contabilidade e a organização política racional e com as ciências, a experimentação científica, acentuando-se o estudo da natureza.

Era necessário desvencilhar-se das concepções dogmáticas das trevas do feudalismo que barravam o desenvolvimento mercantilista e assumindo importância primordial o questionamento ao poder eclesial, pois o Papa e os bispos eram, ao mesmo tempo, chefes espirituais e governantes, “casando” assim, a esfera ideológica da fé com a dominação política e econômica.

Montesquieu publica em 1748 *O Espírito das Leis* que estabelece a separação de três poderes e a desacrilização do poder.

A teoria política clássica registra uma polêmica entre os defensores do contratualismo, e como se expressaria a soberania na relação com a democracia.

Para Hobbes e Kant a soberania nem sempre se identifica com a democracia, há momentos em que é necessário um contrato (constituições, leis e atos) e quem o institua por delegação.

Para Rosseau, a soberania está intimamente ligada a democracia, a vontade geral é concebida como indivisível, infalível, indelegável e inalienável. Rousseau também pertencia à escola contratualista, mas com uma qualidade diferenciada, a saber: a soberania se estabelece e prospera por vontades, pactos e contratos tácitos, com a participação de todos na produção de leis permeados pelo ideal igualitário que a acompanha. Desde já se põe então na arena política a questão da justificação do Estado, sua necessidade e de como se legitima.

Para Pont (2000: 63):

Estas podem ser reduzidas em duas grandes vertentes ideológicas burguesas. Ambas partem do direito natural do homem à liberdade e da crítica do Estado absolutista, em sua justificativa do direito divino das monarquias ou do contrato pelo qual os homens para sair do permanente estado de guerra em que, naturalmente, se encontravam, abdicavam da sua soberania e a transferiam de forma absoluta a um rei. Esta era,, para os absolutistas, a única condição para que os homens pudessem viver em harmonia, pois todos abdicavam de sua soberania para um Estado todo-poderoso, que pelo temor e poder coercitivo, garantia a paz e a vida em sociedade.

A primeira dessas vertentes, a concepção liberal, proprietária, possessiva, está no pensamento de John Locke (1632-1704), que constrói sua crítica ao absolutismo não por seu caráter contratual que já aparecia na obra de Thomas Hobbes (1588-1679) mas pela crítica à justificativa do direito divino na qual os monarcas buscavam explicar seu poder absoluto. O direito natural para Locke é o direito à liberdade que, junto com o trabalho, sustentam o direito à propriedade e o Estado tem como função, como objetivo, defendê-lo. Mas deve ser a função essencial do Estado sob controle de representantes delegados com o direito de fazer as leis e aplicá-las.

A outra vertente, continua Pont, é a concepção liberal igualitária de Jean Rousseau (1712-1778) cuja base do contrato social pressupõe a idéia do direito natural à liberdade, mas também da igualdade como condição humana. Esta concepção burguesa democrática, o liberalismo igualitário de Rousseau “fundava-se na visão de que os homens nascem livres e iguais”, ainda que na mesma afirmação diga que em sua época “em todas as partes encontram-se sob ferros”. Se a frase traía a realidade do mundo em que vivia, na qual os homens já não nasciam livres e iguais, como “desejava” o pensamento de Rousseau, esta fundamentação é riquíssima para expressar seu pensamento fundado na pequena produção e no artesanato.

A realidade das pequenas localidades e/ou regiões que rapidamente começava a ser superada pela acumulação capitalista. Dizia Rousseau que ao ato no qual se realiza o contrato da sociedade política, em que o povo convencionou um governo, existe um momento anterior que é aquele em que o povo é povo e esta condição não pode ser transferida, delegada ou dividida. Para que se mantenham as condições de liberdade e igualdade, nas quais nenhum cidadão perde sua soberania no processo de formação da vontade geral, esta não pode ser delegada ou transferida a não ser para encarregados de executá-la, cujos mandados devem ser revogáveis a qualquer momento.

A concepção utópica de Rousseau, se era irreal ao mundo que o cercava, e, rapidamente, se transformava, bem como sua concepção sobre a propriedade ser simplista, ingênua e baseada na esperteza de usurpadores, prenunciava o grande desafio para qualquer avanço democrático no interior das concepções liberais.

Por fim, para Pont, vale registrar que as diferentes explicações teóricas, ideológicas desse processo “expressam interesses sociais distintos ao longo da história e tem, até hoje, consequências diferentes no desenvolvimento político da humanidade”. Se são históricas, datadas, construídas pela práxis humana “não são eternas”, como não foram as explicações de mundo do feudalismo ou da transição absolutistas. São relações da sociedade e do Estado que podem ser alteradas pelo protagonismo dos agentes históricos”, ou repetindo de outra forma,

superadas nos embates construídos pela práxis humana, pelo longo processo de mudança de evolução que vem sofrendo o conceito de cidadão e de cidadania. Estas concepções, ideológicas conflitantes acerca do cidadão são radicalizadas no período da revolução francesa e dos exemplos desta radicalização.

No século XVIII são citados como exemplares por Vieira (1992) quando mostra o liberalismo do filósofo francês Barão D'Holback (1723-1789) como identificado com a idéia de que apenas os homens de posses podem ser representantes do povo e a de Robespierre (1758-1794) recusando a idéia de uma república de proprietários, bem como a idéia de uma monarquia de proprietários.

Holback (1773, apud. Vieira) afirma que para aquele

Pela palavra não me refiro ao populacho estúpido (grifos nossos) que, destituindo de sabedoria e bom senso, pode a qualquer momento tornar-se instrumento e cúmplice de demagogos turbulentos que desejam perturbar a sociedade. Todo homem que pode viver respeitavelmente com a renda de sua propriedade e todo chefe de família que possui terra devem ser considerados cidadãos. O artesão, o mercador, e o assalariado devem ser protegidos pelo Estado a que servem utilmente à sua moda, mas não são verdadeiros membros até que pelo trabalho e pela operosidade, tenham adquirido terras.

O líder dos Jacobinos, prossegue Vieira (op. cit.), não crê nisso, pois debatendo novo projeto de Constituição, elaborada com a finalidade de substituir a Constituição Monárquica de 1791 na França, Robespierre profere o discurso de 24 de abril de 1793 perante a convenção nacional. Neste discurso, que recebeu o título de *Sobre a Propriedade e a Declaração de Direitos*, Robespierre caracteriza uma república pelo maior controle do executivo, pelas assembleias populares e principalmente em restrições às propriedades e à liberdade econômica, em favor da demanda mais pobre da população das cidades francesas. O discurso sobre a propriedade e a declaração de direitos configura um outro tipo de homem e de cidadão no mesmo século XVIII, no qual viveu Holback.

Robespierre foi quem percebeu o que via como grande lacuna no novo projeto de Constituição, formando quatro artigos para ela:

“Art. 1 – os homens de todos os países são irmãos, e os diferentes povos devem auxiliar-se mutuamente segundo sua capacidade, como os cidadãos do mesmo Estado.

“Art. 2 – Aquele que oprime uma nação se declara inimigo de todas.

“Art. 3 – Aqueles que fazem guerra contra um povo para deter os progressos da liberdade e esmagar os direitos do homem devem ser perseguidos por todos, não como inimigos comuns, mas como assassinos e bandidos rebeldes.

“Art. 4 – Os reis, os aristocratas os tiranos, sejam quais forem, são escravos amotinados contra o soberano da terra que é o gênero humano, e contra o legislador universal, que é a natureza”.

Está afastada, inapelavelmente através destes dois casos, qualquer idéia de sociedade harmônica, sem conflitos a partir de uma aliança entre a liberdade, a virtude e a razão, pois finalizando com Vieira (op. cit.), “o século XVIII viu nascer o seu contrário, a ruptura entre elas”.

O tema da autonomia está presente nos *Manuscritos Econômico – Filosóficos* de Marx, no qual afirma que “um ser só se considera autônomo quando é senhor de si mesmo e só o é quando deve a si mesmo seu modo de existência”. Ou seja, para Marx, a questão do sujeito autônomo, assim como para Rousseau, a noção de soberania, evidencia a necessária relação de democracia com a liberdade política gerada de soberania e de autonomia. Em ambos, isto era uma condição fundamental para a emancipação econômica e para a igualdade.

A democracia era tida como necessária, como possibilidade para a solução da questão social porque esta é inseparável da questão política. Mas a própria noção de liberdade é vista como perspectiva de transformar o Estado (colocado acima da sociedade) em um organismo inteiramente subordinado à sociedade, ou seja, o tema do controle social já está posto também no referencial marxiano.

Chauí (1983) afirma que Marx critica Hegel pois este “via o povo como privado de razão, violento e terrível não podendo por isso, pretender-se superar a noção particular, sendo incapaz de alçar-se ao universal”. Marx ao contrário,

afirma a democracia como gênero existente da universalidade, porque única constituição política na qual o princípio formal (vontade popular como lei) é igual ao princípio material (os conteúdos da vontade popular como governo).

Marx, ao analisar os aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos da vida dos cidadãos na sociedade capitalista afirma que eles se encontram alienados em três instâncias, a saber: alienados economicamente, alienados politicamente e alienados filosoficamente.

A alienação econômica se dá a partir do momento em que alguns são detentores dos meios de produção e a grande maioria é vendedora da força de trabalho – condição esta que lhes é imposta pela própria lógica do sistema. Alienados filosoficamente, pois o capitalismo se apodera das teorias existentes para construir sua legitimação, modificando-as segundo seus interesses. Por fim, os cidadãos encontram-se alienados politicamente, pois no processo de democracia representativa burguesia eles outorgam o poder de representatividade a terceiros sem que haja possibilidade de intervenção na ação destes. Esta situação conduz a um processo de letargia política e por conseguinte uma não identidade com a coisa pública. Para o desenvolvimento socialista, pelo contrário, a democracia afirma-se na vida cotidiana, elevando-se a partir dos níveis mais elementares até tornar-se decisão do povo em todos os níveis de aprofundamento possíveis.

Esta hegemonia popular seria no dizer de Gramsci, (Gohn, 1997), “um resultante da articulação de elementos fragmentários e dispensos no cotidiano dos indivíduos, ainda que baseados nos senso comum e na práxis, que conteria o germe de transformar as consciências e de politização gerando a consciência transformadora”. À noção de um Estado ampliado de Gramsci (Buci – Glucksmann, apud. Gohn, 1980: 62) se coloca a questão de uma inter-relação dialética e não mais de confronto entre sociedade política e sociedade civil, pois segundo o autor:

Dado o elevado grau de auto-organização e consciência de direitos/deveres dos cidadãos, constituindo-se uma nova organicidade onde cada indivíduo governa-se a si próprio sem

entrar em conflito com a sociedade política; pelo contrário, ele se torna sua continuação normal e seu complemento orgânico.

Há que lembrar que a ação coletiva exerce um papel no qual os trabalhadores tomam consciência da situação de opressão e forjam os instrumentos de superação. É no reconhecer-se como explorado e alienado com outros, como dizia Paulo Freire (1987), que nos educamos para a superação e transição da consciência ingênua para a consciência transitiva, passagem para a segunda forma de consciência: a consciência em si ou crítica. A educação política é a base verdadeira que possibilita a transformação de mentalidades, envolvendo tanto a participação na vida coletiva quanto a educação para ética na política. Essa noção moderna de cidadania que significa o direito a ter direitos sociais, políticos e econômicos, de poder gozá-los na perspectiva da realização, da emancipação.

Esbarra-se então em uma concepção de democracia como algo a ser criada sistematicamente, cotidianamente, como uma “plantinha” terra, frágil, que necessita de “ação” afirmativa por parte dos atores sociais os mais diversos. Este devir, esta construção democrática existe no aqui e no agora em todos os países, em todas as sociedades ditas modernas, pois, desde Rousseau, a democracia apresenta-se como uma promessa não cumprida.

Estevão (2001) destaca que Bobbio assinala que são seis as promessas não cumpridas pela democracia:

Um estado democrático, sem corpo intermediário, onde os indivíduos fossem os sujeitos ativos da vida política, não foi possível. Ao contrário do que pensava Rousseau, diversos grupos (organizações, sindicatos, corporações etc.) estabeleceram-se entre o povo e o estado e assumiram a condição de sujeitos políticos mais importantes nas democracias modernas”. “Os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática, na qual não existe mais um soberano, o povo ou a nação, composta por indivíduos que adquiriram o direito de participar direta ou indiretamente do

governo, na qual não existe mais o povo como unidade ideal (ou mística) mas apenas o povo dividido de fato em grupos contrapostos e concorrentes, com sua relativa autonomia diante do governo central (autonomia que os indivíduos singulares perderam ou só tiveram num modelo ideal de governo democrático sempre desmentido pelos fatos).

Assim, para Bobbio, a democracia moderna deveria se caracterizar pelo princípio da representação política, na qual o representante, sendo chamado a perseguir os interesses da nação, não pode estar sujeito a um mandato vinculado. Esse princípio está corrompido e tem vigorado o mandato imperativo que visa interesses localizados e particulares.

A promessa de derrotar o poder oligárquico também não foi cumprida. A eliminação da tradicional distinção entre governantes e governados é negada constantemente pela presença exclusiva das elites que se sucedem no poder.

A democracia não conseguiu ocupar todos os espaços de poder. As instâncias nas quais os indivíduos podem exercer seu direito de participação (escola, fábrica, escritório, igreja etc.) na maioria das vezes estão longe do alcance das decisões democráticas.

A democracia nasceu com a promessa de eliminar radicalmente todo tipo de poder individual e tornar transparentes todas as decisões de interesse público. No entanto, a visibilidade do poder está cada vez mais opaca. O poder invisível, seja de máfias, serviços secretos ou burocracias, é cada vez mais presente. E como controlar os poderosos senão pela transparência do poder? De acordo com Bobbio (apud. Estevão, op. cit.)

Se não conseguir encontrar uma resposta adequada para esta pergunta, a democracia, como advento do governo visível, está perdida, mas do que uma promessa não cumprida, estaríamos aqui diretamente diante de uma tendência contrária às promessas: A tendência não no máximo controle do Poder por parte dos cidadãos, mas ao máximo controle dos súditos por parte do Poder.

Por fim, a democracia não cumpriu a promessa de educação constante para a democracia. Ao invés de uma educação política surgida do próprio exercício da prática democrática, o que se tem observado é uma crescente apatia política ou então o *voto di scambio*, que é dado em troca de benefícios particulares.

Ao mesmo tempo que se apresenta assim de forma pessimista, Bobbio aponta a saída através da renovação, da construção cotidiana de ideais que são muito caros à humanidade: a tolerância, a não violência, o ideal da renovação gradual da sociedade (responsável pela revolução silenciosa promovida pelo debate das idéias e pelas mudanças de mentalidade) e a *fraternité* (afinal, o método democrático pode tornar-se um costume sem o conhecimento da humanidade que une todos os homens num destino comum?).

É nesta construção democrática que se vai gestando a cidadania, condição *sine qua non* para que ela, (a democracia) exista de fato e de direito. Surge aí a possibilidade concreta do sujeito negar-se a aceitar-se como objeto. O cerne da questão mesma desta construção é a elaboração coletiva de uma cidadania emancipada, que para ser atingida, precisa percorrer três passos segundo Demo (1995).

O primeiro passo consiste em saber fazer-se sujeito histórico capaz de pensar e conduzir seu destino. Assim, no início esta a contestação ou a consciência crítica. Tudo começa com a capacidade e coragem de dizer não. Não a condição de massa de manobra. Não a manipulação imposta pelas elites. Não aos governos clientelistas e corruptos. Não ao Estado tutelar e assistencialista. Não á pobreza política e material. A cidadania tem por isso, como primeiríssima tarefa um desafio negativo: Destruir a pobreza política. Sem isso o excluído continua trabalhando e vivendo para os outros, em função dos outros, a serviço dos outros, submisso às elites.

O segundo passo será construtivo. Após desfazer a pobreza política, emerge a competência para propor alternativa. Com base na consciência crítica, que busca compreender as razões da exclusão e sua condição de injustiça, o sujeito histórico cai em si

numa segunda vez, descobrindo que para fazer oportunidade, ele é a peça-chave, porque ele é a alma da oportunidade. Precisa, fazendo-se sujeito, fazer-se oportunidade.

O terceiro passo, para garantir a oportunidade, aponta para a necessidade da organização política coletiva, pois tratando-se de competência, é mais competente a oportunidade feita em consenso potencializado. Como o indivíduo só é inteligível e só sobrevive socialmente, a competência autêntica é coletivamente organizada. A capacidade de associar-se representa, na verdade o início da competência histórica prática, porque determina as condições concretas de inovação e intervenção. Assim a associação dos homens livres é o berço da democracia, pois é nela que surgem as regras de jogo, decididas em conjunto.

O processo emancipatório, continua Demo, é um fenômeno de competência tipicamente política. Para a construção democrática da sociedade é indispensável o controle democrático do Estado e das elites. Esta premissa está ligada diretamente à capacidade de associação pluralista e efetiva e para isso, segundo Demo (1985), temos dois desafios maiores:

De um lado, aprimorar ou mesmo rever a situação de formas tradicionais de organização popular, comprovadamente centralizadas, manipulativas, pouco efetivas, além de meramente ligadas em quantidades, como são sindicatos e partidos políticos.

De outro, incentivar o associativismo, para ganhar dimensão coletiva cada vez mais competente, pois a qualidade de democracia é proporcional à qualidade da rede associativa.

No associativismo, na vida comunitária de sujeitos históricos, críticos, cidadania é fundante com respeito ao Estado. Este, segundo Demo (op. cit. 1995)),

Por mais que seja necessário e sobretudo inevitável como instância delegada de serviço público, não precede e muito menos conduz a cidadania. A relação historicamente concreta é a contrária. Uma sociedade de verdadeiras cidadãs atina para a necessidade de construir uma instância pública comum, à qual delega uma série

de serviços e funções, que somente tem razão de ser frente aos desafios do bem-estar comum. Alguns são reconhecidos como monopólios, por existir lugar mais apropriado para exercê-los, como defesa, segurança pública, diplomacia, normatização etc., mas mesmo aí, são *stricto senso* delegações. O desafio descomunal do Estado é de que seja público (sirva aos interesses comum) e de serviço (promova o bem comum) para que seja, então, legítimo, ou de direito.

Quanto ao fato do Estado apresentar-se na América Latina como local próprio de uma vasta corrupção, só o seu controle por parte de uma base popular organizada e plenamente cidadã fará com que a corrupção diminua. Esta cobrança sem tréguas tem início com a existência da transparência da coisa pública.

Concordamos com Demo (op. cit.) quando afirma que

A força do controle estatal está propriamente na força da cidadania e o fundamental é, pois, restabelecer o confronto dialético entre Estado e sociedade civil. Não dicotomia, porque um é cria da outra, e as pessoas e os grupos se entrelaçam nos dois. Mas relação federativa de controle democrático, de baixo para cima. Enfim, o Estado não é o que diz ser nem o que quer ser, mas o que a cidadania popular organizada o faz ser e querer.

No pressuposto dialético entre Estado e cidadania temos a construção da Democracia como mundos possíveis, mas mutáveis, em devir, exercendo um papel importantíssimo na questão da educação como exigência do mundo moderno, pois este, sendo baseado num crescimento econômico (que apregoa-se sem limites) precisa, para ter chance no mercado competitivo e qualitativo, essencialmente manejado pelo domínio tecnológico, de trabalhadores dotados de competência básica considerável.

A acumulação de capital, depende sempre mais, de educação, ciência e tecnologia, sobretudo da qualidade da educação popular.

Conforme Demo (op. cit.) “:

Educação também aparece como estratégia fundamental de mudança no e do sistema. Pode humanizar o sistema, à medida que fundamenta O Estado de direito, restringindo fortemente, via instrumentação da cidadania, a voracidade do capital, pode levar à superação do sistema, à medida que planta condições subjetivas de ultrapassar o capitalismo, como fase histórica.

A educação, claro, não é uma varinha de condão que sozinha, acarreta o milagre de superar tipos de sociedades historicamente construídas, mas se a condição humana é a de eterna e conflitiva mudança, é a educação (e a luta de classes) quem impulsiona estas mudanças históricas, concretas e objetivas. Se hoje temos uma exigência de sociedade tecnificada, interligadas por processos tecnológicos os mais sofisticados e diversos, fusão de empresas transnacionais, reengenharias industriais etc., esta complexidade mundial só ressalta o valor e a necessidade de educação como meio do próprio homem situar-se autonomamente nesta sociedade, este imperativo da educação, como formadora de homens livres, conscientes, preparados para atuarem de forma crítica na sociedade com vistas a transformá-la, gestadora de processos emancipatórios. A cidadania como alavanca essencial para construção de direitos sociais remonta ao século XIX. No final do século XIX, complexifica-se a trama social, através da Primeira e Segunda Revolução Industrial, da acumulação capitalista através da exploração das colônias, da formação dos grandes grupos financeiros e dos cartéis, da urbanização e da extensão progressiva dos direitos sociais fruto das lutas operárias. Neste mundo em transformação (e é bem sistemático o surgimento da ciência sociológica neste período), a educação desponta como de grande importância para este novo período da humanidade. Ela assume um lugar exponencial na exigência dos direitos sociais, pois, segundo Marshall (1967):

Tornou-se, claro com o passar do século XIX que a Democracia Política necessitava de um eleitorado educado e de que a produção científica se ressentia de técnicos e trabalhadores qualificados. O dever de auto-aperfeiçoamento e de auto-civilização é, portanto, um dever social e não somente individual

porque o bom funcionamento de uma sociedade depende da educação de seus membros. E uma comunidade que exige o cumprimento dessa obrigação começou a ter consciência de que a sua cultura é uma unidade orgânica e sua civilização uma herança nacional. Depreende-se disto que o desenvolvimento da educação primária pública durante o século XIX constituiu o primeiro passo decisivo em prol do restabelecimento dos direitos sociais da cidadania no século XX.

No jogo dialético das contradições entre a classe operária e a classe burguesa, com o desenvolvimento da imprensa operária, com as associações de luta dos trabalhadores, etc. alarga-se as liberdades civis e temos então uma relação direta, umbilical entre Educação e Cidadania, pois, de acordo com Marshall (op. cit.):

O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente deveria ser considerado não como direito da criança freqüentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado. E nesse ponto, não há nenhum conflito com os direitos civis do modo pelo qual são interpretados numa época de individualismos. Pois os direitos civis se destinam a ser utilizados por pessoas inteligentes e de bom senso que aprenderam a ler e a escrever. A educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil.

Os processos educacionais transformaram-se de acordo com a as evoluções vividas pela humanidade, suas concepções e tecnologias, mas desde já ela está fundada, em suas transformações mesmas, nas mais modernas concepções da democracia e da cidadania. Estas concepções corporificam-se nos regimes democráticos, nas políticas sociais implementadas pelos governos através da via parlamentar, visando, desde a criação dos chamados Estados de Bem-Estar, na década de 40, (a partir das teorias econômicas de Keynes) a amenizar a extrema desigualdade social inerente ao próprio sistema capitalista.

Tais políticas são fruto, historicamente, das reivindicações populares, dos avanços e conquistas das classes trabalhadoras, pois concordamos com Vieira (1992: 79) que

No regime Liberal-Democrático, a política social é proveniente da crítica à desigualdade na sociedade, porém aí ela deixa ver em suas fontes a intensidade das pressões e dos conflitos políticos. Obediente à ordem jurídica e comumente na forma da lei, a política social irrompe quase sempre por indignação contra a desigualdade, pelas críticas acerbas a esta. A política social pode imprimir menor padrão geral de desigualdade. Mas na Democracia Liberal ela se circunscreve dentro da lei e conserva a desigualdade, ainda que sem aprovar as condições desiguais das pessoas, tal se acha na vigência das ideologias do “Estado Restrito”, do “Estado Mínimo”, do “Estado Diminuto” e do “Estado Providência”. “A política social expressa e carrega encargos do Estado, materializados em serviços e em atividades de natureza pública e geral, encargos estes também voltados à reprodução da força do trabalho de que o Capitalismo não pode prescindir. Se assim é, no regime liberal-democrático a política social não deixa de germinar nos interesses e nos embates políticos, de nutrir-se deles.”

As políticas sociais que visam à inclusão e a democratização do saber são assim frutos diretos das lutas sociais que vão forjando-se através da organização das classes populares.

4.1 – Participação, Cidadania e Educação

A história da humanidade, desde milênios, revela a existência de uma luta constante para que o maior número possível de pessoas participe das decisões políticas. No final da idade média, quando se verificou o aparecimento e o crescimento da burguesia, apenas os reis, os nobres, os bispos da Igreja Católica, os grandes proprietários, os banqueiros e os comerciantes mais ricos é que

tomavam decisões políticas. Nos séculos XVII e XVIII, a burguesia, através de árduas lutas, com características específicas em cada país, foi conquistando, paulatinamente, para todos os seus membros o direito de participação, eliminou a diferença entre nobres e plebeus e estendeu os direitos políticos a todos os que tinham propriedade ou bons rendimentos, ampliando-se, desse modo, o número de participantes.

No século XVIII, ocorreram, na vida social e econômica, sérias transformações na passagem para a sociedade capitalista, pois, além do aperfeiçoamento das técnicas, dá-se o processo de acumulação de capital e ampliação dos mercados. Surgem as fábricas e um novo sujeito histórico, uma nova classe social: o proletariado. Desenvolve-se a indústria têxtil, a metalúrgica e no campo se processa a revolução agrícola.

No século XIX, o resplendor do progresso não oculta a questão social, caracterizada pelo recrudescimento da exploração do trabalho e das condições subumanas devidas: extensas jornadas de trabalho, de dezesseis a dezoito horas, sem direito a férias e sem garantia para a velhice, doença e invalidez; arregimentação de crianças e mulheres, mão-de-obra mais barata; condições insalubres de trabalho, em locais mal-iluminados e sem higiene; mal pagos e mal alojados. Da constatação dessa situação é que surgem, no século XIX, os movimentos socialistas e anarquistas, que pretendem, com sua participação, como um novo sujeito histórico nessa nova sociedade (industrial e urbana) denunciar e alterar a realidade.

Através de muitas lutas (sangrentas e sistemáticas) o proletariado moderno conseguiu conquistar o direito de participação política, surgindo a democracia representativa, ampliando a cidadania política, pois o estado liberal julgava inconcebível que um não proprietário pudesse ocupar um cargo de representante num dos três poderes. Ao afirmar que os cidadãos eram os homens livres e independentes, os liberais queriam dizer com isso que eram dependentes e não-livres os que não possuísem propriedade privada. Estavam excluídos do poder político, portanto, os trabalhadores e as mulheres, isto é, a maioria da sociedade. Assim, a idéia de contrato social, pelo qual os indivíduos isolados se transformam

em multidão e esta se transforma em corpo político de cidadãos, não previa o direito a cidadania para todos, mas delimitava o contrato ou o pacto a uma classe social, a dos proprietários privados ou burguesia.

A participação real de novos sujeitos históricos através do voto na democracia representativa foi um grande avanço para as classes populares e para a prática das idéias democráticas. Deve-se analisar o momento do voto, a participação nas eleições como um significado muito maior do que a simples rotatividade de governos ou alternância no poder, o que não é pouca coisa.

Para Chauí (2002) esta ação

Simboliza o essencial da democracia: que o poder não se identifica com os ocupantes do governo, não lhes pertence, mas é sempre um lugar vazio, que os cidadãos, periodicamente, preenchem com um representante, podendo revogar seu mandato se não cumprir o que lhe foi delegado para representar. As idéias de situação e oposição, maioria e minoria, cujas vontades devem ser respeitadas e garantidas pela lei, vão muito além dessas aparências. Significam que a sociedade não é uma comunidade una e individual voltada para o bem comum obtido por consenso, mas ao contrário, que *está internamente dividida e que as divisões são legítimas e devem expressar-se publicamente.* (grifos nossos).

A democracia é a única forma política que considera o conflito legítimo e legal, permitindo que seja trabalhado politicamente pela própria sociedade. As idéias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulamentação jurídica formal. Significam que os cidadãos são sujeitos de direitos e que, se tais direitos não existem nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigí-los. É esse o cerne da democracia.

Marx vai radicalizar o conceito de democracia e participação ao afirmar que a igualdade, ao contrário do que diz a ideologia liberal, só se tornaria um direito concreto quando não houvesse escravos, servos e assalariados explorados, (estes constituintes da economia capitalista moderna) mas fosse dado a cada um segundo suas necessidades e segundo o seu trabalho. Está aberto o campo para

a criação da igualdade, através das exigências e demandas dos sujeitos sociais. Assim, as lutas por igualdade e liberdade ampliaram os direitos políticos (civis) e, a partir destes, criaram os direitos sociais: trabalho, moradia, saúde, transporte, educação, lazer, cultura; os direitos das chamadas minorias: mulheres, idosos, negros, homossexuais, crianças, índios; as lutas ecológicas e contra as armas nucleares.

A noção de direitos afirma-se como processo, como algo permanente e sistematicamente construído para se alcançar esta sociedade sem explorados e exploradores de que falou Marx. O imaginário de uma sociedade justa, igualitária e fraterna funda-se na *práxis* humana das lutas populares pois, ao lutarem por participação política, ampliam-se os direitos civis: direito de opor-se à tirania, à censura, à tortura; direito de fiscalizar o Estado por meio de organizações da sociedade (associações, conselhos, sindicatos, partidos políticos) aprofundando e ampliando a limitada concepção de democracia liberal.

Na resolução dos conflitos em uma sociedade democrática atinge também grande importância o direito à informação pela publicidade das decisões estatais, principalmente quando vemos um mundo informatizado e globalizado e em que a educação das grandes massas passa a ser realidade em muitos países. Só a sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à criação de direitos reais, à ampliação de direitos existentes e a criação de novos direitos.

Chauí (op. cit.: 228) distingue a democracia de todas as outras formas sociais e políticas de duas formas:

Na sociedade democrática considera-se o conflito legítimo e nela, indivíduos e grupos organizam-se em associações, movimentos sociais e populares, classes se organizam em sindicatos e partidos, criando um contrapoder (grifos nossos) social que, direta, ou indiretamente, limita o poder do Estado. A democracia é a sociedade verdadeiramente histórica, isto é, aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo. Pela criação de novos direitos e pela existência dos contra poderes sociais, a sociedade democrática não está fixada numa forma para sempre determinada, ou seja, não cessa de trabalhar suas divisões e

diferenças internas, de orientar-se pela possibilidade objetiva (a liberdade) e de alterar-se pela própria *práxis*.

No Brasil, temos um movimento social que lutando pelo direito à terra, (a democratização da propriedade da terra em um país que caracteriza-se por possuir um dos mais altos índices de concentração fundiária do planeta), busca-se, através desta luta, construir uma sociedade mais justa e igualitária que deverá se dar a partir da implementação de uma reforma agrária feita sob o controle dos trabalhadores.

Esta é uma finalidade do MST (Movimento dos Sem-Terra). O movimento nasceu das lutas concretas pela conquista da terra que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada na região sul, num momento em que aumentava a concentração de terras (através de subsídios estatais de toda ordem) e ampliava a expulsão dos pobres da área rural, devido à modernização da agricultura e da crise do processo de colonização implementado pela ditadura militar. Através desta luta específica, sua prática transcende este objetivo pois, a partir de sua *práxis*, desenvolve-se a luta econômica de defesa dos trabalhadores rurais com sua organização buscando sempre envolver toda a família na luta pela conquista de benefícios sociais e defesa de direitos de cidadania como escola, moradia, saúde e bem estar social.

A sua visão educativa é que, na *práxis*, os membros do MST vão educando-se e educam outros trabalhadores, pois segundo Caldart (1997: 40)

O MST, enquanto movimento de luta social e enquanto organização política dos trabalhadores e das trabalhadoras sem-terra, é o grande educador/formador de quem nele participa ou com ele se envolve, devendo portanto, ser o pólo propulsor do despertar da luta em busca de uma nova sociedade.

Esta auto-educação, forjada no espaço de luta e o próprio cotidiano das escolas administradas pelo MST em assentamentos são espaços de socialização política, pois os movimentos sociais, como o MST, permitem aos trabalhadores o

aprendizado prático de como se unir, organizar, negociar e lutar, partindo em direção à formação da identidade social, à consciência de seus interesses, direitos e reivindicações, apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais. Segundo Bezerra Neto (1999: 87)

As práticas dos movimentos educam para a participação social aumentando no trabalhador o seu grau de consciência e transformando-o num cidadão-militante em defesa dos interesses das causas revolucionárias maiores tendo em vista o que realmente importa para o MST: a construção e reconstrução permanente de relações sociais mais justas e dignificadoras da nossa humanidade.

Esta concepção de educação do MST, em sua proposta pedagógica não é centrada nos marcos de nenhum modelo pedagógico tradicional existente no “sistema educacional burguês”, mas parte de um somatório de idéias educativas do educador cristão Paulo Freire, construtivistas como Piaget e marxistas como o russo Makarenko, aliadas às concepções nacionalistas de José Martí. Para Bezerra Neto (op. cit.), o MST concebe a mesma visão de Salm (apud. Bezerra Neto, op. cit.: 41) pois a educação é vista

Como uma arma na luta contra a opressão, como instrumento moral e intelectual da jovem geração da classe oprimida e base de organização do movimento socialista atual para o futuro socialista. Ela é possuidora de uma vocação redentora da miséria a que a maior parte da sociedade brasileira está submetida pelos “desmandos” da classe dirigente do país, formada por uma burguesia capitalista aliada a um segmento agrário retrogrado e mal intencionado, que procura manter o povo na ignorância como forma de facilitar a dominação dos trabalhadores por essa classe de parasitas.

Apesar da simplicidade e o conseqüente equívoco das potencialidades da educação (ela por si não pode ser redentora da miséria e também não se pode

classificar a atuação da burguesia brasileira historicamente como *desmandos*, pois os seus projetos de dominação nas várias esferas da vida societal fundaram-se em objetivos muito sólidos e racionais) o projeto e a prática de educação vivida em todo o país pelo MST aponta, peremptoriamente, para a construção da cidadania, da afirmação e da participação política de milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais deste país.

Na verdade, a visão de mundo do MST é fundamentada em Marx, pois já no século XIX, este pensador e o movimento operário vai pôr a nu a contradição entre a promessa ilustrada da igualdade, na fraternidade, solidariedade, de todos serem cidadãos, do povo soberano, da escola única, do avanço no desenvolvimento da ciência e da técnica usufruído por todos, mostrando os mecanismos através dos quais a realidade negava a utopia.

Marx realiza este feito estudando o processo de trabalho. A igualdade proposta pela nova classe que aspirava à hegemonia é a igualdade baseada no contrato entre cidadãos livres e iguais – igualdade de troca – e igualdade na lei, ou jurídica – a lei é igual para todos os cidadãos e todos os cidadãos são iguais perante a lei. O livre contrato, na verdade, viabilizou uma nova forma de domínio social, cultural e político e a legitimação de uma nova forma de exploração econômica: a apropriação do sobretrabalho. Entretanto, para o discurso ideológico hegemônico liberal, é como se não houvesse a exploração do trabalhador, visto que todos os homens são naturalmente livres, iguais e proprietários.

Vitoriosa a burguesia, nesta nova ordem, a nova realidade vai priorizar a educação como mola propulsora do projeto de modernidade burguês. A escola vai então, paulatina e primeiramente nos países europeus, ganhando importância e se universalizando. Desde Gutemberg, com a invenção dos tipos móveis, a possibilidade da massificação do livro didático já estava dada. O fato de o projeto de modernidade ter eleito a escola como forma principal e dominante de educação, deve-se, segundo Saviani (1996: 61),

As transformações que iam se operando nas sociedades. Centralmente, estas transformações de base são a urbanização e a industrialização crescentes. Nesse processo, as relações na

sociedade moderna deixam de ser naturais para serem dominantes sociais. O que significa dizer que as sociedades deixam de se organizar segundo o direito natural, passando a se organizar através do direito positivo que é estabelecido por convenção contratual (Constituição dos Estados); por outro lado, há a gradativa incorporação da ciência no processo produtivo. Estes elementos exigem domínio da escrita e a cultura intelectual passa a ser, gradativamente, uma exigência para a participação ativa na sociedade. Como consequência, é, a partir da modernidade, que educar é associado a escolarização, não sendo por acaso, segundo Saviani, que é justamente a sociedade burguesa que levanta a bandeira da escola pública, gratuita, universal, obrigatória e leiga.

Em uma sociedade dividida em explorados e exploradores, a educação assume então defensores desta nova sociedade, como Adam Smith, principal teórico do liberalismo. Smith percebe a luta de classes subjacentes nesta sociedade e a educação para as classes populares. Para ele, vai desempenhar justamente o importante papel de domesticar um operariado inculto e perigoso em suas ações espontâneas. Com Smith, as teorias liberais vão defender o ideário de que em uma sociedade formada por homens e mulheres livres, estes devem adaptar-se a esta nova sociedade das luzes e do progresso humano. Nela, para Libâneo (1977: 13)

A escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho dos papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais, por isso os indivíduos precisam aprender a se adaptar aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes através do desenvolvimento da cultura individual. A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a idéia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições. Historicamente, a educação iniciou-se com a pedagogia tradicional e, por razões de recomposição da hegemonia da burguesia, evoluiu para a pedagogia renovada (também denominada escola nova ou ativa), o

que não significou a substituição de uma para outra, pois ambas conviveram na prática escolar.

A teoria pedagógica que sustenta, atualmente, a perspectiva acima explicitada é a teoria do capital humano. Concebida no período histórico do pós-guerra, (meados dos anos 1950) em um cenário de reconstrução econômica européia e hegemonia dos Estados Unidos como potência capitalista e da União Soviética pelo bloco socialista, ela surge no contexto das novas teorias de desenvolvimento/modernização que, com Keynes, desembocam na progressiva criação do Estado de Bem-Estar Social. Também no campo pedagógico foram introduzidas as teorias tecnicistas e comportamentalistas, que traziam para a sala de aula prática bastante semelhante às do modelo fondista de produção (maior produtividade do trabalhador em menos tempo útil, genialmente satirizada por Charles Chaplin em seu filme *Tempos Modernos*).

O formulador da teoria do capital humano foi Schultz. Para ele a visão tradicional da economia clássica, que via os fatores de produção centrados em terra, capital e trabalho - como bastante e necessário para a análise da produtividade - não seriam mais suficientes no atual estágio das forças produtivas em um mundo agora bem mais complexo. De acordo com o autor, na análise do crescimento econômico moderno, além do consumo, os gastos diretos com a educação e a pesquisa constituem investimentos e estes fatores são responsáveis, em grande parte, pelo desenvolvimento econômico das nações e pela mobilidade social dos indivíduos, características da moderna sociedade capitalista. Conforme Frigotto (1995: 41) a idéia-chave da teoria do capital humano é que

À um acréscimo marginal de instrução, treinamento ou educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a idéia de capital humano é uma "quantidade" um grau de educação e de qualificação, tomando como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o

investimento em capital humano é um dos mais renováveis, tanto no plano mais geral do desenvolvimento das nações quanto no plano da mobilidade geral.

Segundo o referido autor, na concepção de educação como capital humano coexistem duas questões sobre as quais não há consenso. Uma delas diz respeito à metodologia de mensuração do impacto da educação sobre o desenvolvimento micro e macroeconômico. A outra, refere-se ao tipo de educação capaz de produzir capacidades de trabalho – produtividade e renda - centralizando-se, portanto, em um dos pressupostos básicos da teoria. Nesta última, a discussão gira em torno do que produz a capacidade de trabalho, polemizando se o que a escola desenvolve com os alunos são conhecimentos e habilidades técnicas específicas ou valores e atitudes necessários ao mundo da produção.

]Dois outros aspectos ocupam a preocupação deste autor. Um deles é de ordem ética e consiste na explicação, sempre repetida, de que o capital humano é o valor dos investimentos realizados na educação, instrução e aquisição de habilidades por parte das pessoas e que não caracteriza, de forma alguma, o valor das próprias pessoas. O outro é de ordem teórica e política e diz respeito à constante demarcação e contestação de uma das teses básicas defendidas por Marx: a de que, na relação capital/trabalho, há a exploração da força de trabalho pelo capital mediante a apropriação, pelo capitalista, da riqueza (capital) produzida pelo trabalho.

A difusão da *Teoria do Capital Humano*, como forma de solucionar as desigualdades entre países e indivíduos, e de promover desenvolvimento, principalmente econômico, foi rápida nos países do Terceiro Mundo e nos latino-americanos. Esta difusão aconteceu, principalmente, por meio da ação dos organismos multilaterais: no plano internacional, BID, BIRD, OIT, UNESCO, FMI, entre outros e no plano regional, CEPAL.

No final do século XX, sob as transformações mundiais em curso: terceira revolução industrial, globalização, neoliberalismo, mudanças no papel do Estado nacional, hegemonia do capital especulativo (dinheiro que gera dinheiro pela circulação de ações) queda do socialismo real, mudanças nos padrões culturais,

verifica-se que a *Teoria do Capital Humano* é reeditada e se apresenta como a *Pedagogia da Qualidade Total*. Esta pedagogia configura-se na transposição do conceito de qualidade, decorrente das práticas modernas do mundo empresarial (gestão e otimização dos meios e recursos) para o campo educacional.

A teoria do capital humano, na verdade, compreende e propaga uma visão economicista onde seria *natural* a sua transformação num bem de produção (capital) onde só restaria a adequação da educação às necessidades do Deus-mercado, do mercado de trabalho cada vez mais exigente da empresa capitalista. Teorias liberais, como estas, apresentam-se na mídia, nas empresas, na academia e nos órgãos governamentais com a força dos dogmas e nelas as raízes da desigualdade, que é intrínseca ao modo capitalista de produção, não se encontra na esfera da produção, e sim na esfera da política (distribuição diferenciada do poder) ou na esfera da cultura (na distribuição desigual das oportunidades educacionais).

Em uma sociedade de homens livres e iguais bastaria a igualdade de oportunidades educacionais para se obter a viabilização da ascensão social e econômica aos que, individualmente, seriam os mais habilidosos no aproveitamento das oportunidades. Vê-se então quão poderosa é esta construção ideológica do capitalismo moderno, pois a finalidade precípua da educação seria formar indivíduos para o mercado e ao mesmo tempo sedimentam-se os valores culturais que coesionam o tecido social no sentido da manutenção da ordem, a ordem burguesa- liberal. Para Frigotto (op. cit.: 78)

As Teorias Liberais hegemônicas, sob a forma Clássica, de Estado do Bem-Estar ou agora, com o chamado Neoliberalismo, se esquecem que, juntamente com a esfera da cultura e da política, a esfera da produção é responsável pelas desigualdades materiais e pela posição social dos indivíduos, grupos, classes, nações e blocos econômicos (Marx enfatiza justamente esta esfera). O grande impasse é que, sem a alteração das três esferas, consubstanciadas numa visão de desenvolvimento que tenha o ser humano como centro, dificilmente ter-se-á uma sociedade em que todos possam usufruir as “benesses” do desenvolvimento técnico-

científico e liberar-se do trabalho restrito à garantia da sobrevivência, que consome todas as energias, para poder desenvolver-se omnilateralmente. Quando isto se efetivar, será porque os homens fizeram, pela sua práxis, a possibilidade transformar-se em realidade e aí estar-se-á vivendo sob uma nova ordem, isto é, sob a hegemonia de uma outra concepção de sociedade, de homem e de mundo, sob uma nova forma de organização social, política e econômica da sociedade.

É por isso que o papel social da educação vem marcado por concepções conflitantes e contrárias. Para Arroyo (1991) a um projeto de classe deve corresponder um projeto de classe antagônica, com a intencionalidade de apropriação e redefinição desse projeto a serviço de interesses de classe e não a serviço da ascensão e melhor sorte de alguns indivíduos. Para este autor, a contra-ofensiva dos setores progressistas à redução da escolarização às necessidades do mercado e a privatização do público foi o movimento de renovação pedagógica iniciado no final dos anos 1970. A ênfase deste movimento, ao mesmo tempo em que compreende as determinações históricas da escola, potencializa o seu papel, como um campo de luta, para a superação das contradições sociais e para a emancipação das classes subalternas.

A década de 1980 foi um momento forte de retomada de consciência dos direitos e da necessidade de integração social qualificada das classes subalternas. Ao mesmo tempo, foi um tempo forte de tomada de consciência das relações entre a educação, o protagonismo político das classes subalternas, sua participação efetiva nas decisões – o que supõe participação, e construção de um novo projeto de sociedade.

Com a emergência nesta década dos mais variados movimentos sociais no Brasil pós-ditadura: campanha das diretas-já, pró-constituente, redemocratização etc. irrompe a visão da educação como ligada umbilicalmente à questão da cidadania e da democracia. Mas subjacente a esta necessária ligação é preciso que se descortine a questão do poder. Também a cidadania não pode ser deslocada da questão do poder, pois se a sociedade encontra-se dividida em interesses, conflitos, antagonismos e lutas, o poder e sua natureza, a legitimidade

de seu exercício, a quem ele beneficia ou deixa de beneficiar será, em última análise, só vislumbrada e aprofundada dissecando-se o poder.

Para Arroyo (2002) a ênfase na educação para a cidadania se alimenta de uma concepção da história como processo inexorável da barbárie à civilização, da miséria à felicidade de todos, da exploração à liberdade, processo que se consoma na sociedade industrial-capitalista. Como manter essa concepção linear e triunfalista do progresso capitalista numa realidade como a nossa, em que a exploração e a miséria da maioria são tão evidentes, e quando a história mostra que as promessas, sempre repetidas pela burguesia, seus gestores e intelectuais, não só não se realizam, mas são irrealizáveis? Só uma visão crítica do progresso capitalista e de suas formas sofisticadas de exploração e de embrutecimento do homem nos permitirá equacionar devidamente os limites reais impostos por esse progresso à participação e à cidadania, e nos mostrará a utopia pedagógica.

No pensamento educacional é freqüente condenar o Estado oligárquico como antiliberal, excludente e incapaz de equacionar as demandas de participação política das camadas populares, e esperar do chamado Estado moderno e da burguesia a vontade e a capacidade de equacionar e garantir esses direitos e de criar uma ordem igualitária, meritocrática e aberta. Se esse ideal não acontece, ou ocorre lentamente, seria porque os setores tradicionais, antiliberais, se opõem a essa função democratizante do Estado.

Para Vianna; (apud. Arroyo,1981: 260),

O liberalismo não é uma idéia fora do lugar, ao contrário, é uma idéia bem posta no lugar. Esteve presente na Velha República e na Nova. Não foram as elites tradicionais antiliberais que impediram o projeto democratizante das elites modernas, mas estes é que “não foram capazes de superar o marco excludente, restritivo, autoritário, elitista... e de integrar e incorporar a questão da democracia, particularmente, a questão das classes subalternas e da classe operária em particular.

E acrescenta que a burguesia brasileira nunca foi liberal verdadeiramente e que torna-se necessário rever a relação tão mecânica entre aumento dos níveis de

igualdade social, via acesso à educação escolar, e a participação política. Ambas não vão necessariamente juntas, ao contrário, paradoxalmente, podem se distanciar. A participação política passa pelo aprimoramento das instituições de representação e participação. A tendência tem sido fechar esses canais à medida que as camadas populares e os trabalhadores mostravam estar mais educados e organizados para a participação. Conseqüentemente, é ingênua a visão que pensa que o problema político do Brasil estaria em termos um Estado moderno, elites liberais e um povo atrasado, ignorante, despreparado para a participação.

Essa visão cai na ilusão de esperar do Estado o papel de tutelar e educar o povo para a participação. O que os cientistas políticos vêm mostrando é que o Estado tem agido historicamente como controlador da cidadania das classes trabalhadoras, a cidadania regulada ou a fórmula corporativa que, dissimulando o caráter excludente do sistema político, abre apenas canais de participação política controlados pelo Estado, restringindo a movimentação dos grupos sociais.

É o próprio Estado brasileiro, privatizado por ação política das elites e implementador de práticas econômicas e sociais excludentes, o garantidor deste modelo. Assim, é muito cômodo debitar as dificuldades para uma maior participação popular às próprias classes populares, ao seu despreparo para a “verdadeira” cidadania do que localizá-la nas próprias elites.

Esta é uma prática pedagógica muito usual em nosso país. Para superar esta utopia pedagógica e a ilusão do Estado educativo, Arroyo (op. cit.: 79) se vale das análises de Mac Pherson (1968) quando este afirma “*Que as democracias liberais que conhecemos foram liberais primeiro e democráticas depois.*” (grifos nossos).

Destruições das máquinas, as associações de operários fabris, a comuna de Paris, o movimento anarquista, os sindicatos e imprensa operários, as internacionais socialistas, a ação teórica dos revolucionários etc. foram mais que necessárias para a construção da democracia. Isso é o fato histórico verdadeiramente que importa e não a ação do Estado. Assim, continua Mac Pherson (apud. Arroyo, op. cit.:79).

A tarefa do Estado liberal era manter e impulsionar a sociedade liberal, que não era essencialmente uma sociedade democrática nem igualitária. As liberdades democráticas foram introduzidas posteriormente. Não chegaram facilmente nem de bom grado, foram necessárias muitas décadas de agitação e organização mercantil. As garantias democráticas foram acrescentadas somente quando a classe operária tinha se tornado suficientemente forte para entrar no jogo e para exigir que se reconhecesse sua presença no processo competitivo; as liberdades democráticas foram resultado de pressões de movimentos populares contrários à sociedade mercantil e capitalista.

Partindo-se deste ponto é preciso fazer uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e participação política. A educação não pode ser vista, então, como apenas aquela que é construída pelos sistemas regulares de ensino (governamentais ou privados) e sim na própria gestação do povo como sujeito político em suas manifestações, nas lutas e estratégias de sobrevivência, no cotidiano, na cultura popular, nas lutas em que foram derrotados, como em Canudos. Enfim, nos processos históricos formadores e formatadores do povo enquanto sujeito histórico.

Na concepção de Arroyo (op. cit.: 80), entender como se vêm constituindo as classes como sujeitos de ação política é fundamental para equacionar devidamente qualquer projeto educativo a serviço dessas classes.

Em síntese é fundamental captar se a cidadania se constrói através de intervenções externas, de programas e agentes que outorgam e preparam para o exercício da cidadania, ou, ao contrário, a cidadania se constrói como um processo que se dá no interior da prática social e política das classes.

A primeira interpretação é a mais freqüente na concepção político-pedagógica e moralista da história: a cidadania como doação da burguesia e do Estado moderno. Antes, somente teríamos motins, revoltas, protestos, manifestações pré-políticas, reações biológicas de estômagos vazios. Essa visão

aristocrática e elitista não é capaz de descobrir qualquer traço de defesa de direitos, qualquer sentido político no comportamento popular.

Recorre-se então a necessidade de um Estado forte para responder às demandas populares e para induzir a modernização e a criação da democracia liberal neste país. Nos graves indicadores sociais, no poder do latifúndio improdutivo, na infância abandonada, na criminalidade assustadora, no analfabetismo de milhões de pessoas, na corrupção oficial, no açambarcamento do público pelo privado etc. vê-se a falácia deste Estado almejado pelos liberais. Nesta visão, o Estado construirá a democracia para o povo, que a receberá como dádiva. Para Arroyo (op. cit.: 81),

Colocando o problema de democracia nesses termos, se ocultam os processos centrais de constituição da cidadania e da democracia: os processos sociais através dos quais as camadas populares agem como sujeitos políticos de reivindicação nos movimentos, as formas de organização que se fortalecem, o poder popular que aumenta, ou seja, o próprio processo político-pedagógico de construção da identidade popular que se dá no confronto povo-Estado. É aí que a democracia avança e se constrói.

Não é isso que é destacado quando se proclama o direito do povo à educação e o dever do Estado em garanti-la, como expressão da cidadania e da democracia. O que se destaca é como o Estado avança e, com seus gestos democráticos, constrói a democracia. O ponto central – o povo avançando porque lutando como expressão de democracia – não só é ocultado, mas freqüentemente é reprimido como desordem.

A história dos últimos séculos mostra que a burguesia e o Estado têm conseguido incorporar na lógica da sociedade mercantil a maioria dos objetivos de reivindicação do povo comum: moradia, transporte, escola, saúde. Porém, o que é difícil de incorporar são os processos sociais, as formas de organização autônoma, a identidade e o poder popular construídos nesses processos de reivindicação. O ideal de democracia e de cidadania para a burguesia e seus

gestos e intelectuais seria aquele em que os direitos fossem atendidos sem o fortalecimento das camadas populares e do operariado, ou em que os direitos de cidadania fossem atendidos sem termos cidadãos.”

Assim, através de uma visão alargada de educação, como construidora da cidadania, dos direitos no processo mesmo das lutas populares é que podemos entender a relação necessária, política, entre cidadania e educação. Neste entendimento, também para Arroyo (op. cit.: 82), é aí que encontra-se

O espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. A educação não é uma pré condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição.

A cidadania, então, só nesta perspectiva é que pode ser entendida como competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada. Os competentes principais dessa competência são organização política, educação, identidade cultural e informação. Quando afirmamos estes pontos vemos que podemos exemplificar na *práxis* do MST no Brasil. Todos estes componentes estão na base da sua emergência histórica. Suas lutas inscrevem-se, então como um processo emancipatório, fundado na capacidade crítica para só então, intervir na realidade e transformá-la a partir de seus interesses.

Para Demo (1995: 3))

Cidadania é a raiz dos direitos humanos, pois estes somente medram onde a sociedade se faz sujeito histórico capaz de discernir e efetivar seu projeto desenvolvimento. Cidadania é fundante com respeito ao Estado, pois este, por mais que seja necessário e, sobretudo, inevitável como instância delegada de serviço público, não precede e muito menos conduz a cidadania. A relação social e historicamente correta é a contrária.

A este fazer-se sujeito histórico através das lutas populares, da sua organização política corresponde um sujeito autônomo emancipatório que vai se contrapor a uma cidadania tutelada ou assistida. A primeira é a gestada nas elites econômicas e políticas, em que, através do clientelismo e do paternalismo, tem-se a cidadania como dádiva ou concessão de cima. A segunda, mesmo sendo fruto das conquistas históricas das classes populares, é insuficiente, pois não se confronta com o Deus moderno, o mercado, reproduz a pobreza política da aceitação do fim da história, do regime capitalista como sendo a máxima formação societal criada pela humanidade.

A cidadania emancipada é uma veia aberta de possibilidades para construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária, objetivo último daqueles que, histórica e coletivamente buscam construir o bem comum. Os três tipos de cidadania trabalhados por Demo (op. cit.): a cidadania emancipada, a tutelada e a assistida tornam-se mais concretas quando observamos como se apresentam o Estado, as relações de mercado, as relações sociais, as fases históricas, o papel do mercado, a pobreza, a democracia, o tamanho do Estado, os direitos humanos, a organização popular, a ética, a ideologia, as políticas sociais, as relações sociais.

Através destas categorias analisadas na tipologia criada por Demo (op. cit.), encontramos a cidadania qualitativa que aponta para a construção de uma verdadeira democracia, fundada no direito radical de participação superando a pobreza política e com capacidade de intervenção autônoma, alternativa e organizada. Conforme Demo (op. cit.:98) *“Democracia somente existe se a população se organiza para controlar o acesso e o desempenho do poder. (grifos nossos)..*

A seguir apresentamos os quadros correspondentes à tipologia de Demo.
QUADRO I

ESTADO VISTO PELOS TIPOS DE CIDADANIA				
CIDADANIA	DEFINIÇÃO	FUNÇÃO	CONSTITUIÇÃO	TAMANHO
Emancipada	serviço público	Equalização de	Democrático (direto)	legítimo e necessário

		oportunidade; redistributivo		
Tutelada	apropriada privadamente	Reserva de privilégios e vantagens	Força, exceção, privilégio	mínimo
Assistida	Proteção	Distributivo	Assistencial	máximo

QUADRO 2

TIPOS DE CIDADANIA FRENTE ALGUMAS DIMENSÕES SOCIAIS			
CIDADANIA	TUTELADA	ASSISTIDA	EMNCIPADA
relações de mercado	Mais-valia absoluta; submissão	mais-valia relativa “civilização”	Meio, instrumento
relações sociais	pobreza econômica e política	pobreza política	Competência
fases históricas	capitalismo perverso	welfare state	Sociedade alternativa
papel do mercado	regulador absoluto	regulador final	meio
Pobreza	marginalização das maiorias	classes médias majoritárias no centro	residual
Estado	Subserviente	Protetor	Serviço público
Democracia	Para o capital; clientelismo para a sociedade	para o centro do sistema; social democracia	Popular; equalização das oportunidades
tamanho do Estado	Mínimo	Máximo	Necessário-legítimo
Direitos Humanos	Concessão	assistência/proteç ão	Conquista
organização	Reprimida	controlada/protegi	Base política

popular		da	
Ética	Nenhuma	dos mínimos	equidade
Ideologia	Liberal	Neoliberal	Democrática
políticas sociais	controle e desmobilização; setorialista-residual	e direitos sociais ampliados; setorialista-assistencial	Desenvolvimento humano sustentado; matricial

QUADRO 3

CAPITALISMO	SOCIEDADE ALTERNATIVA
MERCADO	CIDADANIA
Regulador da cidadania	Reguladora do mercado
Exclusão das memórias	Inclusão das maiorias
Gerador de periferias	Equalizador de oportunidades

QUADRO 4

EXPECTATIVA DA CIDADANIA FRENTE AO MERCADO		
TUTELAR	ASSISTIDA	EMANCIPADA
Servir	Civilizar	Dobrar
Liberal	Neoliberal	Pós-liberal
Tutela	Assistência	Emancipação
fim absoluto	fim, em última instância	Meio, instrumento

QUADRO 5

CIDADANIA TUTELAR	CIDADANIA ASSISTIDA	CIDADANIA EMANCIPADA
Mercado livre:	Mercado civilizado:	Mercado-instrumento,

regulador absoluto	Economia de mercado e Estado protetor	Cidadania-fim
Dependência total frente à elite	Dependência frente ao Estado	Autopromoção e autosustentação (competência)

QUADRO 6

TIPOS DE CIDADANIA E ALGUMAS RELAÇÕES SOCIAIS			
(Relações)	TUTELAR	ASSISTIDA	EMANCIPADA
RENDA	Concentrar	distribuir	Redistribuir
PODER	Monopolizar	conceder	Democratizar
RELAÇÕES DO MERCADO	Servir	civilizar	Dobrar
CIDADANIA	tutelar, via clientelismo	assistir, via populismo	Emancipar, via competência
SOCIEDADE	Iníqua	welfare no centro	Equidade para todos
MERCADO	regulador total	regulador final	regulado instrumentalmente

4.2 – Modernidade e Partido Político

O Partido dos Trabalhadores (PT), através de suas lutas históricas, e sua inserção na sociedade brasileira tem contribuindo enormemente para a construção da democracia no Brasil. Isso porque esta nunca foi praticada conforme é entendida modernamente, como faz Coutinho (1997: 145), por exemplo. Para este a democracia só pode ser compreendida como

A presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na

formação do governo e, em consequência, no controle da vida social.

Por isso pode-se também dizer, com Chauí (1995) que, no Brasil, a democracia ainda está para ser inventada. Sabendo-se, através da vasta bibliografia publicada a respeito, de como as classes populares foram alijadas pelas elites do processo político e econômico formador desta nação, podemos concordar com Lima (apud. César, 2002: 49) quando afirma que

Não é porque nunca existiu uma democracia ampla que as classes populares não participavam politicamente e estavelmente do sistema político brasileiro, mas é o inverso. É porque as classes populares nunca alcançaram um grau de organização política suficiente para impor a sua participação autônoma e estável que não houve ainda democracia política no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores viria suprir esta deficiência das classes populares em sua organização, pois este partido, fundado há 10 de fevereiro de 1980, seria a estrutura de mediação entre o povo e o poder surgido sob a matriz do socialismo democrático (democracia com justiça social). Para Sader (apud. César, op. cit.) o Partido dos Trabalhadores, abrigando e agrupando antigos militantes dos anos 1960, democratas radicalizados, novos movimentos cristãos, intelectuais de esquerda, pequenos grupos remanescentes da velha esquerda – trotskistas ou maoístas, não surgiu com uma doutrina e uma linha política definidas. O partido nascia estreitamente ligado à sociedade civil, às mobilizações de suas organizações, às lutas das minorias, às mobilizações de suas organizações, às lutas das majorias, às reivindicações libertárias.

Os que afirmam o primado da novidade do PT são *abastecidos* pelas formulações teóricas de Duverger, pois as análises decorrentes das teorias do sociólogo francês apontam para o fato de que se deve ao aparecimento dos partidos de recorte classista e de inclinação socialista o marco fundante da modernidade política das sociedades desenvolvidas contemporâneas.

Conforme César (op. cit.: 21):

Os partidos classistas e ideológicos surgidos historicamente na Europa Ocidental a partir de meados do século XIX, como expressão política do proletariado emergente, seriam componentes intrínsecos aos processos de diversificação e complexificação sociais decorrentes do desenvolvimento econômico, onde quer que ele ocorra. Assim, a existência do Partido dos Trabalhadores poderia ser entendida como uma evidência do ingresso no Brasil no rol das nações politicamente modernas, representando contribuição positiva para a consolidação democrática no país.

Próximo a esta linha de pensamento, César (op. cit.: 23) também relaciona o italiano Cerroni, que destaca os partidos políticos operário-socialistas como partido moderno sem sombra de dúvidas e sendo a “presença de tais partidos na arena político-institucional – mesmo sem abandonarem sua perspectiva revolucionária – que deflagra o processo de transformação do sistema político.”

O desenvolvimento brasileiro viabilizou-se politicamente mantendo padrão de dominação tradicional no país: a inclusão política restrita, via controle estatal, caracterizada pela exclusão social de grandes parcelas da população, pela dependência das classes sociais frente ao Estado e pela incapacidade deste de manter sequer o funcionamento das instituições liberais-burguesas. A implementação das relações sociais capitalistas no Brasil, foi realizada de forma politicamente dependente deste mesmo Estado, ao lado de uma imensa massa de segmentos sociais na maior parte inorganizados e mantidos à margem dos benefícios do desenvolvimento econômico. Nunca se constituiu no Brasil, portanto, uma sociedade civil forte e autonomamente organizada, com sujeitos políticos plenamente consolidados.

Neste país, de tradição elitista e autoritária, o PT surgiu no final dos anos 70, período de intensificação do processo de modernização econômica, propondo-se representar os excluídos, a “classe trabalhadora”, na perspectiva de construção do socialismo. Esta classe trabalhadora que o PT se propõe representar não teria mais o sentido clássico do proletariado, pois esta categoria sofreu, modernamente transformações advindas da complexidade societal após a década de 1970. Através da articulação de um bloco social e político o PT constrói, para César (op.

cit.:344) “algo que se poderia referir como uma nova classe social, com identidade própria e composta por segmentos sociais diferenciados mas indubitavelmente vinculados ao mundo do trabalho.”

Assim, o PT não teria nenhuma similitude com os partidos socialistas clássicos atuantes nas sociedades industriais do século XIX e da primeira metade do século XX e muito menos com os partidos-ônibus, pois estes, modernamente, não possuem limites classistas determinados, mantendo perfil ideológico pouco definido, e atuação restrita ao âmbito institucional e centrado nas atividades eleitorais, enquanto o PT caracteriza-se pela afirmação classista, pelos limites de sua base social e pela presença partidária não apenas em atividades eleitorais, mas principalmente nos movimentos da sociedade civil.

Se a representação das classes populares junto ao PT vem se dando ao longo dos anos desde a sua fundação até por findar na consagradora eleição de Lula a presidente do Brasil, pode-se dizer que o enraizamento social do partido é confirmado, como diz César (op. cit.: 32),

Pelo desempenho eleitoral de seu candidato à Presidência da República, nos dois turnos da eleição de 1989, e pelo segundo lugar conquistado na eleição de 1994 quando, enfrentando as forças de centro e de direita, o PT viu aumentada sua votação em 67% frente ao total obtido no primeiro turno de 1989. Além disto, analisando-se o total de votos obtidos pelo PT desde a primeira eleição de que participou, pode-se verificar que este partido acumulou um crescimento eleitoral de quase 900% em apenas 12 anos, já que, partido de patamar de 3,1% dos votos válidos nas eleições de 1982, ele alcançou 27% deste mesmo total em 1994.

O PT pôde então, a partir do seu crescimento eleitoral, formular ao Estado brasileiro (excludente e autoritário, como já vimos) demandas diferenciadas provindas das classes populares e divergentes das praticadas por este mesmo Estado e de acordo com as elites que até então o governaram. Além de demandas, o Partido dos Trabalhadores, ao conquistar importantes prefeituras em diferentes Estados pôde mostrar, na prática, a aplicabilidade de suas propostas.

Ao explicitar teórica e concretamente suas divergências com o modelo econômico, político, cultural e social implantado historicamente no país, o PT atinge um ponto crucial na construção de uma democracia pluralista, contemporânea.

Com a afirmação de seu diferencial, criam-se as condições para a entrada em cena da arena política do outro, do divergente, do dissenso. Isso é de uma importância vital para a construção da democracia.

Neste processo, por um outro lado, conforme César (op. cit.: 371)

Os partidos tornam-se aptos não apenas para articular as identidades autônomas das classes ou forças sociais sobre a qual se ancoram, mas principalmente para agregar interesses diversos sob um projeto político-societário global e minimamente delineado. Por outro lado, o Estado capacita-se para conciliar, através de regras democráticas estáveis, mas ao mesmo tempo flexíveis e dinâmicas, a necessária eficiência administrativa e a indispensável participação popular em sua própria gestão. Abre-se então, com verso e reverso sociais e políticos já suficientemente firmados, as condições que permitem a construção do transverso.

Através da trajetória do PT no Brasil, alarga-se também a compressão do Estado como sociedade política e a concepção do poder como relações de forças sociais, fazendo com que seja gestada uma nova forma de conceber as relações entre o Estado, sociedade e as classes populares, valorizando-se a sociedade civil como um importante espaço de disputa de hegemonia, buscando-se assim, a compatibilização da luta pela democracia com a busca da justiça social. Surge o dissenso, e através dele, a possibilidade de se fazer política no Brasil de outra forma, criar novas realidades a partir de outra visão de sociedade e de relações sociais. Este é o desafio permanente para o PT, pois conforme César (op. cit.: 272)

Empenhado na construção de uma identidade classista autônoma e de um projeto político-societário independente, o PT quebra, com sua presença e atuação na arena de disputas políticas, a constante histórica de exclusão popular e cooptação política no Brasil.

Primeiro partido institucional e de massas no país a se constituir à margem do Estado e em contestação aberta às elites que tradicionalmente o dominam, ele organiza parcelas significativas dos segmentos sociais populares ligados ao novo mundo de trabalho, dotando-os de um veículo capaz de expressar suas demandas e de disputar o poder de Estado e, com isso, torna possível que simples atores sociais transformem-se em sujeitos políticos efetivos. Criam-se, assim, não apenas as condições que permitem a segmentos sociais trabalhadores romper com as situações de subordinação a que historicamente viram-se submetidos, quando também as condições que obrigam os demais segmentos, categorias ou agrupamentos sociais a se reconhecer e se organizar, visando a construir vias institucionais através das quais possam expressar seus interesses e articular seus projetos. Geram-se, desta forma, em decorrência da ação do PT, num só movimento, o verso e o reverso na sociedade brasileira, cumprindo-se finalmente a condição preliminar e imprescindível para a edificação da democracia pluralista: a do auto-reconhecimento e de reconhecimento dos outros sociais.

Como foi demonstrado no capítulo *O Público e o Privado na Formação Histórica do Brasil*, os grandes proprietários, com seu imenso poder, desde cedo trataram de privatizar o poder no Brasil de acordo com seus interesses individuais fazendo com que não existisse, em nossos primórdios, um poder que pudesse ser chamado público, isto é, que pudesse ser a garantia dos direitos de todos perante a lei, que pudesse ser a garantia dos direitos civis.

Os exemplos da privatização do público são inúmeros, como a própria justiça que é historicamente a garantia dos direitos civis, ter-se tornado através do imenso poder dos grandes proprietários, um simples instrumento do poder pessoal. A autoridade máxima nas localidades eram os capitães-mores das milícias. Apesar de possuírem uma investidura real, sua escolha era sempre feita entre os representantes da grande propriedade. Com as mudanças históricas vieram as eleições, mas como não existia uma verdadeira cidadania, o processo eleitoral não era o exercício de um direito de cidadão, mas expressão do domínio

político local. O chefe político local não podia perder as eleições pois isso significava perda de controle de cargos públicos, como os delegados de polícia, de juiz municipal, de coletor de rendas, de postos na guarda nacional.

Nesta última está a ordem dos *coronéis* cuja gênese e forma de atuação foram mostradas por Leal (1949). Modernamente, através da corrupção governamental, da utilização dos fundos públicos para fins privados (centenas de exemplos) surge a necessidade de desprivatização do poder público. Esta é uma exigência da cidadania.

O Partido dos Trabalhadores vai romper com esta tradição brasileira, pois, conforme César (op. cit.: 375), o PT cria

Ao organizar de forma independente o novo bloco dos trabalhadores, uma condição fundamental para que seja possível o respeito ao dissenso e, com ele, a disputa e o partilhamento do poder de Estado através de regras democráticas socialmente pactuadas e consensualmente aceitas. Numa sociedade como a brasileira, em que a tradição foi a privatização da política, o PT gera o reverso, exigindo sua publicização. Contribui, desta forma, para o processo de construção de uma esfera pública que se transforme, efetivamente, em arena de disputa de interesses sociais diferenciados, de sujeitos sociais públicos, estabelecendo assim, as condições mínimas para que se inicie a superação do problema constitucional do país. Sua postura produz conseqüências mais amplas para o sistema político brasileiro do que a defesa dos interesses específicos do bloco por ele representado: cria uma condição primeira para a constituição do transversal, da interlocução e do diálogo, capazes de garantir decisões políticas compartilhadas. Sua contribuição adquire um caráter fundamental na medida em que, em sociedades em processo de modernização, como tende a ocorrer no Brasil, a reprodução não apenas do capital mas também do trabalho não se dá mais prioritariamente na esfera privada, “mas sim na esfera pública e negociados entre sujeitos políticos plenamente constituídos.

Com a recente eleição para Presidente do Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva o Partido dos Trabalhadores vira uma página de sua história. Se mais de 60% dos brasileiros depositaram suas esperanças no partido e em seu candidato, as dificuldades serão imensas para construção de um país socialmente mais justo, moderno e democrático, sem a exclusão social construída historicamente (como vimos nos capítulos anteriores) e que permanece no Brasil contemporâneo.

A favor do PT para a realização desta difícil missão, existe o fato incontestável de que sua trajetória até aqui o credencia para tamanha responsabilidade. O seu trabalho de organização das classes populares, a sua inserção nos novos movimentos sociais (MST, sem-teto, movimento negro, das mulheres, das prostitutas etc..) tais como o orçamento participativo etc, faz com que a sua presença seja afirmadora da construção aqui e agora, de um novo Brasil.

Por fim, concordamos com César quando este nos diz que o PT está diante de um duplo e difícil desafio. O primeiro deles faz com que o PT se veja frente à necessidade de, sem abandonar a defesa dos interesses do bloco social por ele representado, construir um projeto político-societário capaz de articular os interesses díspares de sua base social com os do amplo espectro de segmentos sociais que compõem a complexa sociedade brasileira contemporânea. O segundo desafio, agravado pela hegemonia incontestada que o capitalismo exerce neste momento em todo o mundo, implica na busca da construção de um novo projeto socialista.

Se a democracia pressupõe o reconhecimento do *outro* e a criação do verso e reverso, sendo o conflito inerente à construção democrática, acreditamos que o PT, afirmando-se classista e socialista, contribui, como exemplificaremos mais adiante para a construção da prática e da cultura democrática nesse país.

CAPÍTULO 5 – O Financiamento da Educação no Brasil

5.1– Histórico do Financiamento

Ao analisarmos a história da educação no Brasil e o seu financiamento, vimos que a dinamização da colonização foi necessária para responder às exigências da política colonial de Portugal. Essas exigências seriam a de, prioritariamente, organizar a empresa colonial conforme os interesses das camadas dominantes portuguesas, em especial do componente capitalista-mercantil que iriam determinar o produto, a quantidade e a forma de ser produzido, bem como os elementos dispostos e em condições de produzir. Para isso o rei de Portugal, no ano de 1532, decidiu adotar o regime de capitanias hereditárias no Brasil. De 1534 a 1536 são criadas catorze capitanias com o objetivo de tornar possível o povoamento, a defesa, bem como a propagação da fé católica. No regimento editado por D. João III (1548) consta em suas diretrizes, uma referente à conversão dos indígenas a fé católica pela catequese e pela instrução. Assim, em 1549 chegam, com Tomé de Souza, os primeiros jesuítas chefiados pelo Padre Manoel da Nóbrega. Nesta empresa colonial, os jesuítas deveriam fundar colégios que receberiam subsídios do Estado Português necessários ao estabelecimento das missões. Assim, planejou-se a criação dos recolhimentos, nos quais se educaram os mamelucos, os órfãos e os filhos dos principais (caciques) da terra, além dos filhos dos colonos brancos dos povoados em regime de externato. Cedo perceberam a não adequação do índio para a formação sacerdotal católica e os colégios jesuíticos passaram a ser o instrumento de formação da elite colonial.

Segundo Ribeiro (2000: 28), os recursos necessários a esta empreitada proviam

Do padrão de redízima, colocado em execução a partir de 1564 e que estabelecia 10% de toda arrecadação dos dízimos reais (impostos) em todas as capitanias da colônia e seus povoados, ficavam para sempre vinculados à manutenção e sustento dos

colégios jesuítas. Para se avaliar a magnitude e a importância dos jesuítas nos primórdios da nossa formação, esta ordem possuía, quando de sua expulsão, em 1759, 36 residências, 36 missões, 17 colégios e seminários sem contar as escolas de ler e escrever.

Este período histórico, até 1759, é considerado por Saviani (Apud Ramos, 2001: 4) a versão brasileira da educação pública religiosa, pois a partir daí “as reformas modernizantes, inseridas por Pombal na educação da colônia e inspiradas no laicismo de base iluminista, instituem o privilégio do Estado em matéria de instrução, surgindo assim, a versão da educação pública estatal.”

Portugal, a par de suas imensas dificuldades econômicas, na verdade não contribuiu para que o Brasil tivesse um verdadeiro sistema nacional de ensino. A independência política do país também não concorreu para que isso ocorresse, pois ainda em 1823, seria declarada livre a educação para o povo, eliminando o privilégio do Estado, estabelecido deste Pombal e abrindo caminho à iniciativa privada. A ausência do Estado, em sua responsabilidade com a educação, é histórica no Brasil, atravessando séculos de nossa formação. Assim é que, conseguida a autonomia política em 1822, surge a necessidade da constituição e esta, tratando da educação, diz em seu projeto (art. 250). Segundo Silva (apud. Ramos, op. cit.:45), “haverá no império escolas primárias em cada termo, ginásio em cada comarca, e Universidades nos mais apropriados locais.” Porém no texto constitucional outorgado esta idéia de sistema nacional de educação é abandonada, pois em seu artigo (179) que trata da educação os termos são completamente diferentes: “A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela constituição do império, entre outras maneiras, pela instrução primária gratuita a todos os cidadãos”.

Esta só seria levada aos filhos dos homens livres o que a limitaria enormemente. Conforme Silva (apud. Ramos, op. cit. 58) inicia-se assim a política das elites brasileiras de desresponsabilizar o Estado e suas obrigações, pois o Ato Adicional de 1834, que (des)responsabilizou o Estado.

Colocou o ensino primário sob a jurisdição das províncias, que não se encontravam em condições técnicas e tampouco financeiras para promover a difusão do ensino. Desse modo, atravessou-se todo o século XIX sem que a educação pública fosse incrementada. O que colocou o Brasil numa situação de defasagem cem anos, mesmo em relação aos países vizinhos como Argentina e Uruguai.

A proclamação da República trouxe a abolição da obrigatoriedade do ensino religioso significou, ao menos no plano institucional, uma vitória das idéias laicas. Todavia, ainda não foi nesse momento que a “educação popular” se tornou uma responsabilidade efetiva do Estado Nacional, servindo de argumento para isso o fato de no império a instrução encontrar-se descentralizada, devendo assim permanecer no sistema de governo republicano, cuja maior característica era a descentralização. Assim, mais uma vez se postergou a organização nacional da instrução popular, mantendo-se o sistema primário sob a responsabilidade das antigas províncias, agora transformadas em Estados federais.

Esta desresponsabilização do Estado também é notada por Monlevade (apud Ramos, op. cit.) para quem “esta é uma tendência educacional brasileira, que vai perdurar até 1931: a de resolver a demanda pela desresponsabilização do poder central, pela descentralização e compartilhamento da oferta com o poder local e com os particulares”.

Este quadro da educação nacional só vai mudar, efetivamente, a partir das transformações sócio-econômicas e políticas que o Brasil viveria a partir de 1900. Até esta data a situação da educação nacional era catastrófica, pois segundo Paiva (1987: 88)

O censo de 1890 informava da existência de 85,21% de iletrados na população total e o de 1900 encontrou 75,78%. Esses indicadores eram motivo de vergonha para a intelectualidade brasileira do início do século. A partir da Primeira Guerra Mundial e das modificações que ela acarretou na vida do país – configura-se uma nova situação no panorama das discussões dos problemas educacionais brasileiros. Atribui-se à precária difusão do ensino a

responsabilidade por todos os nossos problemas e inicia-se uma intensa campanha contra o analfabetismo. Esta luta se transforma no decorrer dos anos 20, quando aparecem os primeiros “profissionais da educação”, introduzindo as idéias da escola renovada e estimulando as preocupações com a qualidade do ensino. Todo esse redimensionamento dos problemas educacionais observado nos últimos quinze anos da primeira república está ligado às transformações que se operam nos setores econômicos, social, político da Nação” Ao fortalecimento do grupo industrial-urbano à ampliação dos setores médios e do proletariado urbano, ao nacionalismo suscitado pela guerra e à conseqüente pressão por recompor o poder político dentro dos padrões de democracia liberal republicana.

Mesmo sendo estas condições objetivas concretas, reais, vividas pela sociedade brasileira, o fato é que, o poder nacional permanece à margem dessas discussões, passando somente a enfrentar os problemas próprios de uma sociedade burguesa moderna, mas o fato significativo da construção progressista de um povo escolarizado na verdade não ocorreu, pois destinação legal dos recursos a serem aplicados em educação hora aparece, hora desaparece nos textos legais conforme o caráter mais democrático do executivo.

Assim é que a constituição de 1934 explicita a prioridade dos recursos para a educação, pois a União e os municípios deviam segundo Ramos (op. cit.: 184),

Aplicar 10% da sua receita de impostos em educação e que os Estados e o Distrito Federal deviam fazer o mesmo com 20% de suas receitas”. Já este reconhecimento legal, prossegue a autora, desaparece na constituição de 1937, marcada pelo autoritarismo e centralismo vividos pela Nação.

As fontes de recursos para a educação só surgem em 1946 através de decreto-lei, mas novamente a conjuntura democrática vivida no pós-guerra vai ser preponderante para que a vinculação de verbas específicas apareça na carta magna deste mesmo ano.

Para Ramos (op. cit.:185)

A união destinaria à educação o percentual de 10% da sua receita de impostos e os Estados e o Distrito Federal e municípios, 20%. Essas receitas incluíam também àquelas arrecadas pela União e transferidas a Estados e municípios, na forma dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios EPM). Em 1961, o percentual das outras esferas de governo foi mantido (20%) enquanto o da União foi elevado para 12% da receita resultante de impostos, pela Lei de Diretrizes e Bases (CLDB) nº4.024, o que significou um importante ganho do ponto de vista político-legal. Essa lei propunha também a destinação de nove décimos dos recursos federais para a constituição do Fundo Nacional de Ensino Médio e do Fundo Nacional do Ensino Superior, rezando ainda que os recursos deveriam ser aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema de ensino público.

Por toda a década de 30 ocorreram no Brasil campanhas e conferências nacionais de educação e entre suas principais reivindicações estava a solicitação da colaboração financeira da União para que os Estados pudessem desenvolver a educação. Tempo e retórica foram gastos, mas só em 1942 o governo federal instituiu o Fundo Nacional do Ensino Primário, formado pela renda proveniente dos tributos federais que para esse fim viessem a ser criados, destinados à ampliação e melhoria do sistema escolar primário em todo o país.

A partir da década de 30 o Brasil começa sofrer transformações econômicas, políticas e sociais de envergadura, com o país buscando industrializar-se até atingir, na década de 50, a política de substituições de importações. O nacionalismo, o partido comunista, a ascensão das classes médias, o movimento operário, o papel dos intelectuais no “entendimento” do Brasil, a urbanização crescente etc, são conceitos vitais para entender-se o caráter dessas transformações.

Para a educação, que nos interessa diretamente neste trabalho, é no período entre os anos 30 e 70, segundo Monlevade (apud. Ramos, op. cit.:34-35)

Que se constrói um Sistema Nacional de Educação Federativo” no Brasil. Isso ocorreu tanto porque “a União aumentou seus investimentos em educação superior, fundando Universidades em todos os Estados.

Os governos estaduais ampliaram explosivamente as vagas nas escolas primárias e nos ginásios e os Municípios, com recursos financeiros carimbados [sic], começaram a assumir a educação infantil e a alfabetização de adultos, além de abrir escolas primárias e secundárias onde faltava a presença estadual ou onde sobravam recursos de impostos, agora gerados pelo crescimento das indústrias e a articulação do comércio.

Assim, houve uma grande proliferação de escolas públicas primárias e secundárias, ainda que localizadas no eixo Sul-Sudeste. Essa proliferação teria sido propiciada pelos recursos oriundos do *Imposto sobre Circulação de Mercadorias* (ICM) e acabou ofuscando a importância das escolas particulares confessionais ou comerciais que tinham dado respostas a demanda da continuidade de estudos nos 100 anos anteriores. (Ramos, op. cit.)

Segundo Monlevade, (apud. Ramos, op. cit.) “essa ‘febre’ de cultura” se devia ao advento da sociedade urbana e industrial que, ao contrário da agrária, exige a passagem do trabalhador pela escola, “que cresce ouvindo e internalizando a cantilena de vencer nos estudos para vencer na vida. Além disso, o aumento da arrecadação de impostos – graças ao dinamismo das atividades econômicas – embora ainda insuficiente, teria viabilizado essa significativa ampliação da rede pública.”

Esta importante lei (LDB) era formulada por grupos governamentais, desde a década de 40, e, como vimos, sua implantação só vai ocorrer quando forças populares atuantes na sociedade civil encontram condições objetivas favoráveis nos governos populistas dos anos 60.

Com o golpe militar de 1964 instaura-se a ditadura no país, rasga-se a constituição democrática de 46 e promulga-se a constituição de 1967. Nessa supri-se, outra vez, a vinculação de recursos para a educação. O mesmo regime militar em 1969, por conta da emenda constitucional nº 1, promove uma

vinculação parcial, pois restrita aos municípios, que deveriam gastar 20% de sua receita tributária com o ensino primário. A lei 5.692/71, em artigo 59, segundo Ramos (op. cit.: 185) “mantém a vinculação para os municípios (20%) mas inclui 20% da receita transferida via Fundo de Participação dos Municípios (FPM).”

Quando a ditadura militar já se encontra em seus estertores, processo que se inicia com a greve dos metalúrgicos do ABC e com a vitória crescente do principal partido de oposição – O MDB (Movimento Democrático Brasileiro) nas grandes capitais e a partir de uma progressiva mobilização e participação de entidades ligadas à educação (ANDES, DCES) (CNTE) e através, conforme Ramos, do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, é que foi aprovada a Emenda Nº 24/83, que restabeleceu o percentual mínimo que a União deveria investir em educação – 13% da receita de impostos – e aquele que os Estados e Distrito Federal deveriam aplicar, definido em 25% da receita de impostos e transferências. O percentual dos Municípios, que havia sido definido em 20% na lei 5.692/71 foi ampliado pela citada Emenda para 25%, o que também significou um ganho importante.

Segundo Melchior, (apud. Ramos, op. cit.: 129), a Emenda Calmon deveria enfrentar a resistência que a escola pública já vinha enfrentando, por meio de diversas forças contrárias a sua implementação. Esse autor identifica então as forças dessa resistência:

A tecnoburocracia, os prefeitos interioranos e os representantes das escolas privadas”. A primeira apresentar-se-ia contrária à referida Emenda porque sempre tendia a tomar decisões contra os interesses da população, pois há muito se havia distanciado dela, os prefeitos interioranos porque consideravam que tal vinculação comprometeria outros setores dada a limitação de recursos, e os proprietários e representantes da rede escolar privada mostrar-se-iam contrários por razões óbvias, pois a eles não interessava a melhoria da rede pública, com o qual concorriam diretamente.

De qualquer modo, a partir da Emenda 24/83 ficou mantida a vinculação de recursos destinados à educação, nas três esferas públicas, sendo o único serviço

prestado pelo Estado que contava com esse tipo de amparo legal até a aprovação da Emenda Constitucional que definiu a vinculação para a saúde.

Um mecanismo estatal importante para o financiamento da educação pública é o salário-educação. Como as iniciativas criadas no Brasil para o desenvolvimento da escola pública sempre surgiram nos períodos mais democráticos, já a Constituição Federal de 1934 previa que as empresas com mais de 50 empregados e, pelo menos dez analfabetos financiassem a educação primária de seus funcionários e filhos. Em 1946, com o Brasil respirando ares democráticos e com a nova constituição, esse número foi aumentado para 100 empregados, reduzindo-se as responsabilidades das empresas menores. Mas na verdade, diz Ramos (op. cit.: 190) “Essa fonte de financiamento só foi instituída pela Lei Nº 4.440/64, sendo cobrada daquelas firmas vinculadas à Previdência Social a partir de 1965”. Sabemos que foram poucas as empresas que cumpriram o dispositivo constitucional.

Conforme Ramos (op. cit.: 190)

A instituição, o recolhimento e a aplicação do salário-educação têm sido objeto de várias polêmicas. Uma das críticas que tem sido feita diz respeito à própria base de cálculo, pois ao incidir a alíquota sobre a folha de pessoal das empresas, acabam pagando mais aquelas firmas intensivas em mão-de-obra, que são, em geral, as pequenas e médias.

No plano político-institucional, desde 1978, como já visto, a sociedade civil, através de suas várias organizações (ABI – Associação Brasileira de Imprensa, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, Sindicatos de Professores Universitários, Sindicatos Rurais e de Trabalhadores Urbanos, Imprensa Alternativa (O Pasquim etc.) Movimento Feminista pela anistia, Igreja Progressista (Pastorais) forçavam a superação do regime autoritário. Este movimento cívico foi avolumando-se a partir das grandes capitais.

Neste trabalho de organização popular com vistas à construção de um estado de direito no país o Partido dos Trabalhadores teve um papel de grande

importância, fato que é reconhecido pelos mais diferentes historiadores, sociólogos e cientistas políticos. Assim é que Alves (1985: 313), também comunga com esta afirmação quando diz que

Em janeiro de 1984 os partidos de oposição, juntamente com as entidades da sociedade civil representativas, tomaram uma posição de forte defesa de eleições diretas para Presidente da República, rompendo a passividade com que outros períodos de sucessão havia aceito as regras do jogo impostas pelos grupos no poder. A partir do primeiro comício pelas diretas convocado pelo PT e pelo PMDB ainda em novembro de 1983, seguido do comício de mais 30.000 pessoas em Curitiba em janeiro de 1984, os partidos de oposição começaram a tomar novamente a ofensiva nos desenvolvimentos políticos. A “Caravana das Diretas”, organizadas por comissões suprapartidária e apoiada por mais de 200 entidades da sociedade civil (grifos nossos) realizou comícios em quase todos os Estados do Brasil conseguindo enorme apoio popular com mais de um milhão e duzentas mil pessoas participando dos diversos comícios públicos. Com o êxito da campanha, destinada a pressionar os membros do Congresso Nacional para aprovação da emenda constitucional restituindo eleições diretas para Presidente da República, foi estabelecido nova dinâmica ao complexo jogo de forças entre as oposições, novamente unidas em torno de uma bandeira comum, e o Estado de segurança nacional.

Podemos então dizer que a década de 80 apresentou importantes ganhos no plano sócio-político. A sociedade como um todo aprendeu a se organizar e a reivindicar. A sociedade civil voltou a ter voz. A Nação voltou a se manifestar através das urnas. As mais diversas categorias profissionais se organizaram em sindicatos e associações. Grupos de pressão e grupos de intelectuais engajados se mobilizaram em função de uma nova Constituição para o país. A década de 80, portanto, expressou o acúmulo de forças sociais que estavam represadas até então, e que passaram a se manifestar. Neste clima de movimentação popular, e refletindo a crescente complexificação da sociedade brasileira, surgiram

demandas as mais diversificadas. Gohn (1996) apresenta as principais demandas educacionais deste período:

1. Demandas educacionais na sociedade
 - 1.1 Educação ambiental
 - 1.2 Educação sobre patrimônio histórico cultural
 - 1.3 Educação para a cidadania
 - 1.4 Educação sanitária e de saúde pública
 - 1.5 Educação popular
 - 1.6 Educação de menores e adolescentes
 - 1.7 Educação de minorias étnicas: índios
 - 1.8 Educação contra discriminação: sexo, idade, cor, nacionalidade
 - 1.9 Educação para deficientes
 - 1.10 Educação para o trânsito e de convivência em locais públicos
 - 1.11 Educação contra o uso de drogas
 - 1.12 Educação sexual
 - 1.13 Educação contra o uso da violência e pela segurança pública
 - 1.14 Educação para geração de novas tecnologias
2. Demandas por educação escolar
 - 2.1 Educação infantil: creches e pré escolas
 - 2.2 Ensino de 1º e 2º graus
 - 2.3 As demandas da Universidade
 - 2.4 *As demandas por novas leis educacionais do ensino (grifos nossos)*
 - 2.5 Ensino noturno

No item 2.4 *demandas por novas leis educacionais do ensino*, um destaque na área da educação escolar na década de 80 foi relativo à elaboração de um projeto nacional de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Para Ramos (op. cit.: 75)

Este projeto surgiu devido à exigência que a constituição de 88 colocou, e ele foi elaborado a partir das mesmas forças que haviam se organizado para a elaboração de propostas e ementas para a constituição. Trata-se da formação de um Fórum Nacional

de Educação no Brasil, fato inédito na história do país, pelo vulto e dimensão que tomou. Diferentes setores da sociedade civil e política se fizeram presentes construindo um projeto de educação para o país que englobava do berçário ao ensino superior. Paralelamente ao Fórum Nacional, a sociedade brasileira assistiu também à organização ou a reorganização civis, confessionais ou comunitárias, formando grandes Lobbies junto aos parlamentares de federais, conseguindo inscrever em leis várias de suas reivindicações, particularmente no tocante à concessão de verbas públicas.

No plano internacional, assiste-se ao debacle do socialismo soviético, com o desaparecimento da antiga União das Repúblicas Soviéticas, a queda do muro de Berlim e a unificação das duas Alemanhas, sob a primazia da Alemanha capitalista. A conjuntura mundial também vai apresentar o fenômeno do surgimento do neo-liberalismo a partir dos conservadores governos da Inglaterra e dos Estados Unidos. Baseado nas idéias dos economistas conservadores Milton Friedman e Friedrich Hayek, assentadas sobre uma crise real do capitalismo sob a proposta por Keynes (Estado do bem-estar social).

Adquire aí grande importância a atuação do Banco Mundial (BIRD). Essa instituição, criada no pós-guerra, foi se voltando, a partir da década de 60, para os países periféricos.

A partir do governo Collor as classes dominantes no Brasil passam a dar seu aval para a implantação do modelo neo-liberal no país, modelo este que atinge o auge no governo de Fernando Henrique Cardoso. Para Ramos (op. cit.: 95)

À proporção que os diversos países eram “obrigados” a pedir empréstimos ao FMI, acabavam submetendo-se a uma série de medidas impostas e enquanto aceitavam os recursos do Banco Mundial (BIRD), tinha que acatar suas condicionalidades, o que significava adotar o programa “sugerido para o conjunto dos países periféricos, norteado pelos pressupostos neoclássicos.”

Foge aos objetivos deste trabalho a análise das políticas neo-liberais e do papel da BIRD na problemática educacional brasileira (de resto já realizada por Ramos, a quem estamos nos reportando neste capítulo e em quem vamos nos basear quando trataremos do FUNDEF), mas concordamos com Saviani (Apud Ramos, op. cit.) quando este nos diz que os reflexos da atuação do BIRD no Brasil podem ser notados

Por meio da diminuição dos recursos destinados a salários, do aumento de alunos por classe, desenvolvimento de outras formas de financiamento (taxação de impostos para a educação, ou cheque-educação, novas formas de apoio comunitário, transferências de alguns gastos à comunidade, através de parcerias, terceirização ou privatização).

No aspecto do discurso da prioridade governamental à educação, nunca no Brasil a mídia (em todos os quadrantes do país) foi tão massivamente utilizada na afirmação deste discurso como no governo neo-liberal de Fernando Henrique. Campanhas, as mais variadas, foram veiculadas apregoando o esforço do governo na criação da escola de qualidade, do “salto para o futuro” através da educação.

Na verdade, tratou-se apenas de propaganda ideológica, fato mostrado à exaustão por Ramos (op. cit.) em inúmeras tabelas, gráficos e em suas respectivas análises. Daremos destaque às tabelas 05 - *participação relativa das despesas com as principais funções do orçamento fiscal e de seguridade social e a 06 - união 1995/1999.*

Quadro - 05

FUNÇÕES	ANOS				
	1995	1996	1997	1998	1999
Adm. Planejamento	13,1	20,8	36,5	40,8	38,9
Ass. Previdência	23,8	35,4	27,2	26,7	27,8
Desenvolvimento regional	8,4	11,6	9,9	8,8	8,8

Saúde/Saneamento	6,7	8,2	7,0	5,5	6,0
Educação/Cultura	4,2	5,3	4,1	4,9	5,0
Defesa/Segurança Nacional	3,8	5,0	3,8	3,4	3,3

Para a autora, esta situação é da maior gravidade, pois as despesas com educação são tímidas no total de dispêndios da União, ocupando o 5º lugar, bem como, pela quase constância com que se mantém esta posição.

Quadro – 06 – *Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) – Orçamento fiscal e de seguridade social. União 1995/1999, a preços correntes e a preços constantes (em bilhões).*

ANOS	PREÇOS CORRENTES	PREÇOS CONSTANTES	VARIAÇÃO %
1995	7.157,6	9.920,4	
1996	6.767,3	8.920,4	14,9
1997	6.733,0	7.783,3	- 7,8
1978	5.480,5	6.099,7	- 21,6
1999	5.313,2	5.313,2	- 12,8

Para a referida autora, ao contrário do que alardeava a propaganda oficial, “os recursos federais destinados à educação brasileira vêm minguando a cada ano. Isso torna-se mais visível ao se observar os valores a preços constantes (expurgando-se a inflação), quando a queda real dos dispêndios com MDE, de 1995 a 1999, chegou a quase 50%.

Conforme visto anteriormente, com a mobilização da sociedade civil através dos vários movimentos sociais por toda a década de 80, o povo brasileiro conseguiu fincar as bases do Estado de direito a partir da promulgação da constituição de 1988, a chamada constituição cidadã. Ao consolidar-se na Lei a democracia no Brasil, as instituições de classe e os movimentos sociais trataram de empreender uma nova luta muito importante para as classes populares. Trata-

se da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; lei vital para que se tenha no Brasil um ensino público, gratuito e de qualidade. Frente a esta mobilização, os interesses privados trataram também de se articular através de seus representantes parlamentares e órgão de classe.

Tendo como seu relator o senador Darcy Ribeiro, de quem as forças progressistas muito esperavam devido a sua participação no governo João Goulart, à sua condição de exilado político no período da ditadura militar (1964-1984), esta lei frustrou todos os envolvidos em sua formação. Sancionada em 20 de dezembro de 1996, a lei trouxe muitas perdas para as forças progressistas.

Segundo Ramos (op. cit.: 206),

As forças progressistas não conseguiram evitar, no confronto com o lobby da rede privada, a evasão dos recursos públicos para os estabelecimentos particulares de ensino, via repasse para as entidades privadas. Registre-se também a exclusão do artigo que reajustava a alíquota do salário-educação de 2,5% para 3,5% e daquele que criava o salário-creche, mediante o recolhimento de mais 1% sobre a folha de pessoal das empresas vinculadas à Previdência Social.

A grande novidade no panorama educacional brasileiro foi a criação, por meio de emenda constitucional Nº 14, em setembro de 1996, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do magistério – FUNDEF, do qual trataremos no próximo capítulo.

5.2 – O FUNDEF

A necessidade de uma ação específica para mudar a realidade brasileira do analfabetismo, evasão escolar, repetência, baixo salário dos mestres, rendimento pífio dos alunos etc. ensejou que o governo federal resolvesse criar um Fundo específico para o ensino fundamental, o que foi instituído pela Lei Nº 9.424/1966 prevista no artigo 60 do ato das disposições constitucionais transitórias, a partir da aprovação de emenda constitucional Nº 14. Este é o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério que teria inúmeras vantagens, segundo o seu relator Deputado Ubiratan Aguiar (PSDB). Eis as principais:

- i) a separação de recursos e vinculação a um objetivo (Educação);
- ii) permanência dos recursos no Fundo ao fim do ano fiscal, permitindo saldos;
- iii) maior transparência, facilitando a fiscalização.

Esta última vantagem, além de corresponder a um princípio constitucional da administração pública (Meyeres, 1991) denota uma preocupação do relator em termos de zelo pela “coisa pública”, uma contraposição a utilização do “público pelo privado” como acontece nos Estados democráticos, muitas vezes, frutos da apatia do eleitor conforme afirma Rosenfield (1989), pois nestes Estados

As decisões políticas podem inclusive tornar-se para os eleitores um simples exercício de escolha entre diferentes candidatos, sem que um verdadeiro sentido público se faça presente. Trata-se de um processo podendo facilmente degenerar numa degradação de cena pública impedindo o surgimento de novos atores sociais e de novas formas de participação autônoma na vida comunitária. A política pode tomar a frente de um tal “espetáculo”, e nada mais natural do que considerar a corrupção como algo “normal”, pertencente a nossa história e ao modo de funcionamento do Estado. A política significa aqui um negócio daqueles que se aproveitam dela. Em conseqüência, desaparece também a vinculação do político com o público.

Esta maior transparência, facilitando a fiscalização, seria operacionalizada através da participação democrática dos cidadãos e isto, como já realçamos através da conceituação de cultura democrática, requer acesso ao poder e seu controle. Estas exigências de democracia moderna estariam contidas nos dispositivos do Art. 04 do FUNDEF quando assevera que: o acompanhamento e o controle social sobre a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo, será exercido, junto aos respectivos governos em nível da União, Estado e

o Distrito Federal e Municípios por Conselhos a serem instituídos em cada esfera no prazo de 180 dias, a contar da vigência desta lei. Esta é a composição:

I) Em nível Federal, por no mínimo seis membros representando respectivamente:

o Poder Executivo Federal;

o Conselho Nacional De Educação;

o Conselho Nacional dos de Secretários de Estado – CONSED;

a Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE;

a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;

os Pais de alunos e Professores da Escolas Públicas do Ensino Fundamental.

II) Nos Estados, por mínimo sete membros, representando respectivamente:

o Poder Executivo Estadual;

os Poderes Executivos Municipais;

o Conselho Estadual de Educação;

os Pais de alunos e Professores das Escolas Públicas do Ensino Fundamental;

a Seccional da União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;

a Seccional Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

III) No Distrito Federal, por no mínimo quatro membros, sendo as representações as previstas no inciso II, salvo as indicadas nas alíneas B, E e G.

IV) Nos Municípios, por no mínimo quatro membros, representando respectivamente:

a Secretaria Municipal de Educação ou Órgão equivalente;

os Professores e Diretores das Escolas Públicas do Ensino Fundamental;

os pais de alunos;

os servidores das Escolas Públicas do Ensino Fundamental.

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi apregoado na mídia pelo partido que o criou, PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), como

iniciativa que iria resgatar a educação fundamental no Brasil. O Fundo seria representativo dos compromissos que este partido assumiu com o país no momento em que se organizou. Esses compromissos, segundo cartilha específica editada pelo Instituto Teotônio Vilela (1997), estão expressos no Manifesto ao Povo Brasileiro e são, segundo o Instituto, os que respaldam a criação do Fundo:

i) aprimorar o funcionamento das instituições, através dos canais de participação popular nas decisões políticas e do aperfeiçoamento constante da democracia representativa;

ii) redefinir o País como República Federativa, objetivando a desconcentração dos poderes, descentralização administrativa do orçamento até nível de municipalização das ações do Governo;

iii) combater as desigualdades regionais assegurando-se recursos necessários a planos que beneficiem diretamente o povo e não as oligarquias;

iv) definir de modo democrático, as prioridades do gasto público e aprimorar os mecanismos de controle de sua aplicação pela sociedade;

v) lutar pela erradicação do analfabetismo e pela universalização do atendimento escolar, inclusive de adultos, através da defesa da escola pública, gratuita, democrática e de boa qualidade e da valorização do professor com a implantação de carreira e piso salarial em todos os níveis;

Um país democrático, justo e desenvolvido exige um sistema de educação competente e eficiente. Exige decisão política, sim, mas exige igualmente que a sociedade se organize para participar das decisões do Governo, acompanhar e controlar suas ações e o uso dos recursos públicos.

Por parte da oposição, ela foi, em termos gerais, favorável à aprovação do Fundo. Emendou o projeto o que pode e elogiou a forma democrática como o relator do projeto, Deputado Ubiratan Aguiar o conduziu, como se pode ver pelos depoimentos contidos no documento *A Revolução do Ensino Fundamental*, editado pela Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação – Brasília (1997). Esses são os principais depoimentos:

Posso ser testemunha – e quero sê-lo de público -, de uma forma nova, que há muito tempo não encontrava nesta casa: Um

parlamentar, relator de um projeto que, de fato, esteve permanentemente aberto ao diálogo, permanentemente presente no debate e muito sensível a todas as questões que se levantavam. É por isso que, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de dizer ao ilustre Deputado Ubiratan Aguiar: parabéns e cumprimentos pelo seu trabalho.” Padre Roque (PT- PR).

Srs. Deputados, para se ter uma noção da importância do Fundo, vamos ver o brilhantismo do relatório do Deputado Ubiratan Aguiar. Foi também o esteio da discussão desta regulamentação.” Severino Alves (PDT-BA)

Reafirmamos que a emenda, efetivamente, não é satisfatória, mas esse projeto que regulamenta, e sobretudo com o esforço do caríssimo Deputado Ubiratan Aguiar, fez o que se melhor podia fazer para essa regulamentação. Estamos atentos e preocupados com o mínimo que aí se conseguiu seja mantido lamentando que o salário educação, que também ia ser acoplado à proporcionalidade dos alunos, tenha sido retirado, por reação dos governadores dos Estados. Posicionam-nos favoráveis ao projeto relatado pelo Deputado Ubiratan Aguiar.” Ester Grossi (PT – RS).

Antes de entrar no mérito da questão, como outros deputados, particularmente como o deputado que foi o mais contemplado nas emendas – das dezesseis emendas que aproveitamos tivemos nove aprovadas, total ou parcialmente, e mais a negociação que estamos estabelecendo há muito tempo, no sentido de uma transição na implementação do Fundo - , gostaria de publicamente agradecer ao nosso relator, a boa vontade, a maturidade e a sua democrática conduta, enviando-lhe um abraço, daqui da tribuna. Obrigado Deputado Ubiratan. Ivan Valente (PT-SP).

Sr. Presidente, o PC do B vota sim. O processo de negociação demonstra que o espírito parlamentar prevaleceu, houve debate, mesmo que o projeto não seja o que queríamos. Houve a

negociação, uma transição, melhoram-se as condições. Sérgio Miranda (PC do B- MG).

Assim, em setembro de 1996, o Governo Federal fez aprovar no Congresso a emenda constitucional nº 14, que, entre outras disposições, obriga Estado, Distrito Federal e Municípios a aplicarem, até 2006, pelo menos 60% do percentual constitucional mínimo de 25% (ou seja, 15%) da receita de impostos no ensino fundamental, e cria, no âmbito do Distrito Federal e de cada Estado, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, com vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 1998.

Pelos depoimentos dos Deputados de oposição a época do governo FHC pode-se avaliar que a criação do Fundo foi saudada como necessário e excelente medida para sanar os graves problemas existentes no ensino fundamental no Brasil. O Governo Federal tratou de capitalizar isso e veiculação de propagandas governamentais na medida apresentava esta iniciativa como sentido de redenção deste nível de ensino e tão sonhada valorização do trabalhador em educação. Porém, alguns trabalhos científicos começaram a mostrar sua imperfeição, como é o caso de Davies (1999) e Ramos (2001) em que nos basearemos para a investigação crítica do Fundo. Para Davies (op. cit.: 19)

Um primeiro ponto que chama atenção na EC 14 e na criação do FUNDEF é que o governo federal, embora responsável pela iniciativa, contribui com poucos recursos para o financiamento do ensino fundamental e em particular para o FUNDEF, cujo financiamento é bancado quase que exclusivamente por Estados e Municípios. Em 1998, segundo o Balanço do primeiro ano do FUNDEF, divulgado pelo MEC, no final de março de 1999, a receita total (somando-se a contribuição de Estados e Municípios; a receita do Distrito Federal não foi divulgada nem pelo MEC nem pela Secretaria do Tesouro Nacional) do FUNDEF alcançou R\$ 13,311 bilhões, porém o governo federal só contribuiu com R\$ 524,2 bilhões, ou 3,9% do total.”

É por isso, que o Plano Nacional de Educação elaborado por entidades participantes do II CONED (Congresso Nacional de Educação), realizado em Belo Horizonte, de 6 a 9 de novembro de 1997, diz que o governo federal está com o FUNDEF, fazendo “cortesia com o chapéu de Estados e Municípios”, pois a magnitude de seus recursos relativos a ele. Além de dar uma contribuição minúscula para o FUNDEF, o governo federal, através da EC 14, alterou o art. 60 do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (CF)* de 1988, diminuindo de 50% para “nada menos do que o equivalente a 30% (art. 60)” do percentual da sua receita vinculada à educação (portanto, 30% de 18% = 5,4%) o que deveria aplicar na erradicação do analfabetismo e na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental. Como, por esta formulação, o governo federal pode incluir a sua cota-parte (estimada em mais de R\$ 800 milhões em 1997) do salário-educação (que é contribuição social, não imposto) no montante “equivalente a 30%”, isso significa na prática a permissão legal de aplicação de um percentual inferior a 30% dos 18% da receita de impostos federais vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Considerando-se que o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), sucessor do Fundo Social de Emergência, criado em 1994, desvincula 20% da receita de impostos federais do ensino, isso significa que o governo federal só vem sendo obrigado a aplicar 14,4% (18% menos 3,6%) da receita de impostos em MDE e, portanto, 30% de 14,4% (= 4,3%) no ensino fundamental e na erradicação do analfabetismo.

Por isso, a prioridade ao ensino fundamental alegada pelo governo federal é mais retórica do que qualquer outra coisa, pois sua contribuição para o FUNDEF é ínfima e o percentual da sua receita destinado ao ensino fundamental foi diminuído drasticamente pela EC 14. Na verdade, em consequência da sua política fiscal/econômica (Fundo de Estabilização Fiscal e Lei Kandir), o governo federal tirou mais de R\$ 2 bilhões da educação de Estado e municípios em 1997 (Davies, 1998a), o que mostra a fragilidade do discurso federal de valorização do ensino fundamental através do FUNDEF e outras medidas de política educacional.

Davies (op. cit.) mostra também como os recursos federais devidos ao FUNDEF ficaram aquém do estabelecido legalmente. Para este autor, tal complementação em 1998 e em 1999 é bem inferior à devida pelo governo federal se ele cumprisse o parágrafo 1º do art. 6º da lei do FUNDEF, que prevê ser o valor mínimo anual nunca inferior

à razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental do ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas”. O próprio Balanço do MEC sobre o FUNDEF reconhece, (MEC, 1999: 5) que o valor mínimo nacional deveria levar em “conta a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental”. Ora, se este parágrafo fosse cumprido, o valor em 1998 teria sido de R\$ 423,45, e não R\$ 315. Este valor de R\$ 423,45 foi calculado dividindo-se a receita dos FUNDEFs de todos os Estados (a do Distrito Federal não foi incluída porque não constava na tabela do Balanço do MEC), equivalente a R\$ 12.787.300.000,00 em 1998, pelo número de matrículas de todas as redes estaduais e municipais (com exceção do Distrito Federal, uma vez que suas receitas não foram computadas), de 30.197.766. A possível diminuição deste valor de R\$ 423,45 causada pelo acréscimo do que contra-balançada pelos custos diferenciados das matrículas de 1ª a 4ª, 5ª a 8ª, em zona rural e educação especial, previstos no § 2º Art. 2º da Lei 9.424, porém nunca quantificados pelo MEC. Na verdade, se os custos diferenciados dessas matrículas fossem quantificados, o mais provável é que o valor mínimo nacional seria muito superior aos R\$ 423,45. A consequência disso é que a complementação federal devida aos Estados e municípios que, na divisão das receitas do FUNDEF de cada Estado pelo número total de matrículas das redes públicas (estaduais e municipais) de cada Estado, não alcançassem o valor mínimo nacional de R\$ 423,45 deveria ter sido de R\$ 2.058.561.015,00 e não R\$ 524.200.000,00, conforme divulgado no Balanço do FUNDEF (MEC, 1999 apud. Davies). Isso significou que o governo federal deixou de contribuir com R\$ 1.534.361.015,00 devido legalmente ao FUNDEF.

O governo FHC também penalizou, ao instituir verbas cada vez mais minguadas, o ensino superior. Pode-se mesmo afirmar que a pesquisa, e a extensão, no ensino superior viram agravadas suas condições de funcionamento, trazendo assim sérios prejuízos ao desenvolvimento nacional. O Brasil, em seu processo de modernização, tem dado provas de que a pesquisa é vital para seu desenvolvimento e as universidades públicas federais têm aí um papel fundamental na criação de tecnologia nas mais diversas áreas da indústria e da agropecuária. Com verbas cada vez mais reduzidas, os financiamentos para pesquisa foram escasseando. A Universidade, como um todo, foi passando por um processo de sucateamento que já vinha acontecendo no Brasil mas que toma um vulto diferente com a criação do FUNDEF. Para o governo FHC a prioridade seria para o ensino fundamental.

Outro problema apresentado na administração do FUNDEF é o aumento “espantoso” das matrículas por parte dos prefeitos. Acontece que, muitas prefeituras têm a ânsia de abocanhar uma maior fatia do FUNDEF, e fazem isto através da multiplicação de matrículas. Recentemente a imprensa noticiou casos de prefeituras que havia matriculado crianças já falecidas.

Para Devies (op. cit.: 15)

É preciso uma certa cautela com a propaganda oficial de que o FUNDEF teria produzido um crescimento extraordinário das crianças na escola, pois matrículas não são sinônimos de alunos de carne e osso. Mesmo quando as matrículas apresentam alunos de carne e osso, elas podem incluir não só as do ensino fundamental conforme previsto na (EC 14) ou ensino fundamental regular (como estipularia a Lei 9.424) mas também as de classe de alfabetização e do ensino supletivo que foram magicamente transformadas em matrículas do ensino fundamental regular.”

Neste contexto, as salas de aulas poderão ficar superlotadas, com prejuízos pedagógicos para professores e alunos e a conseqüente quebra da almeja qualidade de ensino.

No aspecto da valorização salarial do magistério, isso só ocorrerá com a mobilização e luta dos trabalhadores em educação através de seus órgãos de classe, pois a luta dos professores será para que o “espírito” do FUNDEF saia da retórica e torne-se prática.

Segundo Davies (op. cit.: 18), mesmo adotando a interpretação preferida das autoridades, de que 60% da receita do FUNDEF se destinam à remuneração dos profissionais do magistério,

isso não garante melhoria salarial, uma vez que a imensa maioria dos governos (a não ser aqueles que não tinham rede de ensino fundamental ou cuja rede era pequena) já destinava antes o equivalente a 60% da receita do FUNDEF ao pagamento do magistério. Neste caso, o magistério deve trabalhar com o espírito alegado pelo FUNDEF – valorização do magistério – e enfatizar o “pelo menos 60%” da Lei 9.424, e não se limitar aos 60%, como querem as autoridades. Em outras palavras, para que o espírito do FUNDEF prevaleça, as autoridades devem aplicar o percentual que possibilite a valorização do magistério, e não se limitar aos 60%, que é apenas o mínimo, e não o máximo, como muitas autoridades gostam de considerar sinônimos.

A real valorização do magistério passa pelo estabelecimento, em lei, de um piso mínimo para o salário dos professores. Esta é uma luta histórica dos trabalhadores em educação no Brasil, e nesse aspecto, o FUNDEF não traz nenhum avanço. Para Davies (op. cit.: 26),

A lei 9.924, embora estabeleça um valor anual mínimo por matrícula, em nenhum momento estabelece um piso salarial nacional para o magistério, reforçando, assim, a suspeita de que o FUNDEF é mais propaganda do que política educacional séria. Também o guia para operacionalização do Fundo (1997) editado pelo FUNDEF – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – não faz referência ao piso salarial dos professores.

No aspecto fiscalizatório e de acompanhamento da sociedade civil sobre a aplicação dos recursos do FUNDEF, a lei inova, como foi visto, ao estabelecer a criação dos Conselhos de acompanhamento e controle social sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo (art. 4º).

Antes de analisarmos as imperfeições deste mecanismo democrático anotadas por Ramos (op. cit.) e Davies (op. cit.), é interessante citar Demo (2000) acerca do controle democrático. Este controle é imprescindível na sociedade moderna, na era da espetacularização da política, do grande poder da mídia e seus interesses particularistas, na forma sutil como a publicidade penetra em todos os lares e mentalidades, reforçando e potencializando o sistema capitalista através da ideologia.

Só a radicalização, o alargamento da democracia burguesa vai operar um verdadeiro controle democrático de cima para baixo. Demo (op. cit.: 22) vai buscar no episódio histórico da comuna de Paris, as estratégias que permitiram a criação do bem comum. Para este autor são cinco as premissas básicas do controle democrático; a saber:

i) eleição como princípio de acesso e permanência no poder. Na comuna falava-se de eleição e “deseleição”, como tática para manter as pessoas investidas de autoridade sempre à mercê dos eleitores; estes decidem sempre se a pessoa pode eleger e pode permanecer no cargo; não se falava, como é hoje uso, de mandado por tempo limitado; certamente esta postura era radical em excesso; por exemplo, quando aplicada a cargos técnicos que não dependem, para seu exercício, apenas da eleição, como é o caso de profissionais de carreira, e assim por diante; a radicalidade da idéia da comuna tinha como meta ser radical no serviço ao bem comum;

ii) controle debaixo para cima: o Estado não possui nem recursos nem autoridade própria; o poder que maneja é estritamente delegado, o que permite definir o Estado como instância delegada de serviço público;

iii) prestação de contas: sendo a sociedade dona do Estado, este lhe deve, a todo momento, prestação de contas de tudo que faz, principalmente do que gasta, de como gere a coisa pública, de como usa o poder;

iv) transparência pública: o funcionamento da máquina estatal precisa demonstrar, em todos seus processos, absoluta transparência para que possa ser mais bem controlado;

v) vigilância organizada: a idéia talvez mais radical da comuna era a de que o controle democrático deveria ser feito sob perspectiva da vigilância organizada, ou seja, dentro do que se poderia chamar de cidadania organizada coletiva;

Nestes princípios elencados por Demo (op. cit.), estão implícitas a noção de conflito, e de correlação de forças e é delas mesmas que se nutre a democracia.

Como vimos no capítulo anterior, a associação coletiva dos milhares de despossuídos de terra no Brasil em uma associação – o MST – proporciona, significativa e progressivamente, através da sua práxis, a inserção de milhões de brasileiro em uma sociabilidade diferente da que viviam antes, uma sociabilidade cidadã, que ensejam ações de forçar o acesso democrático à propriedade da terra, trazendo consigo outras demandas modernas, como o direito à educação, a saúde, à qualidade de vida.

Assim, em uma perspectiva de alargamento da democracia, o confronto é salutar e necessário, sem que seja necessariamente violento. Por isso concordamos com Demo (op. cit.: 26) quando este autor afirma que

a dialética do confronto é inevitável. O associativismo é profundamente a competência consciente e organizada do confronto. O excluído que não se confronta é condenado a ser solidário com o excludente. O que mais qualifica o programa de reforma agrária não é o Ministro da Reforma Agrária, mas o MST. A rigor, como queira a comuna, este Ministério só faz sentido se estiver a serviço do MST. Entretanto, o fenômeno fundamental ocorrido no MST foi o combate à pobreza política, que eclodiu na competência histórica potencializada de confronto. O associativismo é por isso, o fenômeno político mais essencial de qualquer sociedade que pretende ser o sujeito de sua própria história.

No aspecto da composição do “conselho de acompanhamento e controle social sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo Davies (op. cit.) acredita que o conselho nas esferas federal e estadual é mais estatal do que social. Para ele,

O Conselho Federal, por exemplo, terá no mínimo seis membros, três deles representando diferentes esferas do Estado (Executivo Federal, Secretários Estaduais de Educação e Secretários Municipais de Educação), um representando um órgão com forte acento estatal (o Conselho Nacional de Educação) e apenas dois representando a sociedade (um da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE – e outro de pais de alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental). Também no âmbito estadual os Conselhos serão mais estatais do que sociais, pois, do domínio de sete membros, quatro representarão diferentes esferas do poder estatal (um do Poder Executivo Estadual, outro dos Poderes Executivos Municipais, o terceiro da seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, e, por fim, uma delegacia regional do MEC). Apenas dois representarão a sociedade (um da seccional da CNTE e outro dos pais de alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental). O sétimo membro representa um órgão híbrido (Conselho Estadual de Educação), que, no entanto, tende a ser mais estatal do que social.

No nível municipal, Davies (op. cit.) reconhece que foi criado na lei um mecanismo democrático de controle social, uma vez que esta estabelece que os conselhos contarão com no mínimo quatro membros, sendo apenas um da Secretaria Municipal de Educação, pois os demais representariam os professores e os diretores das escolas públicas do ensino fundamental; outro, os pais de alunos, e o terceiro, os servidores das escolas públicas do ensino fundamental. Davies (op. cit.: 28) faz duas ressalvas;

A predominância do clientelismo e do fisiologismo nas relações entre governantes e as entidades representativas da sociedade

civil, obstaculizando, assim, a cobrança e o controle e por fim o fato de que “a própria lei ao estabelecer a composição mínima dos conselhos, traz em si o não impedimento para que prefeitos ampliem o número de membros com o objetivo de ter mais representantes seus nos conselhos do que na sociedade.

Por outro lado Ramos (op. cit.:236) acredita que os conselhos de acompanhamento e controle social são inoperantes, pois nos municípios menores eles exerceriam apenas o controle formal e não efetivo pois nestes os prefeitos vêm exercendo fortes pressões sobre os conselhos, dificultando o seu trabalho e impedindo-lhes uma ação firme e diferente.

CAPÍTULO 6 - A Pesquisa de Campo

6.1 – Contexto Histórico de Maracanaú

A ocupação territorial do município de Maracanaú pode ser dividida em duas etapas: a primeira e espontânea, à época em que as terras eram habitadas pelos índios e a segunda, muito recente, a partir do final dos anos 60, provocada por intervenções governamentais, como a implantação da CEASA, do Distrito Industrial e dos grandes conjuntos habitacionais.

Nessa região pontilhada por lagoas, riachos e cortado por rios que levam ao litoral, habitavam os índios potiguaras, também denominados potiguares, potigoares ou pitiguaras, pertencentes ao galho tupinambá, do grande tronco étnico tupi. Inicialmente se afirma às margens da Lagoa do Jaçanaú e posteriormente nas de Maracanaú e Pajuçara.

Aos índios, seguiam-se os colonizadores, inicialmente os holandeses, às ordens de Matias Beck, e pelo curto período de 1649 a 1645. Interessados em minerais, os holandeses deixaram, como único vestígio de sua passagem, algumas escavações na Serra da Mucumã.

Após a retirada dos holandeses e sentindo a necessidade de assegurar o domínio português no território, inicia-se a ocupação de toda a planície litorânea a partir do Forte Nossa Senhora da Assunção, antigo *Shoonenborch*, marco inicial da cidade de Fortaleza.

Pela segunda metade do século XVIII (1760), registraram-se as primeiras ocupações das terras que formam, hoje, o município de Maracanaú. Nas margens do Rio Maranguapinho e da Lagoa do Jaçanaú, erguem-se casas de colonos, adotando o sistema construtivo da alvenaria de taipa e coberta de palha. No século seguinte, o povoamento adquire configurações urbanas com construções de alvenaria de tijolos e cobertas com telhas de barro, que conjugadas, formavam arruamentos.

O primeiro conjunto urbano localizava-se à margem direita da lagoa do Maracanaú, coincidindo hoje com o centro do município. No final do século XIX, já

existiam a Igreja de São José, inaugurada em 1874, a Escola de Maracanaú, aberta em 1873, e o Cartório. Outros povoadamentos instalaram-se na Pajuçara e no Jaçanaú.

O local denominado de Santo Antônio do Pitaguari apresenta características que identificam muito mais a presença do colono português e de escravos, do que propriamente dos nativos índios. A Casa de Fazenda, o Açude e o Aqueduto, a Capela são prova dessa assertiva.

As indicações indígenas misturam-se às dos colonizadores: nas comemorações de Santo Antônio, os índios reúnem-se e dançam o toré em volta da mangueira centenária que lhes servia de local de castigo. O próprio nome Santo Antônio de Pitaguari, que segundo a história local é devido a Antônio Pitaguari, português que se instalou no local e cuja construção da Capela é a ele atribuída, certamente passa pela tradição tupi, provavelmente originário dos índios potiguaras, também chamados pitiguaras.

No final do século passado, e já configurada como aglomerado urbano, Maracanaú passou a fazer parte da rota do transporte ferroviário que vinha de Fortaleza com destino a Maranguape. A 6 de setembro de 1875 inaugurou-se a linha Fortaleza-Maracanaú-Maranguape. Constituíam-se na primeira ligação efetiva entre o povoado, a cidade de Maranguape e a capital, Fortaleza. O povoamento que contava com aproximadamente cem edificações, recebeu novos moradores e equipamentos, elevando-se a categoria de Vila em 6 de maio de 1882.

A configuração urbana constituía-se de duas ruas margeando a ferrovia (atuais avenidas Manoel Pereira e Capitão Valdemar de Lima) e duas praças (Padre José Holanda do Vale e Major Brás). Essa conformação mantém suas características de ocupação até hoje e coincide com o Centro do Município, também chamado de Centro Histórico.

É correto afirmar que o trem é marco significativo no cotidiano dos habitantes de Maracanaú, desde aquela época. Partindo diariamente pela manhã e retornando no final da tarde, permitia que habitantes da Vila desenvolvessem atividades na capital, seja como prestadores de serviço, seja comercializando seus produtos ou em meras excursões de cultura e lazer. O retorno por sua vez

dava-se da mesma forma. E pela natureza e clima privilegiados, Maracanaú passou a receber visitantes da capital e demais localidades interessados em sua ambiência natural. Vários sítios de lazer ocuparam a área. Em 1906 passou a Distrito na primeira divisão administrativa do município de Maranguape.

Com acesso direto garantido pela ferrovia, Maracanaú passou a abrigar equipamentos de saúde de âmbito estadual e federal: a Colônia Antônio Justa, para tratamento de hanseníase, inaugurada em 27 de dezembro de 1942, e o Hospital Federal de Maracanaú, inaugurado em 4 de julho de 1952, inicialmente exclusivo para tratamento da tuberculose, depois estendido para outras especialidades. É dessa época a construção de vilas de casas no centro histórico, com características das vilas operárias que surgiam também em outros municípios do Ceará.

A CEASA – Central de Abastecimento do Ceará S.A - foi instituída a partir da Lei Nº 9448, de 12 de março de 1971, tendo sido inaugurada em novembro de 1972, às margens da estrada CE-060.

A região de Maracanaú, pouco habitada, pela acessibilidade e infraestrutura existente, apresentou-se como adequada para instalação do Distrito Industrial, inaugurado em 1978. Maracanaú surge, então, como cenário para a implantação de grandes conjuntos habitacionais, justificado pelo fato de que as empresas em instalações no Distrito Industrial necessitavam de mão-de-obra.

Quanto à emancipação houve, em 1953, a primeira tentativa encabeçada pelos tenentes Mário de Paula Lima e Raimundo de Paula Lima, daí o movimento ser conhecido como o movimento dos tenentes. Em 1958, nova iniciativa, desta vez sob a liderança dos vereadores eleitos com votos do então Distrito de Maracanaú, transforma-se em lei, mas sua sanção se dá apenas em janeiro do ano seguinte, o que a invalida. Em 1962, a busca da emancipação continua, tendo a sua frente o vigário da Paróquia, Padre José Holanda do Vale, conseguindo-se a aprovação da lei na Assembléia Legislativa. Em 1964, o regime militar implantado no País anula a lei e impede a emancipação.

Em agosto de 1981, foi fundado por um grupo de jovens o MIDEMA – Movimento de Integração e Desenvolvimento de Maracanaú - que lidera a quarta

tentativa de emancipação. O plebiscito realizado no dia 29 de agosto de 1982 foi esvaziado, como resultado de intensa campanha das lideranças políticas de Maranguape, não tendo sido atingido o quorum exigido pela legislação vigente.

Em dezembro de 1982 foi fundada a FAPEMA – Frente de Apoio e Promoção de Maracanaú que juntou esforços com o MIDEMA na luta pela emancipação. Novo plebiscito foi realizado em 6 de março de 1983, conseguindo-se afinal a aprovação da maioria da população do Distrito. Em 4 de julho de 1983, pela Lei Nº 10.811, Maracanaú ascende à condição de município.

Na primeira eleição, realizada em 16 de dezembro de 1984, foi eleito Almir Freitas Dutra, para prefeito, e José Raimundo Menezes Andrade, como vice-prefeito.

Maracanaú localiza-se na Região Metropolitana de Fortaleza. Limita-se ao Norte com Fortaleza e Caucaia, ao Sul e a Leste com Pacatuba e a Oeste com Maranguape. Situa-se a 3º 52 e 36” de latitude Sul e 38º 37 e 32” de longitude Oeste. Dista 15 km, em linha reta do centro de Fortaleza, 12 km do Aeroporto Internacional Pinto Martins, 26 km do Porto do Mucuripe, e a 96 km do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Situa-se a uma atitude de 48m, a temperatura média anual é de 32°C e pluviosidade 1.400mm, e ocupa uma área de apenas 82Km. Maracanaú, significa, em tupi-guaraní, “lugar onde se bebem as maracanãs”.

A população de Maracanaú em 1996, segundo o documento “Contagem da População” do IBGE, totalizava 160.065 habitantes, dos quais 159.493 (99,6%) residiam no meio urbano e apenas 572 pessoas (0,4%) na área rural, o que caracteriza o município como predominantemente urbano. Esta população está atribuída em 2 distritos censitários, compreendendo a sede do município com 133.541 habitantes (83% do total) e o distrito de Pajuçara com 26.524 moradores (17% do total). A distribuição por sexo revela a existência de 81.061 mulheres (50,6%) e 79.004 homens (49,4%).

Maracanaú População Residente 1996

População Residente

Discriminação	Homem	Mulher	Total
---------------	-------	--------	-------

Urbana	78.717	80.776	156.493
Rural	287	285	572
Total	79.004	81.061	160.065
Fonte: IBGE – Contagem de População – 1996			

Entre os municípios que formam a Região Metropolitana de Fortaleza, Maracanaú ocupa a terceira colocação em termos de contingente populacional, participando com 6,2% abaixo apenas de Fortaleza e Caucaia que representam, respectivamente, 75,9% e 8% do total. Em termos estaduais, Maracanaú é o quarto município mais populoso do Estado com 2,4% de seus habitantes.

O município de Maracanaú encerra uma tipicidade em sua formação sócio-econômica contemporânea não verificada em qualquer outro município do Ceará. A característica principal é se construir numa economia de base industrial, como conseqüência de uma política deliberada de instalação de distritos industriais. A atividade industrial é determinantemente da dinâmica econômica de Maracanaú.

O perfil da arrecadação do *Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* no município indica que o setor industrial contribui, em média 86% do total da receita tributária. Este resultado diferencia Maracanaú do perfil de arrecadação de ICMS dos demais municípios do Estado, onde a predominância é do setor terciário.

Maracanaú sedia três distritos industriais com 80 indústrias em funcionamento. A produção destina-se ao mercado local, regional, nacional e externo.

Quanto ao perfil produtivo das indústrias em funcionamento, verifica-se grande amplitude de atividades, muito embora o setor têxtil concentre o maior número de unidades fabris, respondendo por 19% do total.

6.2 –Teoria e Prática dos Atores Sociais Envolvidos com o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF em Maracanaú

Para o Secretário de Educação de Maracanaú, José Marcelo de Farias Lima, o governo federal de FHC criou na mídia uma mistificação sobre o FUNDEF:

O governo federal anuncia em sua publicidade que estes (os recursos do FUNDEF) são recursos novos que vem para o município, quando na verdade não são, são recursos já existentes dos Estados e municípios brasileiros.

Davies (op. cit.) mostra que o governo federal, embora responsável pela iniciativa, contribui com poucos recursos para o financiamento do ensino fundamental e em particular para o FUNDEF, cujo financiamento é arcado quase que exclusivamente por Estados e municípios. Em 1998, segundo o balanço do primeiro ano do FUNDEF, divulgado pelo MEC em final de março de 1999, a receita total (somando-se a contribuição de Estado e municípios) do FUNDEF alcançou R\$ 13,311 bilhões, porém o governo federal só contribuiu com R\$ 524,2 milhões ou 3,9% do total.

Assim a afirmativa do Secretário de Maracanaú é verdadeira, pois a magnitude dos recursos da União para o FUNDEF é ínfima, porém não a magnitude dos discursos oficiais relativos a ele. Para o Secretário, Marcelo Farias, o FUNDEF é muito positivo para os pequenos municípios e os grandes perdem. Para ele

Há uma certa manipulação na definição do custo-aluno, pois foi colocado muito abaixo do custo real e isso possibilitou o governo federal não fazer o repasse ou fazer um repasse muito pequeno. No Estado do Ceará, por exemplo, quem bancou o FUNDEF em 2002 foi o governo do Estado, que repassou mais de R\$ 330 milhões para os municípios. Se tivesse um aporte, se a união definisse um custo no real melhoraria muito. Para se ter uma idéia o custo-aluno de R\$ 474,00 divididos por 12 meses da menos de

R\$ 40,00 por mês. Se você for comparar com a escola particular, qual a escola que vai ter uma mensalidade de R\$ 40,00? Para algumas escolas o valor total compreende a uma mensalidade. Este é o grande equívoco do FUNDEF, mas para os municípios pequenos foi uma conquista muito grande, pois como eles tem pouquíssimos recursos, este foi um aporte muito significativo. Para você ter um exemplo, o município vizinho de Pacatuba pagava R\$ 30,40 ao professor e hoje já paga melhor, bem melhor em relação ao que era. Se o FUNDEF deve continuar, acredito que sim, mas que seja criado o FUNDEB, o Fundo de Ensino Básico, do ensino médio, porque o FUNDEF proporcionou um acesso, mas não foi um acesso qualificado, porque hoje os pequenos municípios inscrevem muitos alunos para ter mais recursos. Aqui em Maracanaú só no ano passado (2002) deu para pagar com os 40% a folha de funcionários e pessoal administrativo. Mas aqui a massa de salários é muito maior pela situação econômica privilegiada do município, pois além de ensino fundamental temos 20 mil alunos no ensino infantil, mas de 800 alunos especial e na educação de jovens e adultos temos investido maciçamente, tudo o município tem bancado.

Na análise da situação do Conselho de Fiscalização e Controle Social do FUNDEF, a administração do município foi denunciada na CPI do FUNDEF (ver item 4.4 – deste capítulo) apenas como irregularidade quanto à demora da criação do Conselho Fiscal e controle social do FUNDEF. Para o Secretário Marcelo Farias:

Houve realmente uma certa morosidade na implantação do conselho, mas isso foi culpa da própria legislação reguladora, era para maio de 1998 e não veio, pois o próprio ministro de educação não aprovou assim denunciaram na CPI que houve aqui uma aprovação às pressas. Quanto à demora da criação do conselho já expliquei que não foi culpa nossa e para a aprovação primeiro fizemos uma capacitação, trouxemos pessoas do Conselho de Educação, pessoas do Tribunal de Contas, a capacitação durou

três dias, e isso foi muito importante pois muitos não entendem o sistema contábil.

Esta capacitação é necessária e urgente para todos os Conselhos Municipais. Se no caso específico de Maracanaú foi realizado, apenas um dos conselheiros domina a linguagem contábil. Esta também é a visão de Davies (op. cit.) pois para ele

É preciso uma formação mínima para decifrar as rubricas, que, vistas cruamente, pouco esclarecem sobre a receita e aplicação dos recursos. Se os representantes sociais (que geralmente são leigos no assunto) não receberem uma formação adequada para esta análise, tenderão a se submeter à apreciação feita pelos representantes estatais, normalmente mais preparados tecnicamente (até para deturpar a interpretação dos dados orçamentários), que, mesmo em minoria numérica (o que não é o caso dos números).

A pouca capacitação havida e a necessidade dela ser permanente é manifestada pela representante da sociedade civil no conselho, Andréia Morais quando afirma:

Nós temos dificuldades de entender muita coisa no Conselho e acho que esta capacitação deveria ser permanente, ao longo do nosso trabalho. Em cada etapa deveria ser feita uma capacitação e isso não foi feito. Houve realmente uma capacitação, mas foi a única, nos mostrou como deve ser feito a parte financeira, nós fomos treinados para justamente não deixar “brecha” entre o “espelho” do banco e da prefeitura, tem que “bater” com o nosso e no caso aqui até que bate.

A necessidade do conhecimento das sutilezas e operações bancárias, através de treinamento e oficinas também é reconhecido pela representante dos servidores municipais no Conselho, a assistente social, Isabel Oliveira.

É preciso sim, porque quanto mais você conhece, mais você tem instrumental para desenvolver o seu trabalho. Talvez o Conselho Estadual poderia desempenhar este papel, ir treinando os aspectos éticos, legais, financeiros, seria muito interessante a SEDUC (Secretaria de Educação Básica do Estado), o MEC (Ministério da Educação e Cultura) patrocinarem este treinamento, pois o único que houve foi excelente, com o Conselho de Educação foi muito bom, todos do Conselho elogiaram o aprofundamento dado, foi muito técnico, trouxeram um modelo de planilha excelente para acompanhar, nós já solicitamos à prefeitura para apresentar as contas nesta planilha, ela concordou e a partir de agosto já vai ser feita. No caso do nosso Conselho, o representante dos professores (prof. Afrânio) é uma pessoa bem atuante porque ele tem uma formação de contabilista, qualifica muito mais o debate, (além de ser do Sindicato dos Professores), por ter essa formação ele é quem pede mais esclarecimentos. As minúcias e os detalhes dos números e contas ele tem muito mais do que os outros.

A importância do treinamento na área contábil é vista como necessária à dinamização dos trabalhos do Conselho e primordial para uma melhor experiência como afirma a representantes dos pais de alunos, Francisca Francimar,

O conselho só fica mais dinâmico depois do treinamento, é preciso estudar sempre para aperfeiçoar o trabalho do Conselho. Hoje ele está muito melhor do que no passado, está mais experiente, mais amadurecido, está contribuindo com quem está chegando agora, daqui a dois, três anos a gente estará exercendo realmente o papel de conselheira.

Por este depoimento vemos que os conselheiros começam a adquirir a noção de agente coletivo, com uma missão a cumprir, pois é na ação coletiva que os trabalhadores tomam consciência da situação de opressão e forjam os instrumentos de superação. Conforme Bobbio (1986), "São os grupos e não os indivíduos os protagonistas da vida política numa sociedade democrática". É neste saber-se coletivo que se vai gestando a construção democrática vital à sociedade

conforme explicitada em Demo (op. cit.) quando este elabora o conceito de cidadania emancipada. Para ele, o primeiro passo consiste

Em saber fazer-se sujeito histórico capaz de pensar e conduzir seu destino. Assim, no início está a contestação ou a consciência crítica. O segundo passo será construtivo. Após desfazer a pobreza política, emerge a competência para propor alternativas. O terceiro passo, para garantir a oportunidade, aponta para a necessidade da organização política coletiva, pois tratando-se de competência, é mais competente a oportunidade feita em consenso potencializado. A capacitação de associar-se representa, na verdade, o início da competência histórica prática, porque determina as condições concretas de inovação e intervenção. Assim, a associação dos homens livres é o berço da democracia, pois é nela que surgem as regras de jogo decididas em conjunto.

Todos os Conselheiros afirmam a importância do Conselho para a transparência da coisa pública, da honestidade na utilização dos recursos públicos e para a construção da democracia, inclusive reconhecendo que os conflitos, as visões diferentes fazem parte desta construção democrática. Pode-se notar pelos depoimentos que isto oscila para mais ou para menos mas que o exercício da prática existente no conselho é salutar.

Para a representante dos servidores, Isabel Oliveira,

O conselho é um modelo de gestão bem avançado, mas a população precisa amadurecer, pois a participação política é um tema que não seduz muita gente, é difícil as pessoas adquirir, mas é um modo de gestão muito interessante, bem estruturado, porque vai amadurecendo. A prefeitura, os poderes governamentais estão mais organizados para defender seus interesses, mas os conselheiros são uma contraposição a este poder, é uma coisa organizada, a experiência é muito positiva, eu estou bem envolvida nas atividades do conselho. Eu imagino que um prefeito que vai fazer desvio de verba através do FUNDEF depois da CPI – (Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Assembléia

Legislativa do Estado do Ceará a qual nos reportaremos no item 4.4 deste capítulo) ele vai pensar dez vezes antes de fazer, pois existe uma organização de controle que é o conselho. O conselho barra, quando ele funciona como deve ser, qualquer intenção neste sentido, tem na Hora do Brasil, tem na Internet, tem no Banco publicamente e isso é muito positivo, a sociedade civil tá participando mais, se a gente comprar desde o período redemocratização, há 20, 25 anos a gente amadureceu e este sistema de organização da população através dos conselhos é muito positivo.

A visão crítica sobre o conselho, suas limitações, as ambigüidades, os desafios enfrentados são mais visíveis nos depoimentos da representante da sociedade civil, Andréia Morais:

A relação entre o conselho e a prefeitura é muito aberta, mas o conselho tem de ter a diretriz de trabalho dele independentemente da prefeitura jogar seus números, porque realmente a prefeitura coloca que é deste modo que foi feito, já está feito e a gente do conselho só vai ter que homologar e acho que é aí que o conselho precisa debater, mas o conselho não tem o poder de dar sua opinião como deveria funcionar antes da coisa ser feita, então a gente fica muito naquela de aceitar números. Hoje o conselho faz o que pode, mas é para aceitar números, não existe a proposta de “vamos sentar e ver”. O fato é que as contas bateram? Bateu, mas será que não poderia ser feita de outra forma, a utilização dos 40% e 60% previstos não podem ser feitos de uma forma bem melhor” então para formular propostas a partir do povo que representamos ai não houve avanços. Se o conselho é misto (governo e sociedade civil) nós é que estamos mais perto do povo, deveriam então nos ouvir na hora de discutir políticas, pontos de vista, formulação de políticas. Eu acho que deveria existir uma postura democrática de discutir, de aceitar idéias, aprofundar a discussão e não trazer idéias prontas e acabadas. Isso o conselho não aceita, debate isso sempre. O fato da prefeitura centralizar muito desmotiva o conselho, pois quando você vai ver o “espelho” do recurso você sente que poderia ser gasto de outra forma”. É

preciso fazer uma mesa redonda e discutir todas as questões e isso ser respeitado, pois só prevalece o lado da prefeitura, do Secretário de Educação, dos professores, mas existe outros problemas, dos pais de alunos, dos alunos, o 2º grau está desassistido, depois da 5ª série não tem merenda escolar e isso não é justo.

Através da visão desta representante nota-se que a existência de espaço públicos com participação da sociedade civil confronta tanto as concepções elitistas de democracia como as concepções tecnocráticas e autoritárias sobre a natureza do processo decisório no interior do poder (municipal), além de contribuir positivamente para uma maior transparência das ações governamentais, colaborando assim para a erosão de uma visão estática da política brasileira que ainda predomina na nossa cultura política.

Outro aspecto de suma importância é de que a convivência com as diferenças tem promovido nestes espaços o difícil aprendizado do reconhecimento do outro enquanto portador de direitos, assim como da existência e legitimidade do conflito enquanto dimensões construtivas da democracia e da cidadania. Esta convivência e este exercício democrático estimulam também a capacidade propositiva dos atores sociais envolvidos no conselho, como vimos. Esta capacidade propositiva requer o reconhecimento da totalidade de interesses envolvidos e a visão da sociedade no seu conjunto e, portanto, a superação de uma cultura particularista ou corporativista. Para Dagnino (2002: 300):

A constituição do interesse público é um processo radicalmente inovador, por isso mesmo, enormes resistências e dificuldades. Isso implica reconhecer que a dimensão do conflito é inerente a esse processo, como o é a própria democracia, e que os espaços como os dos conselhos não apenas são inerentemente marcados pelo conflito como representam um avanço democrático precisamente em média em que publicizam o conflito e oferecem procedimentos e espaços para que ele seja tratado legitimamente. A ausência de espaços deste tipo facilita a tomada de decisões e a formulação de políticas através de exercícios autoritários do poder,

onde o Estado ignora e deslegitima o conflito ou o trata nos espaços privados dos gabinetes, com os quais a eles tem acesso. A desprivatização das estruturas decisórias do Estado e a publicização do conflito representam, portanto, condições favoráveis ao avanço de construção hegemônicas alternativas. Também a construção do interesse público pode contribuir para combater uma tendência notória no Brasil hoje, que é a crescente despolitização da participação da sociedade civil.

A participação nas reuniões do conselho vai educando o próprio componente do conselho e este, educando-se, cria estratégias de educação coletiva, como se pode inferir do depoimento da servidora Isabel Oliveira:

A relação com a sociedade civil é discutida bastante no conselho, todos sabem que uma das funções de cada membro (do conselho) é repassar o que ocorre para seus pares e agora mesmo vamos fazer este trabalho, na última reunião ficou acertado que faremos um boletim informativo, distribuí-lo e assim democratizar as informações. Outra medida que está sendo implementada é criar um espaço na reunião dos Diretores de Escolas para explicarmos tudo o que ocorre com o FUNDEF. São idéias novas. Outra idéia aprovada depois de muita discussão é a da visita às escolas por parte do conselho. O município está dividido em quatro regiões. Visitaremos 25% das escolas no primeiro momento para ver se tudo está certo no papel e na prática, a questão dos 40% e 60% do FUNDEF, coisas que só a realidade vai mostrar.

Ocorre aqui a construção da cidadania coletiva, pois segundo Gohn (2000: 18) esta se realiza quando,

identificados os interesses opostos, parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes. Este momento demarca uma ruptura com a postura tradicional de mandatários de bens de consumo coletivo: Não se espera o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para a obtenção do bem por ser um direito social.

Ocorre algo semelhante à postura dos burgueses em relação à nobreza nos séculos XVII e XVIII, reivindica-se a Lei, um direito adquirido.

As idéias e propostas que poderiam facilitar os trabalhos do conselho como órgão realmente fiscalizador não são barrados pela Secretaria de Educação, mas só são aceitas depois de muitas discussões no conselho e levam um certo tempo para serem implantadas.

Para a representante dos diretores de escolas Silvane Bezerra

A Secretaria poderia facilitar abrindo há muito tempo espaços para o conselho nas reuniões dos Diretores, pois a desinformação sobre o FUNDEF é grande e é fundamental socializar as informações, pois a participação política das pessoas é muito pouca, isso é uma questão cultural, histórica.

Assim, esta afirmação da representante dos Diretores soma-se às de Viana (op. cit.), em relação às características da nossa formação histórica contribuir sobremaneira para a não participação. Como dissemos no capítulo 1, a democracia nutre-se de sua experiência no cotidiano, no fazer autônomo e consciente dos atores sociais envolvidos, que vão construindo, neste envolvimento, uma identidade coletiva, democrática e participante.

Nas reuniões do conselho explicitam-se posturas conservadoras por parte de alguns representantes do governo municipal e também resistências por parte dos mais conscientes e participativos. Como a Lei municipal que implantou o Conselho de Maracanaú prevê a participação de dois representantes da Câmara Municipal, esperava-se que o titular participasse e prestigiasse o Conselho, já que os vereadores são os legítimos representantes da comunidade. Tal não ocorre em Maracanaú, pois o vereador titular (nem o suplente) nunca comparecem as reuniões.

Em entrevista por nós realizada com o vereador José Camurça (representante) o mesmo assegurou que “não estava comparecendo por absoluta falta de tempo e que iria pedir ao prefeito que o substituísse”. Quando da

realização da entrevista um número enorme de populares esperava ser atendido pelo vereador, em seu escritório, o que permite supor que práticas clientelistas são mais valorizadas e praticadas por parte de alguns vereadores, ao invés de valorizar o espaço do conselho de acompanhamento e controle.

Para a representação dos pais, Francisca Gomes, “é muito grave, isso acaba enfraquecendo o Conselho. A gente fica sempre com um pé atrás, né? Será que é para esvaziar de propósito o conselho?”

Para a representante dos servidores, Isabel Oliveira

A gente sente falta da participação da Câmara de Vereadores, a sua ausência é lamentável e nós do conselho vamos fazer um ofício à Câmara pedindo urgentemente outros novos nomes para a representação dos Vereadores no conselho.

O mesmo fato (ausência do Legislativo) é confirmado pelo representante dos professores, Afrânio Rocha:

Não cabe ao Vereador ausente pedir a sua substituição ao Prefeito, nós é que estamos enviando um ofício à Câmara para substituí-los (titular e suplente) e isso urgentemente.

A visão de democracia é, na opinião do Secretário de Educação, relativa. Não estabelece o mesmo “peso” para o “outro”, pelo contrário. Este é não é visto como portador de legitimidade e direitos, mas como “usurpador” do conselho visando instrumentalizá-lo para seus interesses políticos, contrários aos do Conselho, que subtende-se deva ser “a-político”. É o que podemos inferir da declaração do Secretário de Educação, Marcelo Farias:

A criação do conselho é um avanço muito grande, pois a sociedade civil passa a participar mais e a exercer o seu direito à cidadania, acompanhando, fiscalização os gastos públicos e em Maracanaú não temos problemas, existe uma relação muito boa entre a secretaria e o conselho, apesar um ou outro representante

que por razões políticas não pensa desse jeito, age como opositor político e sendo opositor do sistema querem usar o conselho.

Há aí, nitidamente, a intenção de deslegitimar uma das premissas da democracia, que é a legitimação do conflito. O “outro” é portador de direitos e como tal deve ser entendido. Como vimos com Chauí (2002: 226)

A democracia é única sociedade e o único regime político que considera o conflito de necessidade e de interesse (disputas entre os partidos políticos e eleições de governantes pertencentes a partidos opostos), mas procura instituí-los como direitos e, como tais, exige que sejam reconhecidos e respeitados. Mas do que isso, na sociedade democrática, indivíduos e grupos organizam-se em associações, movimentos sociais e populares, classes se organizam em sindicatos e partidos, criando um contrapoder social que, direta ou indiretamente, limita o poder do Estado.

Na afirmação do Secretário de Educação fica prejudicado, também, um dos pressupostos da democracia, que é o diálogo. Para Freire (1982: 95)

Não há diálogo se não há humildade. A pronúncia do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante. O diálogo, como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir, se romper, se seus pólos (ou um deles) perdem a humildade. Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, menos “isto”, em quem não reconheço outros eu? Como posso dialogar, se me sinto participante de um “gueto” de homens puros, donos da verdade e do saber? Como posso dialogar, se me fecho a contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela?

Esta visão autoritária, elitista, tão bem trabalhada por Freire, é uma herança histórica advinda da nossa formação, como vimos no capítulo 1, mas que

permanece hoje, com a crescente complexificação e democratização da sociedade brasileira. Muitas vezes ela não é plenamente explicitada, só surge e se revela em momentos específicos, traindo o verdadeiro conhecimento acerca da democracia, conforme vimos acima.

Quando da realização da entrevista realizada por nós junto à Presidente do Conselho e representante da Secretaria de Educação, Gláucia Viana, fomos por ela questionados porque iríamos entrevistar o representante dos professores, Afrânio Rocha. Ao entrevistarmos os outros membros do Conselho, todos foram unânimes em afirmar o seu importante papel no conselho devido a “sua inteligência e ao seu preparo técnico no conhecimento contábil”. Sua atuação incomoda (mas esta não declara) a presidência do conselho por ele examinar com todas as minúcias os balancetes da prefeitura a respeito do FUNDEF.

No questionamento da presidência existe um aviso velado, uma advertência. É como se nos dissesse: “Olhe, cuidado com que o professor Afrânio vai dizer, não lhe dê crédito, suas palavras não correspondem à realidade.”

Para o professor Afrânio,

Minha condição de militante político do PC do B – Partido Comunista do Brasil – ajuda muito em meu trabalho como membro do Conselho, a militância me faz avançar, a presidência tem medo da minha presença nas reuniões porque não deixo centralizar.

Cita o fato de que a presidente desmarcou três reuniões porque não podia comparecer e ele propôs e conseguiu aprovar que na ausência dela assumiria o Vice-Presidente. Também membro da diretoria do sindicato dos professores de Maracanaú, está construindo, no movimento, uma comissão para reformular o estatuto do magistério do município. Sua visão de mundo, sua compreensão do real papel do conselho, as estratégias de ação chocam-se no embate constante com a presidência. A toda solicitação, toda idéia ou proposta para agilizar os trabalhos do conselho, a presidente procura proteger a prefeitura, diz que vai dar a resposta depois. Para o professor Afrânio Rocha

Desde quando foi criado, em 18/11/99, o Conselho não teve ação, coragem de fazer o trabalho que deveria, o que está sendo feito agora. Questionamos o fato dos balancetes de Maracanaú do FUNDEF nunca apresentarem sobras, que deveriam ser distribuídas aos professores como manda a lei. Através de nossa iniciativa, o Conselho questionou junto à comissão gestora dos recursos do FUNDEF o fato de que o Fundo apresentou, em 2002, uma receita de R\$ 1.690,436,00 e só foi aplicado R\$ 312.09,58, apresentando, portanto, um saldo, em fevereiro, de R\$ 1.378,427,01. A comissão gestora vai marcar uma reunião com o Conselho para dar explicações.

Estes embates, recuos e avanços significam que o Conselho, através de seus representantes mais conscientes, elabora um movimento de iniciativa na criação da democracia e/ou seu alargamento. Estas decisões do Conselho narradas fazem-nos crer que resultam da decisão de agir pela democracia ao invés de esperar por ela. O Conselho questiona, com sua própria presença e atuação, o poder e as suas regras de jogo. Dá-se assim, no Conselho, a partir de sua prática, a construção de uma nova concepção de democracia e suas iniciativas vão na direção do controle do Estado pela sociedade.

Nos embates travados no conselho entre os que defendem uma postura submissa e *pálida* e os que advogam uma atuação fiscalizadora e aprofundada dos recursos vai-se tecendo fios de solidariedade e identidade permeados pela ação dialógica. O diálogo, para Freire, (1985: 160)

Não é concessão, nem presente, nem muito menos uma tática a ser usada, como a organização o é para dominar. O diálogo, como encontro dos homens para a “pronuncia” do mundo é uma condição para a sua real humanização.

Para a representante do Conselho Municipal de Educação, Alexandra Silva“

No conselho fiscalizamos o que está sendo feito e nas reuniões todos assinam a ata ao final. O ambiente do conselho é democrático, é um exercício democrático a própria reunião. A

atuação do representante dos professores, Afrânio, é muito produtiva, ele quer tudo as claras e isso é muito bom. A sua proposta de que o Conselho visitasse e fizesse a fiscalização nas próprias escolas foi aprovada e realizada e todos do Conselho ganharam com esta iniciativa.

O diálogo entre os membros do conselho vai cotidianamente tecendo a teia entre a ação e a reflexão, possibilitando a troca de significados e o aprofundamento na compreensão dos elementos constitutivos da realidade, oportunizando a reconstituição simbólica do real, permitindo a construção de significados comuns, o aprofundamento da solidariedade e a elaboração de alternativas para a superação dos impasses e bloqueios.

Quando da votação no conselho da proposta do prof. Afrânio para que o conselho checasse as contas e a realidade na própria escola através de visitas, a proposta original era a de que as escolas fossem visitadas de surpresa, mas depois de muito diálogo e debate, argumentações contra e a favor, terminou por sair vitoriosa a tese da presidente do conselho, representante da Secretaria de Educação, de que as escolas tinham o direito de serem avisadas, apesar do questionamento do prof. Afrânio Rocha: “avisada para quê?”

Nestes embates e diálogos o Conselho vai adquirindo sua identidade e operacionalizando-a através de ações práticas. O Conselho detectou irregularidades em servidores assumindo funções distorcidas e percebendo salários com recursos do FUNDEF. Caçambeiros, quebradores de pedras etc. recebiam no item de 40% do FUNDEF. O conselho questionou e eles foram retirados da folha.

Fizemos isso porque não achamos que seja ético, além do fato de que a lei do FUNDEF proíbe. Foi o mesmo caso que chamo caso “Pratinhas”, um senhor formado em economia que ganhava como secretário da escola oito vezes mais de que os outros secretários na mesma função. O conselho debateu, questionou junto ao secretário de educação e ele foi removido para outra função e outra folha de pagamento. (Afrânio Rocha).

No regimento interno do Conselho, depois de muito debate pró e contra, foi incluído o artigo 2, inciso 9 que estabelece que qualquer entidade que pedir a publicação, e o acesso ao quantum dos recursos será atendida. A Secretaria de Educação foi contra, alegando que todos poderiam ter acesso através da Internet no *site* da Secretaria da Fazenda, “mas conseguimos aprovar esta medida.” (Alfrânio). Para Davies (op. cit.: 29) existe uma debilidade presente no caráter social dos conselhos e isso é verdadeiro, conforme podemos perceber através do depoimento da representante da sociedade civil, Andréia Mora

No fato de que os representantes das entidades nada receberão pelo seu trabalho, ao passo que os do Estado (em todas as esferas) estarão fazendo o acompanhamento durante o horário normal de trabalho. Na prática, isso significa que os representantes da sociedade trabalharão de graça, enquanto os do Estado, mesmo não recebendo remuneração específica para a participação no conselho, estarão dele participando como funcionários do Poder Estatal. Assim, a sua participação no conselho não constitui um trabalho gratuito, pois será feita antes o seu horário de trabalho. Já os membros de entidades da sociedade (Sindicatos, Associações, Pais de Alunos e Professores) estarão fazendo trabalho extra, pelo qual não serão remunerados.

A prefeitura pode até não dificultar, o que acontece é que não adiante a gente dizer que acompanha diariamente, como deveria ser, porque não temos tempo, tem análise minuciosa dos documentos, tem visita às escolas, tem a reunião no Colegiado dos Diretores de Escolas que estamos propondo, tem a confecção do boletim informativo que vamos fazer para o povo do município, então não dá tempo, cada um tem seus afazeres – diretores, professores, pais de alunos, nós da sociedade civil – assim o trabalho de acompanhamento e controle perde muito, a gente faz do jeito que a gente pode, marca uma sessão extra mas o tempo disponível é muito curto.

O trabalho no conselho é cansativo, às vezes extrapola as oito horas, porque este aqui é muito atuante, vê se “bate” as despesas

com os recursos, se está tudo ok. (Gláucia, Presidente do Conselho).

O conselho precisa ter tempo para estudar, se aperfeiçoar mais, isso é muito importante para a gente acompanhar, assim posso dar minha contribuição muito melhor.” (Francimar, representante da Associação de Pais).

Por fim, esta é a visão do Secretário de Educação do Município, Prof. José Marcelo Farias, acerca do FUNDEF, direitos, sociedade civil, participação e mudanças no setor educacional.

O conselho tem autonomia, nós não interferimos em nada, eu só vou para a posse, eles analisam as contas independentemente, às vezes vai um economista da prefeitura explicar. Eles são muito atuantes, a presença é muito boa, inclusive dos suplentes, que na participação vão se qualificando para o trabalho. Eu acho que um dos grandes problemas do povo brasileiro é o desconhecimento do seu poder de cidadão, da capacidade de ser cidadão e às vezes é visto de forma distorcida, pois acham que ser cidadão é só ter direitos e outra parte do povo não tem noção dos seus direitos, acham que é só receber coisas e não de atuar como agente neste processo, acham que é só receber as coisas prontas e não participar como ser, como agente político, histórico desse processo. Acho que as pessoas estão se abrindo mais, muito mais para esse exercício de participação, de cidadania e o nível de participação melhorou muito. As nossas escolas são pressionadas para que sejam melhores, o poder público hoje se sente muito mais cobrado para dar respostas à população, por exemplo, quando tem um problema na escola eu sei primeiro por alguém da comunidade, que reivindica, que reclama e que até às vezes parabeniza a todos nós. Existe uma relação muito desigual entre as estâncias de poder no FUNDEF, mas o FUNDEF foi muito bom, mas precisa ser melhorado, pois as coisas vêm de cima para baixo, a União decide e não existe um processo de negociação e como a maior parte dos municípios precisa de recursos aí não discutem, não aprofundam, mas que melhorou sim. Eu digo porque

sou também da Secretaria de Educação do Estado, passei por vários projetos do Estado e não tinha nada, tinha município que não tinha Secretaria de Educação, tinha Secretário que só tinha o 1º grau. Hoje não, tem muitos Secretários preparados, com excelente nível, houve a interiorização da Universidade e isso é muito bom para a qualificação do povo, dos municípios, mas não é só habilitar através de uma megalomania, mas, sobretudo, qualificar. Nós temos um convênio com a Universidade Estadual do Ceará para qualificar melhor os nossos mestres, mas não é só aqui em Maracanaú, a educação nos municípios melhorou muito de qualidade, com pessoas nas secretarias de alto nível em muitos municípios, com um quadro técnico permanente, competente, que fique, pois o secretário passa, quem vier depois não vai descobrir a roda, aqui mesmo a oposição do Sindicato dos Professores é muito violenta, radical mas eles mesmos já disseram que a Secretaria de Educação do Município tem muita qualidade.

O Conselho afirma, então, cada vez mais que vai confrontando-se com o poder municipal e delimitando seu espaço, sua identidade. Essa é construída, antes de tudo, no debate das idéias divergentes.

6.3 – Criação e Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do FUNDEF

Desde fevereiro de 1999 começaram a chegar em alguns gabinetes de deputados estaduais da Assembléia Legislativa do Ceará denúncias vindas de dezenas de municípios sobre malversação, irregularidades e desvios dos recursos do FUNDEF por parte de muitos gestores municipais. Estas denúncias foram levadas, em sua grande maioria, ao Sindicato APEOC e ao Sindicato SINDIUTE, ambos representantes dos trabalhadores em educação no Estado e ao deputado pelo Partido dos Trabalhadores – PT, Artur Bruno, também presidente da comissão de educação da Assembléia.

Pela sua presença em todos os municípios, o que não acontece com o SINDIUTE, o sindicato APEOC tornou-se, junto com o deputado Bruno o principal

escoadouro destas denúncias. No caso específico da APEOC, este sindicato, conhecido por manter uma postura tímida e conciliadora com os mais variados governos estaduais, a partir de 1999, passou a ter em sua diretoria jovens professores pertencentes aos quadros da corrente articulação, do Partido dos Trabalhadores, que irão revitalizar e dinamizar sua nova prática sindical junto às bases, como uma obrigação dos governantes e não como um favor.

Também a organização classista vai ser a tônica destes jovens dirigentes sindicais, bem como a afirmação da identidade do trabalhador em educação e ambas sendo entendidas como necessárias para a transformação da realidade do Brasil. Este trabalho renovador acaba sendo reconhecido pelo movimento sindical ao aprovar a filiação do sindicato APEOC efetivamente à Central Única dos Trabalhadores – CUT.

O sindicato APEOC, a partir do momento das denúncias de desvios dos recursos do FUNDEF, teve a preocupação inicial não só de investigação mas, também de esclarecimento à população do que era o FUNDEF, dos seus mecanismos. Diante disso, nós encaminhamos as denúncias à Assembléia Legislativa via comissão de educação, cultura e desporto para que as denúncias fossem verificadas e paralelamente fosse desencadeado um processo de esclarecimento dos mecanismos do FUNDEF. Então a partir desse momento foi realizado um trabalho conjunto entre o sindicato APEOC e a comissão de educação, levando aos municípios do Estado as informações necessárias do que era o FUNDEF, e sendo público os recursos, deveriam ser acompanhados e fiscalizados. Os recursos, ao nosso ver insuficientes, mas mesmo assim estavam sendo roubados, usurpados e aí qualificamos as denúncias para que fossem a um desagudouro que foi a investigação, mais paralela a um esclarecimento, a uma publicização do FUNDEF para a sociedade. Foi um trabalho árduo, estafante, enfrentando péssimas estradas no interior, imcompreensões e má vontade, mas conseguimos realizá-lo.” (Prof.Anísio Melo, Secretário Geral do Sindicato APEOC e membro da Executiva Regional do Partido dos Trabalhadores).

Com um trabalho profícuo em defesa permanente da educação pública e de qualidade, com ações efetivas e inúmeros projetos apresentados neste sentido, o Deputado Artur Bruno inicia então um trabalho paciente de recolhimento de assinaturas necessárias à instauração da CPI com o objetivo de apurar as denúncias, que se avolumavam em seu gabinete, sobre a aplicação dos recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF.

Desde logo deputados situacionistas ou de partidos que sempre votaram a favor do governo posicionaram-se, a princípio, contrários a CPI alegando que a mesma serviria só para caixa de ressonância da oposição, ou “palco para estrelismos” de deputados oposicionistas. É necessário frisar que com os primeiros pronunciamentos do deputado Bruno, a imprensa local começou a dar destaque e espaço ao tema.

Para a instalação da CPI do FUNDEF, como ficou conhecida, foi muito importante também a participação do presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Welington Landim, do PSDB. Com os governos de Tasso Jereissati e de Ciro Gomes, o autoritarismo oficial de matriz tecnocrática, assume níveis bastante altos, com a Assembléia assumindo uma postura servil, sem criticidade e funcionando apenas como “rolo compressor” do governo para aprovação de suas mensagens.

Esta face subserviente começa a mudar a partir da eleição do Deputado Landim. Dinamizando a abertura do Poder Legislativo para a sociedade civil através de ações as mais variadas, a Assembléia passa a “respirar” um ar de independência em relação ao Poder Executivo, como manda a tradição liberal-democrática. Seu compromisso com a instalação da CPI torna-se público através da mídia ao afirmar “que nós daremos toda a estrutura necessária para sua instalação.” (Jornal *O Povo* – 10/04/1999).

Depois de muitos debates e discussões no Plenário da Assembléia Legislativa a presidência da casa, através do seu presidente, autorizou a publicação no Diário Oficial da Portaria Nº 27/99, de 28 de abril de 1999, no qual constavam as

indicações dos membros: titulares e suplentes, sendo esta a composição partidária:

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTE
Francini Guedes	PSDB	Tomás Brandão
Paulo Linhares	PSDB	Pedro Timbó
Manoel Veras	PSDB	Tourinho Filho
Fernando Hugo	PSDB	Paulo Duarte
Artur Bruno	PT/PC do B	Chico Lopes
Acilon Gonçalves	PDT/PTB	Giovanni Sampaio
Pastor Herberto	PMDB/PSC	Pedro Uchoa
Mauro Filho	PPS	Francisco Aguiar
Carlos Cruz	PFL/PSDB	Osmar Baquit

Em 29/04/99 foram escolhidos como presidente o Deputado Paulo Linhares, como vice-presidente, o deputado Artur Bruno, e a primeira reunião ordinária ocorreu no dia 04 de maio do corrente ano. Pela composição partidária dos membros da CPI, observa-se a preponderância de deputados de partidos de centro (PSDB, PPS e PMDB) e da esquerda (PT, PC do B e PDT), caracterizando-se assim a partir em sua inserção na luta contra a ditadura militar (1964-1984) ou seu apoio a aquele regime discricionário.

É necessário também situar a importância do trabalho desenvolvido pelo presidente da CPI - deputado Paulo Linhares (PSDB). Sua atuação destacava-se (não pleiteou reeleição) dos seus correligionários do PSDB, por conhecimento da gênese e das características da social-democracia, o que não é comum nos políticos pertencentes ao partido da social democracia brasileira (PSDB) no Estado do Ceará.

Sabedor das nossas características patrimonialistas, privatistas escravocratas mandonista, elitistas e latifundiárias, historicamente construídas e (discutidas no capítulo 1) que são responsáveis pela permanência da tradição no processo de modernização vivido pela sociedade brasileira e que obstaculizam o processo democrático-liberal no Brasil, o deputado Linhares se pergunta: “como

produzir líderes políticos municipais capazes de imprimir uma gestão de qualidade, mantendo a força eleitoral nas suas mãos, sem se apropriar de recursos públicos para fins privados?”

Para ele, esta cultura histórica pode e deve ser renovada a partir de uma nova formação que responda as recentes demandas advindas da democratização e modernização da sociedade brasileira, que seriam a responsabilização dos gestores municipais e o progressivo controle social da coisa pública por parte da sociedade civil organizada. Conforme o depoimento do deputado Linhares, no relatório final da CPI do FUNDEF (2000: 12), a política é a arte da negociação e, portanto,

compromissos, acordos e concessões mútuas sempre existirão na política. Mas os compromissos que devem emergir, a partir da necessidade de superar o subdesenvolvimento nestas áreas, devem ser outros. A necessidade de mais eficiência na gestão municipal soma-se hoje à demanda de responsabilização (accountbilities). E esta responsabilização depende da criação de processos políticos cada vez mais ancorados em formas de controle social. Quem pensa que a modernização necessariamente coloca um freio nos maus modos de uso de dinheiro público, no conservadorismo do apadrinhamento político, verá casos onde a mística do mercado exigente e competitivo a serviço das grandes mudanças não é capaz de triturar ambições desmedidas. Esta é a verdadeira alquimia da política: o gosto do poder e a gestão maníaca de uma ambição podem engendrar catástrofes. Mas podem, se utilizados com maestria e senso de oportunidade, criar um microclima conjuntural que faz andar rapidamente todo o povo.

A radicalização da democracia, através de formas gerenciais modernas participativas, como: o orçamento participativo, a criação de conselhos atuantes a partir das bases etc., forçariam a emergência de uma liderança política sintonizada com estas novas complexificação e modernidade da sociedade civil no país. Para Linhares (op. cit.: 12)

A conversão de uma sociedade patrimonialista numa sociedade de concorrência, sem que se modifiquem os modelos de gestão local, mostrou-se impossível. A necessária produção de novos poderes e de novos direitos nascidos do localismo exige a regeneração do tecido democrático em cada quarteirão, em cada bairro. Na falta disto, as políticas públicas explodirão submetidas a rapinas e clientelismo após provocarem, claro, desmontes, miséria e experiências dramáticas. A saída não é um retorno a um governo centralizador, mas a implantação do que Judite Tandler definiu como uma dinâmica tridirecional que inclui um atuante "governo central – neste caso o governo estadual – altivistas, governos locais e sociedade civil.

Para o deputado Artur Bruno a CPI do FUNDEF, realizada pela Assembléia Legislativa,

possivelmente seja um dos fatos de maior importância na história do legislativo cearense. Durante oito meses, processamos uma laboriosa investigação em 108 municípios do Ceará. O sucesso da iniciativa deveu-se fundamentalmente ao envolvimento de vários segmentos da sociedade civil neste processo. Diversas entidades apoiaram as investigações, numa corrente em nome da ética, evitando que a CPI terminasse sem realizar plenamente sua missão. A CPI tornou-se referência nacional, prestando informações às Assembléias Legislativas do Brasil inteiro.

No mesmo relatório observam-se as propostas da CPI, que são divididas em:

- 1 – Elaboração legislativa
- 2 – Aperfeiçoamento da fiscalização
- 3 – Habilitação e capacitação de professores

1. Elaboração legislativa

No primeiro caso teríamos as seguintes propostas:

a) criação em nível nacional, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica pública e de valorização dos profissionais da educação – FUNDEB.

Com a eleição para presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, esta medida, segundo o atual Ministro da Educação, Cristóvão Buarque, já está em estudos para sua rápida implantação. Diversos autores e entidades já tinham externado suas críticas ao fato do ensino médio encontrar-se abandonado como “primo pobre” da educação.

b) Trocar o termo “capacitação” por habilitação na Lei Nº 9.424/96. Isso se justificaria porque o termo capacitação, utilizado com o sentido de habilitação, gerou controvérsias, já que o mesmo analisado isoladamente, possibilita a interpretação de que quaisquer cursos ministrados a professores poderiam ser pagos com recursos destinados ao professorado.

c) Determina, por meio legal, a abertura de conta específica para o depósito e movimentação dos recursos destinados à remuneração dos profissionais do magistério e habilitação.

Quando do crédito, os valores vinculados aos 60% seriam transferidos para a conta corrente destinada a esse fim, ficando o percentual relativo aos 40% na conta 58.021 – X. Caso o gestor desejasse aplicar além do percentual mínimo exigido, poderia efetivar novas transferências.

d) Criar a obrigatoriedade de que os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino sejam geridos pelo titular do órgão responsável pela educação.

A sugestão objetiva amplia a responsabilidade daquele que, objetivamente, executa os projetos educacionais em relação à aplicação dos recursos públicos.

e) No que tange ao Conselho do Acompanhamento e Contrlo Social do FUNDEF (CACS) criar parágrafos 5º e 6º Art. 4º da Lei Nº9.424/96, além da criação das alíneas “E” e “F”, inciso IV, parágrafo primeiro.

O § 5º a ser criado preveria uma proibição explícita ao gestor dos recursos do FUNDEF em assumir a presidência do Conselho de Acompanhamento e fiscalização (CACS). Acontece que, ao assumir a presidência, o gestor passa a

comandar um órgão que fiscalizará as suas próprias ações, o que é inadmissível em gestão pública. Já o § 6º trataria da representatividade dos membros do CACS, garantindo que esta representação se dará através de uma escolha em assembléia previamente estabelecida e divulgada, pela maioria de seus pares ou por indicação de associações e sindicatos, casos existentes naquele município.

Alteração no art. 4º, § 1º, inciso IV, criando as alíneas “e” e “f” que inserem: um representante do Ministério Público e dois representantes da Câmara Municipal, sendo um vereador da oposição e outro da situação.

f) Instituição do balanço social (ou relatório de atividades sociais).

Instituir o balanço social (ou relatório de atividades sociais) para apresentar juntamente com a prestação de contas anual, que conteria informações sobre as atividades desenvolvidas pela prefeitura, visando a melhoria do ensino fundamental tais como: alunos assistidos pelo município nas escolas, criação de vagas durante o ano, índice de aprovação e repetência, investimentos em equipamentos, capacitação e habilitação dos profissionais da educação, intercâmbio com a comunidade, atividades sociais e culturais realizadas etc.

g) Obrigatoriedade de relatório periódico, emitido pelo Conselho de Acompanhamento, sobre o resultado da análise realizada junto à documentação do FUNDEF, dando conhecimento à Câmara Municipal e ampla divulgação para a comunidade.

Visa deixar transparente para a comunidade, por intermédio de ampla divulgação, a gestão dos recursos do ensino fundamental.

h) Determinar, por meio legal, que os administradores municipais forneçam os dados relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial, na forma definida pelo sistema de informações municipais – sim do TCM.

Estabelecer que os controles e demonstrativos contábeis relativos à aplicação dos recursos do FUNDEF, identifiquem separadamente as despesas relativas à manutenção do ensino fundamental (40%) e aquelas destinadas à valorização dos profissionais do magistério (60%).

Regulamentação, na forma de lei, dos cursos de capacitação e habilitação do magistério, criando a obrigatoriedade de que sejam instituições públicas.

Esta legislação facilitaria a transparência nos convênios realizados e na prestação de contas destes cursos às instituições competentes. Cabe ao Conselho de Educação do Ceará fiscalizar a atuação destes cursos, sua autorização e reconhecimento, definindo a quem estes cursos se destinam e quais os recursos que devem ser utilizados para tal.

2 - Aperfeiçoamento da fiscalização

a) que a fiscalização dos recursos do FUNDEF seja realizada trimestralmente pelo tribunal de contas dos municípios – TCM, dentro do próprio exercício financeiro, de modo que seja atendido o prazo de 12 meses para o TCM apreciar as contas soa administradores municipais, conforme dispositivo constitucional introduzida pela emenda nº 8.

b) concluir e ampliar o projeto que se encontra em fase de implantação no TCM – denominado sistema de informações municipais - para dispor, em tempo real, de todas as informações relativas à aplicação dos recursos do FUNDEF e fornecê-los para os demais órgãos interessados, quando estes solicitarem.

c) que o TCM estabeleça uma resolução normalizando o uso de convênios pelas prefeituras municipais.

d) A CPI se defrontou com inúmeras instituições ditas como sem fins lucrativos, conveniadas com administrações municipais. Na visão da CPI, esses convênios envolvendo valores elevados, de natureza claramente contratual, teriam que observar o devido processo licitatório.

e) que o TCM regulamente a contradição, pelas prefeituras, de veículos destinados ao transporte escolar.

f) em diversos municípios, carros são utilizados para transportar alunos sem o devido licenciamento do DETRAN; Não há contatos entre prefeituras e proprietários dos veículos e muitas vezes, não acontece o devido processo licitatório.

g) que o Conselho Estadual de Educação do Ceará – CEC – fiscalize as atividades dos cursos de treinamento e aperfeiçoamento do magistério.

Para o relator foi lamentável a ausência desta instituição na normatização relacionada a esses cursos. O magistério, sobretudo os professores leigos, foi

bastante prejudicado pela omissão do CEC no cumprimento de suas funções institucionais. Escritórios de contabilidade e instituições, sem a devida competência e tradição no meio educacional, “treinavam” professores ou tentaram “habilitar”, sem a necessária legalidade. É necessário, portanto, que o Conselho de Educação do Ceará se antecipe nas suas ações para evitar prejuízos futuros para a escola pública e o magistério do nosso estado.

h) que a SEDUC institua, com colaboração do TCM, CEC e Assembléia Legislativa do Ceará, um centro de controle e aperfeiçoamento de políticas relacionadas ao ensino básico do nosso Estado. (Proposta do então Deputado Paulo Linhares).

As irregularidades na gestão do FUNDEF vêm ocorrendo desde o início de 1998, sem esta Secretaria tomar medidas efetivas para estancar esta sangria de recursos destinados ao ensino fundamental. Mesmo considerando a autonomia municipal, caberia à SEDUC fiscalizar e orientar melhor os gestores municipais. A ausência desta ação gerou um prejuízo incalculável para o ensino público nos municípios.

3 – Habilitação e capacitação de professores.

a) criação, através de convênios com as Universidades públicas, de cursos de habilitação e capacitação de professores.

b) É injustificável que administrações municipais continuem contratando escritórios de contabilidade ou entidades sem tradição na área educacional, quando há, no nosso Estado, quatro instituições superiores públicas com competência e experiência para reciclar o nosso magistério.

4 – Informação e treinamento.

a) realização de seminários regionais para divulgação da Lei do FUNDEF dirigidos a vereadores, membros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF municipais, professores, estudantes, pais de alunos, prefeitos, servidores e secretários municipais.

b) os trabalhos da CPI revelaram que ainda há muito desconhecimento da lei, o que dificulta o acompanhamento e fiscalização.

Assim o relatório final aponta, em suas propostas, uma sintonia com as exigências que as sociedades modernas fazem ao novo tipo de Estado que se quer construir: um tipo de Estado que tenha como distintivo maior capacidade de controle por parte da base, a transparência e a publicização da coisa pública. Vai de encontro também ao novo tipo de competência dos atores sociais da sociedade civil, que traduzida, hoje quer dizer cidadania consciente, organizada, capaz de manter o controle. Segundo Demo (2000: 59)

“Esta competência imprime, na prática, o rodízio no poder, a sanção contra os maus políticos, mudanças na e da elite, avaliação permanente (e persistente) do funcionamento dos órgãos públicos, sob o crivo do bem estar comum.”

Nas propostas do relatório está implícita, como vimos no capítulo 2 *Democracia e Educação* – o conceito moderno de democracia, isto é, ela somente existe se a população se organiza para controlar o acesso e o desempenho do poder.

A comissão parlamentar de inquérito durante o período de trabalho realizou investigações de denúncias em 108 municípios do estado, promoveu 39 reuniões ordinárias, 15 extraordinárias e colheu 42 depoimentos (entre prefeitos (12), secretários de educação ou assessores (20), diretores de empresa ou escritórios de educação, e convidados). Por fim, o relatório, ao encaminhar suas conclusões ao Ministério Público para que fossem tomadas as providências jurídicas cabíveis nos municípios apontados, nomina as irregularidades constatadas, classifica-as e relaciona-as aos municípios envolvidos. Consta no relatório (p. 70) de autoria do deputado Artur Bruno, do Partido dos Trabalhadores (PT) que

Os municípios denunciados perversamente usurparam da população e desvirtuaram uma das metas mais relevantes do atual Governo Federal, que é a valorização do magistério e a garantia do efetivo ensino fundamental a todo brasileiro. Esses municípios cometeram, conjunta ou separadamente, dentre outras, as seguintes irregularidades: não prestaram contas regularmente às Câmaras Municipais ou junto ao TCM; não aplicaram o percentual mínimo de 60% dos recursos do FUNDEF destinado à remuneração dos profissionais do magistério, desviaram verbas em

cursos ora inexistentes , ora não reconhecidos pelo Conselho de Educação; não realizaram licitações quando da contratação de assessorias e de transporte escolar; superfaturaram na construção de salas de aulas e escolas e utilizaram materiais de péssima categoria; atrasaram o pagamento de professores; patrocinaram compras de fardas com despesas não previstas na LDB, incorrendo em descontrole contábil e financeiro dos recursos do FUNDEF, com assinatura de cheques em branco, superfaturamento em desapropriação de imóveis (pagos com recursos destinados à educação) gastos com bandas de música, *buffets*, compras de automóveis, aluguéis de carros e caminhões por valores superiores ao seu valor de compra etc.

Pela gravidade das irregularidades constatadas, o relatório (pp. 71-72) lista os municípios cujos gestores devem ser apenados pelo Judiciário, da seguinte forma:

I) Municípios passíveis de intervenção:

Cascavel, Caucaia, Itatira, Moraújo, Pacajús, Paracurú, Parambú, Quiterianópolis, Salitre e Solonópoles.

II) Municípios com irregularidades graves:

Canindé, Cariús, Cruz, Guaraciaba do Norte, Ibareta, Ipú, Itarema, Morada Nova, Reriutaba, Russas, Santa Quitéria.

III) Municípios com irregularidades não-graves e/ou atecnias:

Alcântaras, Amontada, Apuiarés, Aquiraz, Aracati, Aracoaba, Ararendá, Aratuba, Baixio, Banabuiú, Barreira, Barro, Bela Cruz, Boa Viagem, Camocim, Campos Sales, Cariré, Catunda, Cedro, Chororó, Crateús, Ererê, Eusébio, Fortaleza, Fortim, Freicheirinha, Granja, Hidrolândia, Horizonte, Icó, Itaitinga, Jaguaratama, Juazeiro do Norte, Jucás, Lavras da Mangabeira, Madalena, Maracanaú, Mauriti, Meruoca, Milhã, Miraíma, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Morrinhos, Nova Russas, Novo Oriente, Pacatuba, Pacotí, Pacujá, Palhano, Paramotí, Pindoretama, Potengi, Potiretama, Quixadá, Saboeiro, Santana do Cariri, São Luis do Curú, Senador Sá, Tamboril, Tejuçuoca, Trairí, Tururú, Ubajara, Umirim e Uruburetama.

6.4 – Entrevista com o relator da CPI – Deputado Artur Bruno (PT)

Para o deputado Artur Bruno, a CPI do FUNDEF era inevitável frente ao volume de denúncias enviadas, e assim Deputados do PSDB e PMDB resolveram assinar também o pedido da Comissão Parlamento de Inquérito. O centro e a esquerda, sob o comando e a vontade política desta última, uniram-se, frente à gravidade dos motivos da CPI, visando sua criação.

Na entrevista realizada por nós ao deputado Artur Bruno, obtivemos o seguinte relato:

Em meados de fevereiro de 1999, começaram a chegar até nosso gabinete as primeiras denúncias da sociedade civil, no princípio isoladamente. Estas pessoas tiveram um papel heróico, pois sofreram pressões fortíssimas, e são perseguidos até hoje: professores, pais de alunos, servidores e alguns vereadores dos partidos de esquerda. Logo os sindicatos de servidores municipais, e o sindicato APEOC juntaram-se nesta luta e a presença destas entidades foi vital para a qualificação e o apoio às denúncias que *pipocavam* em dezenas de municípios.

Sabendo-se do imenso poder que os gestores municipais ainda enfeixam em suas mãos nos municípios brasileiros, a par de uma dominação oligarquica advinda da força econômica dos grandes grupos familiares tradicionais, imagina-se quão é difícil o rompimento de uma cultura de medo existente.

O homem como sujeito histórico, atuante, autônomo, sindicalizado e participante, construtor de uma nova sociedade impessoal, democrática e livre de submissões encontra nestes espaços tradicionais barreiras imensas para se desenvolver. A fala do deputado Bruno é confirmada quando da entrevista por nós realizada com o professor Afrânio Rocha, do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, em Maracanaú, no momento em que ele revela:

Mesmo em Maracanaú, que é um município rico, com grandes empresas funcionando existia perseguição política. Como sou militante do PC do B, membro da diretoria do Sindicato dos Professores, em 2000 fui perseguido por um diretor de escola, a mando de um vereador na escola na qual eu ensinava.

Quanto ao controle da sociedade civil é preciso que os conselhos tenham uma nova figuração, uma atuação firme mais somada a outras instâncias, outros órgãos públicos. Neste sentido, o deputado Bruno denuncia a omissão da SEDUC e do Conselho de Educação do Ceará. Para ele

A ausência de ação governamental gerou um prejuízo incalculável para o ensino público nos municípios. É fundamental que os conselheiros tem de ser escolhidos de forma democrática, em assembleias, reunidos de forma pública, para não haver dirigismo, pessoas escolhidas pelo prefeito. Agora, deve haver uma soma de esforços, dos conselhos, da câmara de vereadores, dos tribunais de contas dos municípios, representação ao Ministério Público, da SEDUC.

O Então Secretário de Educação na época, Antenor Naspolini, rebateu as críticas do relator da CPI com um argumento pífio, sem consistência, dizendo o seguinte:

A SEDUC não tem poder de polícia sobre o município. Como administrador público estadual, eu não tenho legalmente poder de fiscalização dos municípios, a não ser de recursos que o Estado repassa." (Jornal *O Povo* - 17/01/2000).

O argumento é falho e carregado de um legalismo estéril, pois a SEDUC é o órgão máximo responsável pela educação em todo o Estado e tinha a obrigação ético-moral de fiscalizar todos os que fazem parte do sistema educacional do Estado. Reitera-se o importante papel dos conselhos e da fiscalização por parte da sociedade civil organizada, mas os governos e os seus sistemas gerenciais (de educação, de saúde etc.) devem zelar pelo uso adequado do recurso público em todas as instâncias.

Essa tese é corroborada pela professora Tânia Batista (Faculdade de Educação da UFC) quando afirma, no mesmo jornal que:

Mesmo que não se tenha a função fiscalizadora juridicamente estabelecida, tem-se a obrigação *política e cidadã* na defesa dos princípios de justiça, ética e transparência. Parto do princípio de que a educação, como direito inalienável de todo cidadão, é responsabilidade de todos nós: do pai do aluno às esferas mais amplas do poder público, passando pelas Universidades, associações de bairro, sindicatos e entidades estudantis, científicas e acadêmicas.

Sabendo-se da realidade existente nos municípios, com o extraordinário poder dos gestores municipais, isso resulta muitas vezes em desmandos, afilhadismos, políticas clientelistas, compadrio etc. oriundas desta força familiar, conforme analisando no capítulo 2. Nesse aspecto, as esferas estaduais e da União devem empreender ações urgentes de capacitação para o controle da coisa pública.

Para o relator Artur Bruno:

O Ministério da Educação, depois de receber as denúncias de todo o país, inclusive do Ceará, resolveu fazer a capacitação. Inúmeros cursos foram realizados. Depois a própria SEDUC, O Tribunal de Contas, a própria Assembléia, todos cooperaram para que os conselheiros fossem capacitados. Mas ficou muito aquém esta capacitação até porque não havia nenhum interesse de muitos prefeitos de capacitar para fiscalizar suas administrações. Esta capacitação tem de ser permanente, não pode ser só o ato de uma administração municipal. Muitas vezes os conselhos são criados de cima para baixo e não exercem plenamente sua função.

A par de sua natureza elitista, distante dos anseios das classes populares, morosa e corporativista, sintonizada com o “mundo oficial” e mantenedora de uma sociedade excludente baseada em privilégios, a justiça não cooperou para que a

Comissão Parlamentar de Inquérito aprofundasse suas investigações. Conforme o relator Artur Bruno:

O judiciário não foi só omissos como muitas vezes prejudicou o processo, pedimos a quebra do sigilo bancário de empresas e escritórios de treinamento que faziam contratos irregulares com as prefeituras, foi uma luta árdua e só conseguimos no final dos trabalhos e sem tempo necessário para fazer uma investigação minuciosa. Queríamos também a quebra do sigilo bancário dos prefeitos e dos secretários municipais de educação, o que não foi conseguido. O judiciário inviabilizou, na época e hoje também, três anos depois, pois entregamos o relatório ao Ministério Público em dezembro de 1999. O Ministério acatou nossas denúncias e até hoje estas não foram julgadas pela justiça federal. Portanto a justiça foi lenta, muito morosa, omissa e muitas vezes prejudicou o trabalho de investigação.

A esta omissão lastimável do judiciário cearense na CPI do FUNDEF, a Presidente do Tribunal de Justiça, Águeda Passos, tentou desqualificar, como é notório por parte das elites brasileiras quando se vêem questionadas, as contundentes afirmações do relator Bruno. Para a presidente do tribunal,

Houve uma espécie de *espetáculo* nas investigações sobre o FUNDEF e as informações contra os prefeitos acusados de cometerem irregularidades com o FUNDEF foram repassadas para a imprensa sem que se olhassem as provas dos autos.

Para o relator da CPI, “as palavras de Águeda demonstraram que ela não conhece o mérito da questão e que não leu as denúncias e, portanto, não poderia julgar antecipadamente. (Jornal *O Povo* – 12/02/2000).

Com a postura reacionária do Judiciário cearense e com o avanço das investigações, o relator temeu pela sorte da CPI. Para o prosseguimento dos trabalhos foi muito importante o papel da imprensa. Esta tem toda uma tradição liberal que concorreu para os avanços, para as transformações sociais, econômicas e políticas da sociedade brasileira. Para Alves (1985:182), analisando

o excelente papel desempenhado pela ABI (Associação Brasileira de Imprensa) no combate à ditadura militar que vitimou este país por 20 anos,

os jornalistas brasileiros podem orgulhar-se de toda uma tradição de participação nos movimentos pela independência, pela abolição da escravatura, pela república e, sobretudo, na constante defesa da liberdade de expressão nos períodos ditatoriais. Assim, a imprensa, como formadora da opinião pública, foi vital para que a CPI prosseguisse. Para Bobbio (1998) “A existência da opinião pública é um fenômeno da época moderna: pressupõe uma sociedade civil distinta do Estado; uma sociedade livre e articulada, onde existam centros que permitam a formação de opiniões não individuais, como jornais, revistas, clubes e salões, partidos e associações, bolsa e mercado, ou seja, um público de indivíduos associados interessados em controlar a política do governo, mesmo que não desenvolva uma atividade política imediata. Após o advento da burguesia, ao constituir-se dentro do Estado uma sociedade civil dinâmica e articulada, foi se formando um público que não quer deixar, sem controle, a gestão dos interesses públicos nas mãos dos políticos. A Opinião Pública foi levada deste modo a combater o conceito de segredo de Estado e a censura, para obter o máximo de “publicidade” dos atos do governo.

O mesmo pensamento é corroborado pelo relator Artur Bruno, pois este afirma que:

A imprensa foi decisiva, em um determinado momento nós tínhamos a convicção de que a CPI do FUNDEF seria uma grande *pizza*, e fomos aos órgãos de imprensa, fomos às entidades da sociedade civil, aos sindicatos, Universidades, entidades empresariais e graças à ação da cidadania e dos meios de comunicação é que nós conseguimos uma grande vitória chegando ao relatório final da CPI, porque nós não tínhamos força política na assembléia para conseguir a conclusão a que chegamos no relatório, ele só foi possível devido à mobilização da sociedade civil e o apoio dos órgãos de comunicação.

A importância da imprensa é reforçada também pelo secretário executivo do Pacto de Cooperação, interessante iniciativa da sociedade civil existente no Estado do Ceará que visa debater e publicizar os mais diferentes assuntos vividos pela sociedade cearense. Através de audiências públicas, acontece uma ressonância muito maior dos mais variados problemas que ocorrem no Estado, concorrendo para aprofundamento e a democratização destas questões.

Segundo o jornal *O Povo*, de 12/02/2000, os trabalhos da CPI também foram defendidos pelo secretário-executivo do pacto de cooperação, João de Paula:

O pacto fez pressão para aprovação do relatório final da comissão. A CPI deu uma contribuição ao trazer a público um problema vital para o Estado. O trabalho da imprensa foi fundamental nesse processo por ter alertado e incluído a população no debate sobre o desvio de recursos. Nos países democráticos uma característica é trazer este debate a público. Debater não significa privar em nada o direito de defesa e julgamento com base nos autos. Sem esse debate não teria havido sequer oportunidade de julgamento.

Quanto à atuação do próprio Partido dos Trabalhadores na criação e articulação com a sociedade civil para o sucesso da CPI infere-se que esta atuação baliza-se, teoricamente, nos trabalhos desenvolvidos pelo marxista italiano Antônio Gramsci (apud. Brandão, 1975). Para este pensador moderno

Não pode existir reforma moral e cultural se amplas camadas dos setores populares não se unirem em uma só vontade para lutar contra a classe dominante e, reciprocamente, o partido não pode dirigir tais massas populares se não empreende uma reforma moral e cultural. O partido é o intelectual coletivo; e como tal, exerce as mesmas funções que todo intelectual orgânico; deve permitir à classe da qual é representante forjar-se uma consciência homogênea e autônoma de si mesma. Reforma cultural e moral e formação de uma vontade coletiva se encontram estreitamente unidas: uma não pode realizar-se sem a outra. O partido exerce uma função hegemônica sobre as massas populares, na medida

em que as dirige (formação de uma vontade coletiva) intelectual e moralmente.

Em consonância com essa visão gramsciana, o deputado Artur Bruno afirma a importância do Partido dos Trabalhadores no desenrolar da CPI.

Eu creio que o Partido dos Trabalhadores teve um papel fundamental, pois muitos denunciadores, sejam pessoas comuns, professores, diretores, vereadores, eram pessoas ligadas ao PT e como o relator era do Partido dos Trabalhadores, essas pessoas se sentiram confiantes em que estas denúncias seriam realmente apuradas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, por isso acredito que o PT teve um papel decisivo em todo aquele processo.

Por fim, a análise do relator da CPI em relação ao FUNDEF é favorável, sintonizando-se com os deputados então de oposição quando da criação do Fundo, conforme visto no capítulo 3, fazendo apenas ressalvas aos mecanismos de controle, que devem ser bastante aperfeiçoados:

Foi uma grande idéia a descentralização dos recursos, a garantia que 60% dos recursos relativos à educação nos municípios e nos Estados fossem utilizados no ensino fundamental foi o grande responsável pela quase universalização do ensino fundamental no país, obrigatoriamente têm que ser destinados ao ensino fundamental. Houve também uma melhoria considerável das remunerações dos professores, principalmente nas redes municipais dos milhares de municípios menores, na rede estadual não houve, e isso precisa ser equacionado, mas nos municípios onde uma boa parte dos professores sequer ganhava o salário mínimo, aí houve uma melhoria considerável e isso foi a lei do FUNDEF que garantiu. Quanto ao controle, mas do que nunca se torna imperativa a criação de mecanismos mais eficientes de controle da aplicação do dinheiro público nos municípios.

Assim o Partido dos Trabalhadores (PT) exerceu uma função educativa junto à sociedade, função que, modernamente, também cabe ao partido. Para Paulo Freire, “A tarefa pedagógica não se limita à sala de aula, prolonga-se na organização de classe dos trabalhadores da educação, no trabalho extra-escolar. O novo educador, ao mesmo tempo em que cria uma contra-ideologia, tenta igualmente criar, estabelecer, uma unidade entre as lutas pedagógicas e as lutas sociais”.

A grande importância do Sindicato dos professores no encaminhamento das denúncias das irregularidades só foi possível a partir da pressão das bases e a partir daí houve uma firme atuação do Partido dos Trabalhadores. Esse ponto é realçado pelo Secretário–Geral, professor Anísio Melo.

O sindicato APEOC, a partir do momento das denúncias de desvio dos recursos do FUNDEF, teve a preocupação inicial não só de investigar mas, também do esclarecimento por parte da população do que era o FUNDEF. O controle da coisa pública pela sociedade organizada é um dos caminhos trilhados pelo PT. Nós achamos que a postura do PT, dos seus afiliados, militantes e simpatizantes de democracia as instituições brasileiras com uma participação realmente efetiva se dá em vários espaços. Por exemplo, o orçamento participativo, hoje é real, tem sido aplicado, muitas vezes sem radicalidade necessária, pois o orçamento e sua aplicação tem sido copiado em vários Estados e Município e isso desce até a população em geral. Isso é uma nova cultura política, deve valer para todas as instituições, as associações sindicais, para as associações de bairros etc. A participação concreta tem de se dar em todos os níveis. Então o partido dos Trabalhadores conseguiu colocar isso na pauta nacional, nas discussões da sociedade. Hoje cobra-se muito a transparência tanto no ponto de vista de decisão política como das finanças e há uma vontade que foi calada muito tempo em nosso país. Trata-se de um processo que veio ficar. Mas é preciso avançar, pois os conselhos continuam com uma deficiência, há um potencial enorme, acho que nós evoluímos no grau de conscientização do que é o público. Nesta atual atuação conjuntura ele é um grande espaço considerável

para que a sociedade se organize e possa, através dos conselhos ter um papel importante que é acompanhar nos municípios, na escola, no conselho na saúde etc. O que está se fazendo com a verba que é destinada. É preciso oportunizar os conselhos com a qualificação e rotatividade e que eles possam avançar.

Na definição da política, é preciso que os conselhos sejam também propositivos e definidores das políticas para o município. Essa qualificação tem de ser entendido como investimento para o recurso público possa ser realmente acompanhado e fiscalizado pela sociedade e que esta possa influenciar eficazmente na definição das políticas públicas. O avanço de que eles (os conselho) sejam propositivos é uma demanda que nós devemos cobrar.

É muito importante a educação que vem ocorrendo no interior dos movimentos sociais. Na verdade, modernamente, este é o conceito amplo de educação. É exatamente essa nova concepção de educação, que contribuirá pra a efetiva mudança da sociedade.

Todo partido político é educador e, como tal, sua proposta política vai ganhando força, ou não, na relação entre os atos de denunciar e anunciar. O partido pode ser até um instrumento de educação mais amplo, na medida em que, em sua luta, forma quadros, conscientiza, capacita pessoas e grupos para uma atuação política e, principalmente, age politicamente como instrumento crítico de sistemas sociais e educacionais.

CAPÍTULO 7 - Algumas Conclusões

Através desta pesquisa, podemos afirmar que as conclusões a que chegamos apontam para respostas possíveis aos questionamentos traçados no delineamento da pesquisa e podem ser assim enunciadas:

I) O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF no Município de Maracanaú, mesmo encarnando as ambigüidades e os desafios de

uma forma partilhada de construção de políticas públicas, sob os ditames de uma cultura política na qual predomina o referencial autoritário governamental, cria, com sua prática, um fato novo no Município; fato este que aponta para a criação de novos espaços de negociação política, num jogo dialético de avanços e recuos, promessas e incertezas, mas que proporciona, cotidianamente, a prática e o alargamento dos conceitos de cidadania e democracia.

II) A própria experiência do Conselho vai tecendo acordos tácitos na difícil relação entre o público e o privado por parte dos gestores municipais. No caso específico do conselho estudado, a atuação dos conselheiros tem contribuído para uma maior transparência no uso dos recursos do Fundo, fato construído através de confrontos internos e externos ao Conselho, na própria elaboração progressiva da identidade que vai forjando-se nos próprios embates. A relação entre a Secretaria de Educação do Município e o Conselho apresenta-se como de respeito mútuo, e de autonomia do Conselho, com ambas as instâncias sabedoras de suas especificidades próprias e delimitando bem o terreno minado por onde trafegam. Como ouvimos de uma conselheira, “o Conselho é um modo de gestão bem avançado, bem interessante, mas estamos amadurecendo e os conselhos são um contra-poder ao excessivo poder da prefeitura”. (Isabel Oliveira).

III) Com respeito à capacitação, esta é sentida pelos conselheiros como profundamente necessária ao bom desempenho do Conselho. Na verdade, as diversas instâncias governamentais não contribuíram para a necessária capacitação. Houve uma omissão e mesmo hoje não há uma capacitação processual que solidifique, nos conselheiros, os conhecimentos técnicos necessários. Sabendo-se da força ainda existente da cultura clientelista nos Municípios brasileiros, aceita-se a constatação de que a omissão na capacitação sistemática e progressiva dos conselheiros foi deliberada.

IV) Como o poder dos gestores municipais é muito grande e a organização da sociedade civil no Brasil encontra-se no estágio embrionário, o peso da oligarquia que está no poder reflete-se na composição do Conselho, muitas vezes realizada por indicação direta do prefeito. Isso acontece muito freqüentemente nos municípios menores, o que não é o caso de Maracanaú. Pelos depoimentos

apresentados, a composição neste Município deu-se de forma transparente e democrática, o que não invalida a tese de que esta composição deve ser reformulada na legislação, dotando os Conselhos de mecanismos blindados contra a manipulação realizada pelo poder municipal. A composição deve priorizar as entidades da sociedade civil nessa reformulação, pois elas podem contribuir eficazmente para um novo modelo de democracia.

IV) O que vai estabelecer os limites e deficiências dos Conselhos é a correlação de forças existentes. No caso delas serem muito desfavoráveis, os Conselhos podem ser levados ao isolamento, passando a uma existência meramente formal e fragilizado, não conseguindo se legitimar como instância de participação e que acaba renegado à função de legitimador das decisões dos governos municipais. Como vimos nas entrevistas, os conselheiros aprendem, na prática, a dizer não, a questionar este poder e assim vão construindo uma nova forma de sociabilidade.

V) Através da publicização e transparência dos fundos públicos, o Conselho, quando exerce uma prática autônoma e afirmativa de fiscalização e acompanhamento dos recursos públicos contribui para que sejam priorizados os interesses das classes populares e não de setores já favorecidos. Isso fica patente pelos depoimentos dos conselheiros como, por exemplo, quando o conselheiro Afrânio afirma que que “não aceitamos que salários altos fossem pagos pelo FUNDEF a alguns funcionários, caracterizando claramente desvio de função”, ou o próprio fato do conselho atuar seriamente na fiscalização, acompanhando todas as contas do recurso.

VI) A Comissão Parlamentar de Inquérito nasceu do movimento popular, da organização da sociedade civil. Pode-se caracterizá-la como ainda frágil, mas ela vem se enraizando nos mais longínquos municípios do Estado. O movimento histórico das classes populares pela democratização da sociedade brasileira começa a dar frutos. Foram as denúncias de professores, de militantes, dos sindicatos que “oxigenou” o próprio sindicato e a Assembléia Legislativa. Ambos foram “impulsionados” pelo movimento popular, que se organizou e pressionou até a concretização da instalação da CPI.

VII) O papel dos Conselhos foi vital em todos os municípios investigados, mesmo sofrendo pressões pesadíssimas por parte dos dirigentes municipais e das oligarquias que os sustentam. Esta nova forma de gestão está originando relações tensas e contraditórias, mas revelando que os tradicionais traços da cultura política local (autoritarismo, nepotismo) estão cada vez mais questionados e perdendo um pouco da sua sustentação, quando a sociedade civil ensaia os seus primeiros passos de interlocução com o poder oficial.

VIII) Refletindo sobre sua prática, os conselheiros *sentem* que estão criando algo novo. Conforme foi dito nas entrevistas, “é um novo processo de fazer política pública que está sendo construído, estamos aprendendo, mas é uma semente de democracia participativa.” Suas práticas apontam para o fato de que as experiências de participação através do Conselho vêm se apresentando como momento importante de aprendizado democrático, no sentido da construção de uma nova cultura política, uma nova sociabilidade calcada nos valores democráticos.

IX) Várias forças políticas envolveram-se para a construção da CPI do FUNDEF. Conforme a imagem sugerida pelo líder sindical representante do sindicato APEOC, a sociedade civil “oxigenou” o sindicato e a própria Assembléia Legislativa, em um movimento vindo das bases, o que lhe dá um estatuto de movimento democrático autêntico. Sabendo-se de como as forças conservadoras são maiorias nos legislativos estaduais e federais e como os sindicatos tendem a burocratizar-se e assim, *perdem* a agilidade e a combatividade necessária; professores, líderes sindicais e de opositores nas câmaras são cruciais para que a vitalização destas instâncias, o Legislativo e o sindicato, leve-as a ensejar ações democratizantes e extremas em defesa do bem comum e da coisa pública.

X) Constatamos, através deste trabalho, que a criação de FUNDEF foi uma política governamental acertada, trazendo benefícios consideráveis para os pequenos municípios, que são maioria na configuração federativa brasileira. A vinculação dos recursos especificamente para uma modalidade de ensino, o fundamental, trouxe, assim, ganhos salariais para os profissionais do magistério e um aumento das crianças matriculadas. É preciso urgentemente que as falhas

constatadas sejam corrigidas, como no caso do aperfeiçoamento do mecanismo de controle social criado, o Conselho. Os mecanismos de participação da sociedade civil nas políticas de educação ainda são muito frágeis. A maioria carece de clareza quanto às suas atribuições e ainda não são espaços efetivos de influência de políticas.

XI) Como vimos, a União não vem cumprindo plenamente a própria lei do FUNDEF, dando um péssimo exemplo às instâncias administrativas estaduais e municipais. Com o novo governo surgido das urnas em 2002 e pelas suas características de origens pertencentes ao campo democrático-popular, as expectativas dos que se interessam pela educação pública de qualidade é que sejam priorizados os seguintes pontos mínimos:

a) O Congresso Nacional aumente os recursos no orçamento de 2004 para a educação, pois o Brasil está entre os países que apresentam o pior desempenho na alfabetização de seus estudantes e um dos mais baixos investimentos por aluno, segundo pesquisa da UNESCO/OCDE (2003) que comparou a realidade de 41 países. O país investe, por essa fonte, por aluno, metade do valor do Chile e da Argentina e um sétimo do que é gasto na Áustria e nos Estados Unidos.

b) Que o Congresso Nacional priorize a derrubada dos vetos perpetrados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação que impedem o aumento do financiamento da educação de 4,6% para 7% do PIB.

c) O Ministério de Educação estabeleça urgentemente um grupo de trabalho (GT) para aprimorar os mecanismos de controle social e de influência da sociedade civil nas políticas públicas. Esse GT deve ser formado por representantes do governo, do Parlamento e, majoritariamente, por representantes da sociedade civil.

d) Que o governo federal, crie realmente, como já sinalizou, o FUNDEB, contemplando o tão esquecido ensino médio, juntamente com o fundamental.

e) A imprensa contribuiu enormemente para a instalação, prosseguimento e relatório final da CPI do FUNDEF, sendo uma caixa de ressonância da sociedade civil pela apuração das denúncias e condenação dos culpados, exercendo pressão

e ajudando a formar a opinião pública, necessária, como vimos em Bobbio (op. cit.), para a construção da democracia.

f) O Judiciário não contribuiu e até dificultou os trabalhos da CPI do FUNDEF. Encastelada em seus privilégios corporativos e distante dos movimentos sociais, a justiça brasileira precisa urgentemente, de uma reforma profunda que aponte para a sua democratização, entre os quais , mecanismos de controle externo são inadiáveis.

g) Através da atuação do relator da CPI e do Partido dos Trabalhadores na criação e relatório final da CPI, organizando o movimento espontâneo de filiados, simpatizantes e cidadãos comuns nas denúncias, “costurando” apoios no centro (PSDB) e realizando uma tarefa educativa como partido classista moderno que é, o PT contribuiu, com sua prática, para democratização da sociedade brasileira.

Conforme César (2002) a democracia pressupõe o conflito, o antagônico, o outro. Como partido que vem organizando as classes populares em um processo de inclusão, de cidadania na sociedade autoritária brasileira, o PT “obriga os demais partidos a considerar o ponto de vista dos trabalhadores organizados autonomamente e representados por seu intermédio.” (CÉSAR, 2002).

Por fim, acreditamos que a modernização, no convívio com a tradição, vai superando esta última no processo de complexificação da sociedade brasileira. Políticas públicas de vinculação de recursos à educação (como o FUNDEF), a prática dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social em seus embates, avanços e recuos, a criação da CPI do FUNDEF e seu relatório conclusivo, o excelente papel da imprensa como formadora da opinião pública e a atuação educativa do Partido dos Trabalhadores organizando os trabalhadores em educação e lutando por educação pública de qualidade, pertencem à modernização.

Todas estas instituições e atores sociais fazem parte de um movimento, de um *continuum* de democratização da sociedade brasileira. Este caminho, histórico e irreversível, sedimenta-se cada vez mais na sociedade brasileira. Comungamos com a opinião de Jawdat (2003) para quem

Pressionados pela opinião pública, encurralados pela ascensão de novos modelos administrativos e ameaçados pelas eleições de novas elites ideológicas, os partidos conservadores (herdeiros da tradição) são coagidos a assumir a política ideológica. O Brasil entra numa nova fase, onde dois sistemas políticos embrionários competem para traçar o futuro das elites: a reforma política ideológica do PT e o modelo liberal-democrático do PSDB. As novas polarizações não são mais entre o método de seleção das elites do poder e das concepções que guiarão a sociedade brasileira, pois como consequência da crescente pluralização social, as transformações políticas da nossa era não seguirão o rumo da centralização, mas de reformas políticas dentro do âmbito da democracia.

Pretendemos assim, nesta pesquisa, dar conta desta complexidade brasileira e para isso trabalhamos conjuntamente autores culturalistas, isto é, aqueles que procuraram um entendimento das relações de poder através de uma reconstituição das raízes e da sociabilidade brasileira, como Vianna, Nabuco, Duarte, Abreu, Freyre, Holanda e outros autores pertencentes às correntes marxistas e weberianas.

O fato desses autores culturalistas, como, por exemplo, Vianna, trazerem equívocos graves – Vianna acreditava no poder transformador das oligarquias esclarecidas e em um governo forte, autoritário momentaneamente – não nos retira a certeza de que deram contribuições valiosas ao entendimento da questão *o que é o Brasil*, marcando o nascimento das ciências sociais e das reflexões que criaram matrizes interpretativas da sociedade e da política brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. 3ª ed. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- BOBIO, Norberto. *Qual Socialismo? Debate sobre uma alternativa*: 3ª ed. Tradução de Iza de Salles Freaza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Liberalismo e Democracia*. 3ª ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Tradução Carmem C. Varriale et al.: Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Vol. 1 e 2.
- BRUNO, Artur. CPI do FUNDEF: *Vitória da Sociedade/ Comissão Parlamentar de Inquérito*. Fortaleza: Edições INESP, 2000.
- BUFFA, Éster; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* 10ª ed. São Paulo, Cortez, 2002 – (Coleção Questões da nossa época: v. 19).
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999. – (Encyclopaedia).
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CORDEIRO, Celeste. *Essentia*, Revista de Cultura, Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral – CE: Dezembro 1999/Maio 2000.
- DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DEMO, Pedro. *Política Social, Educação e Cidadania*. Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

- _____. *Política Social nas Décadas de 60 e 70*. Fortaleza, Edições UFC, 1981.
- _____. *Cidadania Pequena*. Campinas, SP: Autores associados, 2001. –(Coleção polêmicas do nosso tempo; 80).
- _____. *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 13ª ed. São Paulo: Globo, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Educação Como Prática da Liberdade*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. 7ª ed. Tradução de Dario Canali. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 5ª ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- JAWADAT, Abu-El-Hap. *Democracia Estamental: Raízes do Estado e do Cidadão no Brasil*, In *Política, Cidadania e violência*, org. Rifiotia, Theophilos KOURY, P. Guilherme., LIMA, Carlos, 1999.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática: os limites da dominação totalitária*. 2ª ed. Tradução de Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MELLO, Guiomar Namó de. *Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*: 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionista*. 6ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PALUDO, Conceição. *Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp 2001.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE. Fortaleza: UECE, 2001. Semestral. Ano1, n.1, jan/jun, 2001.

PRADO, Caio Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RAMOS, Angélica Maria Pinheiro. *O Financiamento da Educação Brasileira no Contexto das Mudanças Político-Econômicas Pós-90*. Fortaleza: UFC. Tese (Doutorado em Educação), 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 16ª ed. ver. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ROSENFELD, Denis L. *O que é Democracia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: populações rurais do Centro-Sul*. Belo Horizonte: EDUFF, 1987.

_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999. (Coleção biblioteca básica brasileira).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)